

Cosan S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado de forma consolidada e em Reais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

Mensagem do Presidente

O ano de 2022 foi, como esperávamos, muito desafiador. O Brasil e o mundo precisaram lidar – e ainda lidam – com questões complexas, como juros altos, risco de inflação e ameaça de recessão global.

Na Cosan, a exemplo de outros anos igualmente desafiadores, nós conseguimos entregar resultados consistentes. Alcançamos a consolidação das promessas que fizemos nos anos anteriores, com foco na execução. Esses resultados são fruto de muito planejamento e do nosso propósito de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável do Brasil, investindo em áreas nas quais nosso país tem vantagens competitivas inigualáveis e capacidade de exercer papel de protagonista global.

Ao longo do ano, nossos times, capacitados e diversos, agiram de forma rápida e disciplinada para enfrentar adversidades e não perder oportunidades. E fizeram tudo isso sem abrir mão nem por um segundo daquilo que é mais importante para nós: a segurança total das pessoas, das operações e de informações.

A agenda de Gente é prioritária para a Cosan. Além de atingirmos mais uma vez resultados notáveis em segurança, seguimos evoluindo em diversidade e inclusão, aumentando de forma significativa a participação de mulheres em todos os níveis de liderança. Temos ainda muito trabalho nesta frente, e nossas lideranças estão comprometidas em fazer acontecer.

Reforçamos a nossa vocação em trabalhar com sócios, o que certamente eleva nosso poder de atuação. Nossos investidores têm sido positivamente impactados com um nível de transparência cada vez maior, envolvendo *reports* integrados e informações em tempo real. Consolidamos o programa de *partnership*, por meio do qual nossos principais executivos viram sócios da companhia, garantido perenidade das operações.

Aumentamos ainda mais a maturidade das nossas políticas de ESG e traçamos metas mais ambiciosas em direção ao cumprimento da Agenda 2030. Um reconhecimento a todo esse trabalho veio em setembro último, com a escolha da Cosan como Empresa do Ano pelo especial Melhores & Maiores da revista Exame. Isso nos motiva a fazer de 2023 um ano ainda melhor, focado no longo prazo e no valor que nossos negócios geram para toda a sociedade.

Seguiremos acreditando em setores nos quais nenhum país tem mais a apresentar do que Brasil e investindo em negócios que preconizam o uso racional, responsável e sustentável dos recursos naturais do nosso País, e assim contribuir para reposicioná-lo no cenário mundial como uma verdadeira potência verde.

Estamos falando do agronegócio mais eficiente do mundo – que precisa de logística eficiente sobre trilhos para ser transportado; da expertise nacional na produção de uma energia renovável e limpa, incluindo biocombustíveis e bioenergia viabilizados pela economia circular e aprimoramento de tecnologias; da segurança energética promovida pelo pré-sal, cujo óleo e gás são fontes ainda fundamentais para sustentar o processo de transição energética; da riqueza mineral brasileira e suas jazidas de ferro com teor de pureza superior ao de outros lugares do mundo; e, por último, da altíssima capacidade de o Brasil ser o protagonista absoluto em gerar créditos de carbono, o que é possível por contarmos com a maior floresta do planeta e programas de incentivo a descarbonizar diferentes modais de mobilidade. São áreas em que a Cosan e seus negócios já têm representatividade.

Na **Raízen**, nas operações agroindustriais, continuamos avançando de maneira significativa no plano de longo prazo de melhoria da produtividade da cana de primeiro corte, fundamental para o aumento da eficiência. No segmento de Marketing & Serviços atingimos índices recordes de satisfação com a nossa revenda, expandindo, renovando e ampliando a Oferta Integrada de Valor Shell. Em Renováveis, seguimos

firme no planejamento apresentado ao mercado, dando forte tração à expansão da operação de produção do etanol de segunda geração. O E2G representa uma solução competitiva para redução da pegada de carbono de nossos clientes e é reconhecido globalmente como um produto de alto valor agregado, com potencial de elevar em cerca de 50% a capacidade de produção de etanol da Raízen sem aumento da área plantada. Temos, neste momento, além da planta em operação em Piracicaba, mais três em construção e outras cinco a serem construídas para atender a carteira de demanda contratada que já totaliza 4 milhões de m³ em contratos de longo prazo com clientes em todo o mundo.

A **Rumo** teve um ano marcado por um resultado operacional recorde, com 74,9 bilhões de TKU e R\$ 4,5 bilhões de EBITDA ajustado. O recorde de utilização de capacidade da Companhia teve ainda os seguintes marcos atingidos no ano passado: 20,5 milhões de toneladas em carregamento de grãos no Terminal de Rondonópolis e 514 mil vagões descarregados no Porto de Santos, além de 7 bilhões de TKU movimentados em julho. Ou seja, a empresa demonstrou muita competência em atender à alta e diversa demanda de 2022 e fechou o EBITDA no topo do *guidance*. Outro grande destaque foi o início da execução de um trecho de 200 km da primeira fase até Campo Verde do Projeto de Extensão no Mato Grosso. A primeira ferrovia estadual do país terá 700 km e é um exemplo de nosso compromisso em assegurar a fundamental infraestrutura de abastecimento de grãos e insumos para a cadeia alimentar global.

A **Compass** apresentou novamente números robustos e entregou o EBITDA do ano no topo do *guidance*. A conclusão da aquisição da Gaspetro, seguida da criação da Commit, representou a materialização do projeto de expansão geográfica da companhia, um importante marco para o grupo. Além disso, continuamos executando e trabalhando nos desinvestimentos anunciados, ao mesmo tempo em que mantemos o foco na integração da Commit e replicabilidade do nosso modelo de negócios. Além disso, as obras do Terminal de GNL, o TRSP, seguem avançando para permitir o início das operações no segundo semestre de 2023, complementando nossa plataforma de gás.

Na **Moove**, seguimos alinhados à nossa tese de expansão internacional e da oferta de produtos. Também consolidamos a melhoria operacional da PetroChoice, movimento que nos dará musculatura para atuar como um relevante player global e acelerar nossa estratégia de crescimento com um portfólio robusto e uma posição diferenciada nos mercados das Américas e da Europa.

Na **Cosan Investimentos**, ampliamos nossa participação nas empresas de gestão ativa de propriedades agrícolas, a Tellus, a Janus e a Radar. Com 330 mil hectares, temos muito a contribuir para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e para a preservação florestal em áreas de reservas legais.

Em continuidade à execução da nossa estratégia de alocação eficiente de capital, diversificação do portfólio e criação de valor de longo prazo, concluímos a aquisição de participação minoritária na **Vale**, ativo único e irreplicável, focado em recursos naturais fundamentais para a transição energética e descarbonização da economia global.

Todo esse conjunto de ações ganhará continuidade neste ano de 2023. Temos pela frente uma agenda intensa, repleta de oportunidades, e estamos focados em seguir nessa jornada de promover e acelerar uma transição energética eficiente, criando e oferecendo alternativas que facilitem o processo de descarbonização dos nossos clientes e a geração de valor para todos os brasileiros. Vamos juntos!

Um forte abraço,

Luis Henrique Guimarães

CEO Cosan

Sumário Executivo do 4T22 e 2022

Apresentamos a seguir os destaques por linha de negócio e os resultados consolidados pró-forma da Companhia.

Raízen:

Renováveis: O segmento atingiu EBITDA ajustado de R\$ 1,9 bilhão (+31%) no 4T22, reflexo do maior volume vendido de etanol e energia próprio e da evolução dos preços médios de comercialização de biocombustível. **No acumulado da safra, o resultado em linha com o ano anterior** é devido ao maior volume de etanol com melhores preços, compensado pela pressão inflacionária nos custos e despesas, somado ao menor volume e preço de energia.

Açúcar: No 4T22, o EBITDA ajustado foi R\$ 118 milhões (-84%), afetado pelos maiores custos que pressionaram as margens. **O resultado acumulado apresenta expansão no EBITDA (+7%)**, refletindo a melhor precificação e o maior volume comercializado de açúcar, além do aumento nas vendas diretas ao destino, que compensaram os maiores custos de revenda e o efeito de menor diluição dos custos próprios.

Marketing & Serviços: A plataforma integrada Brasil e Latam (Argentina e Paraguai) entregou EBITDA ajustado de R\$ 880 milhões (-35%) no 4T12. O resultado da operação no Brasil foi significativamente afetado pela dinâmica de mercado de combustíveis, com margens pressionadas, consequência das reduções de preços que geraram impacto no inventário, e da maior oferta de produtos no mercado, principalmente etanol. A operação Latam apresentou crescimento no 4T22 e no acumulado do ano, devido aos maiores volumes vendidos, gestão de margens e a melhor performance da refinaria.

Rumo: O EBITDA Ajustado da Rumo foi de R\$ 905 milhões (+2,2x) no 4T22 e R\$ 4,5 bilhões (+38%) em 2022, em função do crescimento do volume transportado: 17,9 bilhões (+13%) de TKU no trimestre e volume recorde de 74,9 bilhões (+17%) de TKU no ano. Este resultado foi consequência de uma dinâmica de mercado mais construtiva, com aumento da safra e maior competitividade da Rumo, suportado pelo aumento da capacidade, principalmente, na Operação Norte com destaque para maiores volumes de milho e farelo de soja no transporte de produtos agrícolas, além do aumento do transporte de combustíveis.

Compass Gás & Energia: No 4T22, o EBITDA ajustado da Compass somou R\$ 913 milhões (+50%) e no ano atingiu R\$ 3,5 bilhões (+28%), reflexo do maior volume de gás natural distribuído pela Comgás nos segmentos residencial e comercial, que neutralizou a queda de venda no industrial devido à atividade no período, associado ao reajuste da inflação nas margens. Além disso, o incremento no resultado se deve também à consolidação da Sulgás desde o início do ano e da Commit a partir do 3T22.

Moove: A Moove alcançou um EBITDA de R\$ 200 milhões (+82%) no trimestre e R\$ 851 milhões (+41%) em 2022, impulsionado pelo crescimento nas vendas, rentabilidade de seu portfólio e pela consolidação da Petrochoice e da Tirreno desde junho de 2022. Este resultado reflete os ganhos de eficiência operacional e a execução assertiva da estratégia comercial e de suprimentos da empresa em todas as regiões de atuação.

Cosan Investimentos: O EBITDA da Cosan Investimentos no 4T22 somou R\$ 1,3 bilhão, o principal componente do resultado é o segmento de **Terras**, composto por Radar, Tellus e Janus. O crescimento expressivo é resultado da reavaliação das propriedades agrícolas do portfólio da Radar que foi realizada no quarto trimestre e totalizou R\$ 1,3 bilhão.

Cosan Corporativo: As despesas gerais e administrativas do Corporativo da Cosan totalizaram R\$ 74 milhões no 4T22, redução de 22% explicada pelo exercício dos planos de remuneração no 4T21. **As outras despesas operacionais ajustadas somaram R\$ 17 milhões no 4T22**, compostas principalmente por despesas jurídicas e contingências.

Cosan Pró-forma¹: A Cosan encerrou o 4T22 com EBITDA ajustado de R\$ 4,8 bilhões, um aumento de 74% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao resultado da reavaliação das propriedades agrícolas do portfólio da Radar que totalizou R\$ 1,3 bilhão e ao resultado robusto da Rumo.

Nota 1: Considera a consolidação de 50% dos resultados da Raízen S.A. e de 100% das demais operações.

Relatório de Resultados

Cosan S.A. | 31 de dezembro de 2022



Resultados Anuais

Cosan Consolidado

Para efeito de demonstração das informações financeiras da Cosan Consolidado foram considerados 100% dos resultados da Rumo, Compass, Moove, Cosan Investimentos e Cosan Corporativo, independentemente da participação da Cosan. Já a consolidação da Raízen se dá através do reconhecimento de 44% de seu lucro líquido na linha de Equivalência Patrimonial. Os “Ajustes e Eliminações” refletem as eliminações das operações entre todos os negócios controlados pela Cosan para fins de consolidação.

O EBITDA divulgado ao longo deste relatório segue a Instrução CVM 527/12, divulgada em 04 de outubro de 2012 pela Comissão de Valores Mobiliários, e pode diferir dos valores divulgados em períodos anteriores em virtude do ajuste de resultado de equivalência patrimonial. Por consequência, o EBITDA passa a ser constituído pelo lucro operacional antes das despesas financeiras, depreciação e amortização e somado ao resultado de equivalência patrimonial.

Indicadores	2022 (jan-dez)	2021 (jan-dez)	Var.% 2022x2021
EBITDA	10.874,9	10.897,8	-0,2%
Investimentos	4.531,4	4.774,8	-5,1%

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	2022 (jan-dez)	2021 (jan-dez)	Var.% 2022x2021
Receita operacional líquida	39.737,4	24.907,1	59,5%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(30.753,1)	(19.123,3)	60,8%
Lucro bruto	8.984,2	5.783,8	55,3%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.252,6)	(2.214,7)	46,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.752,2	387,4	n/a
Resultado financeiro	(5.157,9)	(2.776,3)	85,8%
Resultado de equivalência patrimonial	376,6	4.719,8	-92,0%
Imposto de renda e contribuição social	118,4	450,8	-73,7%
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(1.644,8)	(227,6)	n/a
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.176,0	6.123,2	-80,8%

Em virtude da adoção da norma contábil IFRS 11 – Negócios em conjunto, desde abril de 2013, a Cosan deixou de consolidar a Raízen em seu balanço patrimonial, demonstrações de resultado e dos fluxos de caixas, e o resultado desta unidade de negócio passou a ser reportado apenas na linha de “Resultado de Equivalência Patrimonial”. No entanto, esse segmento é relevante na Cosan, e suas informações financeiras individuais estão disponíveis no site de relações com investidores da Raízen (<https://ri.raizen.com.br/>).

Resultado por Unidade de Negócio 2022	Controladora	Outros Corporativo	Cosan Corporativo (a+b)	Cosan Investimentos	Rumo	Compass Gás & Energia	Moove	Eliminações entre segmentos	Cosan Consolidado Contábil
Receita operacional líquida	0,0	-	0,0	845,0	9.841,5	20.133,8	8.980,1	(63,0)	39.737,4
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	-	(569,7)	(6.695,1)	(16.561,2)	(6.990,2)	63,0	(30.753,1)
Lucro Bruto	0,0	-	0,0	275,3	3.146,4	3.572,6	1.989,9	(0,0)	8.984,2
Margem Bruta (%)	n/a	n/a	n/a	32,6%	32,0%	17,7%	22,2%	0,0%	22,6%
Despesas de vendas	-	-	-	(9,9)	(30,6)	(163,3)	(1.072,5)	(0,0)	(1.276,3)
Despesas gerais e administrativas	(300,3)	35,8	(264,5)	(113,9)	(468,6)	(781,7)	(347,6)	(0,0)	(1.976,3)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	137,4	26,7	164,1	1.302,4	348,5	(91,9)	29,0	-	1.752,2
Resultado de equivalência patrimonial	3.593,1	(634,2)	2.959,0	20,7	40,5	147,9	(0,0)	(2.791,5)	376,6
Depreciação e amortização	13,9	0,1	14,0	5,4	1.966,9	776,2	251,9	(0,0)	3.014,5
EBITDA	3.444,2	(571,6)	2.872,6	1.480,1	5.003,1	3.459,9	850,7	(2.791,5)	10.874,9
Margem EBITDA (%)	n/a	n/a	n/a	n/a	50,8%	17,2%	9,5%	n/a	27,4%
Resultado financeiro	(3.342,4)	1.023,9	(2.318,6)	8,0	(2.329,0)	(416,4)	(101,9)	0,0	(5.157,9)
Imposto de renda e contribuição social	1.088,2	(362,5)	725,7	(75,0)	(193,1)	(329,2)	(10,1)	-	118,4
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	(52,3)	(52,3)	(722,1)	(357,6)	(365,8)	(146,0)	(1)	(1.644,8)
Lucro Líquido (Prejuízo)	1.176,0	37,4	1.213,4	685,5	156,4	1.572,3	340,9	(2.792,5)	1.176,0

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: 5% reserva legal de R\$ 58.802 mil, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 279.308 mil e o remanescente de R\$ 837.922 mil alocado para reserva de lucros. Tal destinação será submetida a aprovação na Assembleia Geral Ordinária, prevista a ser realizada em 27 de abril de 2023.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Na Cosan, continuamos evoluindo em nossa jornada da ESG. Em 2022, cumprimos de maneira integral a agenda do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade, responsável por acompanhar a estratégia, compromissos e metas ESG, bem como promover amplo debate sobre tendências que envolvem o tema. Este comitê é fundamental para agregar à visão da alta liderança sobre o desempenho ESG da Cosan.

Em julho de 2022, iniciamos uma construção comum para o Grupo no tema de ESG contando com uma ampla frente de conversas e articulações com as lideranças e equipes de diferentes áreas da Cosan e das empresas do portfólio, assim como com *stakeholders*-chave. O objetivo foi revisitar a nossa materialidade e a estratégia de sustentabilidade, resultando em nossa Visão ESG 2030.

Sem perder o foco em nosso desempenho econômico, confirmamos os principais temas materiais transversais para o Grupo e definimos os objetivos e principais direcionadores desta estratégia para evoluir nos aspectos ambientais, sociais e de governança do grupo Cosan. Todo este processo foi, também, baseado em índices e *ratings* de mercado como o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-B3), o MSCI ESG Scores, *Sustainalytics*, ISS ESG - *Institutional Shareholder Services* e outros, para que possamos continuar identificando as boas práticas e evoluindo em nossa performance.

Em relação ao desempenho, em 2022, a Cosan manteve a participação no Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3). Já no ISE, Raízen teve sua estreia compondo a carteira junto com Cosan e Rumo. Respondemos o questionário do DJSI e avançamos o *score* para 63 pontos. Já no MSCI ESG *Score* evoluímos no *rating* para 'AA'. No CDP - *Carbon Disclosure Project*, mantemos a nota 'A-' e posição de liderança do tema neste *rating* onde, além da participação da Cosan, todos os negócios do portfólio responderam ao questionário de mudanças do clima, contribuindo a transparência em relação a um dos temas estratégicos do grupo. Neste sentido, importante ressaltar que todas as empresas também realizam e auditaram seus Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o GHG *Protocol* e, em sua grande maioria, possuem suas metas de redução de emissões.

Para saber mais sobre as práticas de sustentabilidade da Cosan, acesse: <https://www.cosan.com.br/sustentabilidade/>

CAPITAL HUMANO

Nada é tão importante para nós quanto as nossas Pessoas. Por isso, dizemos que a criação de valor da Cosan se baseia no Capital Humano, em uma cultura forte que alinha pensamento estratégico e disciplina de execução a valores ESG, em todas as áreas e setores em que a Companhia atua. Essa Cultura se reflete no nosso time: 130 colaboradores (em 2022), que, somados às equipes das empresas do Grupo, formaram um time de mais de 53 mil profissionais preocupados com o negócio, mas também com o que entregam todos os dias para a Sociedade.

Companhia	Total de Funcionários
Cosan	130
Compass Gás & Energia	1.523
Raízen	42.309
Moove	1.222
Rumo	8.314
Total Geral	53.498

Para acompanhar a evolução desse time, temos uma agenda de Gente que prepara os(as) colaboradores(as) para sustentarem as estratégias futuras da Cosan e que vem ganhando cada vez mais relevância.

Um dos temas que abordamos com foco no desenvolvimento dos líderes e colaboradores para as tendências de futuro são os desafios de Diversidade & Inclusão, tema que tem avançado dentro da Companhia com ações que fortalecem o respeito em nossas relações, a equidade de gênero e a construção de ambientes cada vez mais seguros e diversos. Na holding, por exemplo, o comitê de Diversidade & Inclusão é formado por colaboradores voluntários e dedicou mais de 400 horas às atividades propostas pelos grupos de trabalho, além de ter realizado 8 *lives* dos mais diversos temas durante o ano, treinamentos, *workshops* e participação em eventos. E o resultado de tudo isso não poderia ser diferente, alguns dos nossos números refletem todo esse esforço nos últimos anos. Avançamos na promoção de mulheres na liderança, por exemplo, atingindo, em 2022, 36% de mulheres ocupando cargos de liderança e quando falamos da inclusão de pretos e pardos na holding, apesar de termos um caminho a evoluir, também avançamos consideravelmente, atingindo 16% dos nossos colaboradores no ano passado.

Nossas campanhas de comunicação interna também acompanham esse mesmo objetivo. Durante o último ano, por exemplo, trabalhamos os mais diversos temas e ampliamos espaços de diálogos. Tópicos como saúde mental, diversidade nos seus mais amplos aspectos (gênero, raça, maternidade, parentalidade, diversidade sexual, entre muitas outras) desenvolvimento de carreira, segurança da informação, *compliance* e ética, estiveram presentes e tiveram impacto positivo aos nossos públicos.

Outro tema que é prioritário na agenda da Companhia é a Segurança, tanto em nossas atividades diretas, como também nas que envolvem terceiros. Para gerenciar o tema, cada empresa do portfólio do Grupo Cosan conta com um Sistema de Gestão que contempla 100% dos colaboradores, direciona as operações no dia a dia e disponibiliza ferramentas de prevenção de acidentes, contemplando conceitos, responsabilidades e aplicações sistêmicas e de controles. Segurança em primeiro lugar é um mantra que repetimos com nossos colaboradores e não abrimos mão.

Na área da Saúde e Bem-estar, seguimos respeitando os protocolos para conter a disseminação da Covid-19 e, a partir do segundo semestre de 2021, adotamos um modelo de trabalho flexível, que tem como premissa respeitar as necessidades diferentes de cada área e pessoa. Esse foi um passo importante para nossas Pessoas, que tiveram três possibilidades de modelos de trabalho para escolher o que melhor se adequasse à realidade de cada um: Teletrabalho, Híbrido e Presencial.

Por fim, em 2022, a Cosan foi reconhecida como a Empresa do Ano pela revista Exame, umas das principais revistas de negócios do Brasil, o que demonstra que seguimos na trilha certa da nossa jornada de evolução. Com foco no bem-estar das Pessoas, na evolução dos times e na diversidade, sabemos que podemos ir cada vez mais longe.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto e tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, desde 2005, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa. Desde março de 2021, a Companhia possui um programa de Ações Depositárias Americanas (*American Depositary Shares – ADSs*) nível 2 listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*) sob o *ticker* CSAN.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social estava representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia conta com uma robusta estrutura de governança corporativa, por meio da qual estratégias e planos de ação são amplamente discutidos por profissionais diversos e competentes e adequadamente comunicados a todas as instâncias do time, da Alta Administração à operação.

O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A Cosan mantém um site (www.cosan.com.br) contendo informações direcionadas para os públicos distintos que acessam a plataforma.

TEMAS RELEVANTES

Participação minoritária na Vale

A Cosan anunciou, em outubro 2022, a conclusão da aquisição de participação de 4,9% no capital da Vale, uma das principais mineradoras do mundo, sendo que 2% dessa participação foi adquirida até 30 de setembro de 2022. Além disso, uma segunda operação, que corresponde a uma exposição financeira adicional de 1,6%, foi estruturada e poderá ser convertida em participação direta na Vale. Esse é um movimento que tem total aderência à estratégia da Companhia de alocação de capital e diversificação de portfólio, investindo em ativos irreplicáveis nos setores em que o Brasil tem clara vantagem competitiva. Vide mais informações na seção “C.7 Vale” do press release 4T22 no site da Cosan (<https://www.cosan.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>).

Avanços na agenda de E2G da Raízen

Em maio de 2022, foi aprovada a construção da 3ª e 4ª Plantas de etanol celulósico de segunda geração (E2G) no estado de São Paulo e a previsão é que as plantas entrem em operação em 2023. No mês de novembro 2022, a Raízen assinou um contrato para comercialização de E2G, produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar, até 2037 para a Shell, em conexão com um Programa de Investimentos para construção de 5 novas plantas de E2G, que totalizará R\$ 6 bilhões.

Extensão da Rumo no Mato Grosso

Em outubro 2022, foi aprovado o início da execução da primeira fase do Projeto da Rumo de Extensão no Mato Grosso. O projeto terá implementação de natureza modular, realizada em etapas, sendo que essa primeira se refere ao trecho de aproximadamente 211 km, entre as cidades de Rondonópolis/MT e Campo Verde/MT. A extensão no Mato Grosso representa um importante avanço na agenda estratégica da Rumo, com a oferta de uma solução logística segura, competitiva e de baixo carbono para suportar o crescimento do agronegócio brasileiro.

Conclusão da aquisição do controle da Commit pela Compass e venda de distribuidoras

Em julho de 2022, a Compass concluiu a aquisição da participação de 51% no capital social da antiga Gaspetro pelo montante de R\$ 2,097 bilhões, passando a denominar-se Commit Gás S.A. (“Commit”). Ainda no processo de aquisição do controle da empresa, foram exercidos direitos de preferência por acionistas detentores de participação nas distribuidoras investidas pela Commit e, como consequência, a empresa recebeu o montante total de R\$ 726 milhões.

Já em novembro 2022, seguindo a estratégia de gestão de portfólio da empresa, a Commit concluiu a venda de sua participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais, tendo recebido R\$ 1,8 milhão.

Aquisição da PetroChoice pela Moove

No mês de maio de 2022, a Moove adquiriu a PetroChoice pelo valor total de US\$ 479 milhões, a maior distribuidora e comercializadora de lubrificantes dos Estados Unidos. Este movimento fortalecerá ainda mais a empresa como um relevante *player* global e a estratégia de crescimento com portfólio robusto e posição diferenciada nos mercados das Américas e da Europa.

Aquisição de participação adicional na Tellus e Janus

Em linha com a estratégia de alocação de capital da Cosan no segmento de terras, no mês de setembro 2022 foi anunciada a aquisição de uma participação adicional de 13% na Tellus e Janus pelo preço líquido de aproximadamente R\$ 1,007 bilhão, em 5 parcelas anuais corrigidas pela SELIC, passando a deter 20% de participação. Tellus e Janus são empresas gestoras de um portfólio de terras que investem em ativos com alto potencial produtivo no Brasil. A aquisição foi concluída em outubro com o pagamento de aproximadamente R\$ 202,9 milhões correspondente à 1ª parcela do preço pelas ações. Conforme Acordo de Acionistas, a Cosan possui poder de decisão sobre as atividades destas empresas e, por isso, conforme avaliação da Companhia detém o controle.

RELACIONAMENTO COM O AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia possui uma Política de Contratação de serviços de Auditor independente e de Serviços de não auditoria com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes da Companhia e as diretrizes para aprovação de trabalhos a serem realizados pelo auditor independente.

Informamos que houve contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. para serviços não relacionados à auditoria independente e, pelas suas controladas Rumo S.A., Moove Lubrificantes Limited e Comgás Companhia de Gás de São Paulo, cuja soma dos honorários representa 9% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício de 2022 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política descrita no parágrafo acima. Tais serviços referem-se principalmente a:

Cosan S.A. e suas subsidiárias: Serviço de asseguaração dos Relatórios de Sustentabilidade para o exercício de 2022 no valor de R\$ 316 mil;

Subsidiárias: (i) Serviços de *due dilligence* de 2019 até o último período disponível de 2022 no valor de R\$370 mil; (ii) Serviço de tax compliance e tax advisory para o exercício de 2022 no valor de R\$245 mil; (iii) Serviço de avaliação do cumprimento das obrigações impostas para fins de elaboração de um relatório a ser submetido semestralmente ao CADE para o período de 01/09/2021 à 31/03/2022 no valor de R\$74mil.

Com base em referidos princípios, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cosan agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2022, visite o site da Cosan: www.cosan.com.br.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022





CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cosan S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosan S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram

tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Aquisição de participação não controladora na Vale S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2.6 às demonstrações financeiras, a Companhia, por meio da sua subsidiária Cosan Oito S.A., concluiu, em 14 de outubro de 2022, a aquisição de uma participação não controladora equivalente a 4,86% das ações da Vale S.A. (“Vale”), pelo montante de R\$16.924.680 mil. A aquisição desse investimento foi feita por meio de dívidas contraídas. Adicionalmente, a Companhia contratou instrumentos derivativos para se proteger do risco de desvalorização do valor das ações da Vale referente à sua participação de 3,31%, consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (“*collar*”), além de ter contratado um *collar call spread* para proteção referente ao seu direito de aquisição de 1,6% de participação adicional na Vale.

O assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à complexidade e volatilidade de determinados instrumentos derivativos envolvidos, e à relevância dos valores envolvidos em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo as políticas contábeis adotadas pela Companhia referentes à aquisição dessa participação não controladora na Vale; (ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar nos testes de razoabilidade sobre a avaliação e o tratamento contábil dos instrumentos financeiros relacionados; iv) leitura dos contratos e outros documentos pertinentes à transação; e v) recálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a aquisição de participação não controladora na Vale S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos adequadas as respectivas políticas contábeis; e, que os critérios e as premissas adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa 1.2.6 às demonstrações financeiras.

Combinações de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 8.2 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as subsidiárias da Companhia, Compass Gás e Energia S.A., Atlântico Participações Ltda., Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. e Millennium Moove Corp, realizaram combinações de negócios para aquisições da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul e Commit Gás e Energia S.A, TUP Porto São Luís S.A., Tirreno Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. e Stryker Intermediate Holdings, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia adquiriu o controle de Tellus Brasil Participações S.A., Janus Brasil Participações S.A., Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. e Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. A contraprestação transferida por essas aquisições, líquida do caixa adquirido e não controladores, no consolidado, foi de R\$5.288.696 mil, intangível de R\$4.508.809 mil, ágio de R\$402.055 mil e ganho por compra vantajosa de R\$99.341 mil antes do imposto de renda e da contribuição social. Como resultado destes procedimentos, foram identificadas diferenças de auditoria que, quando materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, foram corrigidas pela diretoria.

Esse assunto foi considerando significativo para nossa auditoria devido aos julgamentos envolvidos na identificação e na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a consequente apuração de ágio ou ganho por compra vantajosa. Adicionalmente, os valores envolvidos nessas transações são relevantes em relação às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; ii) revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas; iii) leitura dos contratos e outros documentos pertinentes à transação; e iv) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela diretoria na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, e da apuração do ágio ou do ganho por compra vantajosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos apropriadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e as informações incluídas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa 8.2 às demonstrações financeiras.

Infraestrutura da concessão de ferrovias

Conforme divulgado na nota explicativa 10.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias na subsidiária Rumo S.A., incluindo vagões, locomotivas e via permanente, que somam R\$11.290.894 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte ferroviário.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido aos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de

2022, relevância das adições no exercício, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas in loco; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; e vi) teste de capitalização de juros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de capitalização dos ativos de infraestrutura de concessão de infraestrutura de ferrovias no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa 10.1 às demonstrações financeiras.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado nas notas explicativas 10.2 e 10.3 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R\$11.614.163 mil e R\$1.110.335 mil, respectivamente, referentes à infraestrutura dessa concessão na subsidiária Compass Gás e Energia S.A.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da diretoria.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referentes ao serviço de distribuição de gás preparados pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas 10.2 e 10.3 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Clinton L. Fernandes
Contador CRC SP205541/O



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.348.461	1.718.077	13.301.716	16.174.130
Caixa restrito	5.3	—	—	8.024	—
Títulos e valores mobiliários	5.3	724.050	893.087	2.422.470	4.372.696
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.769.908	2.580.776
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	—	54.963	1.086.698	194.878
Estoques	7	—	—	1.869.059	1.149.304
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	381.547	135.924	235.541	98.280
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		272.130	222.981	560.789	442.957
Outros tributos a recuperar	6	8.366	33.616	1.324.203	921.472
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	609.456	540.091	161.147	519.965
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	148.955	489.601
Outros ativos financeiros		—	—	88.961	466
Outros ativos		119.266	124.851	560.080	348.658
		3.463.276	3.723.590	25.537.551	27.293.183
Ativos circulantes mantidos para venda	10.5	—	—	40.383	—
Ativo circulante		3.463.276	3.723.590	25.577.934	27.293.183
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	157.634	165.077
Títulos e valores mobiliários	5.3	—	—	19.677.296	15.311
Caixa restrito	5.3	35.039	31.181	131.909	58.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.857.620	777.686	4.474.124	3.051.628
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	355.793	393.440	241.001	318.211
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	—	434.886	344.059
Outros tributos a recuperar	6	31.774	42.932	1.074.923	1.879.695
Depósitos judiciais	15	360.563	431.591	814.444	923.061
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	1.368.809	2.507.893	3.065.054	4.538.048
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	193.378	68.709
Outros ativos		62.432	67.613	201.811	179.598
Outros ativos financeiros		—	—	277	319.727
Investimentos em subsidiárias e associadas	8.1	31.230.371	14.787.469	2.913.943	780.067
Investimentos em controlada em conjunto	9	1.266.926	10.936.663	11.221.356	10.936.663
Imobilizado	10.1	46.044	53.007	18.948.436	16.648.553
Intangível	10.2	2.247	1.804	22.121.942	17.781.498
Ativos de contrato	10.3	—	—	1.118.715	705.982
Direito de uso	10.4	23.032	34.171	8.012.869	7.947.267
Propriedades para investimentos	10.5	—	—	14.103.060	3.886.696
Ativo não circulante		36.640.650	30.065.450	108.907.058	70.548.840
Total do ativo		40.103.926	33.789.040	134.484.992	97.842.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balancos patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	802.549	269.793	4.542.205	4.241.368
Passivos de arrendamento	5.5	7.676	8.423	550.529	405.820
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	—	31.202	1.039.357	925.650
Fornecedores	5.9	115.146	4.506	4.318.362	3.253.504
Ordenados e salários a pagar		49.301	57.393	659.521	552.991
Imposto de renda e contribuição social correntes		7.876	4.013	204.387	71.224
Outros tributos a pagar	13	141.216	134.956	760.041	536.220
Dividendos a pagar	16	279.979	754.282	892.006	799.634
Concessões a pagar	12	—	—	256.759	160.771
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	1.237.490	302.607	387.736	287.609
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	67.419	85.866
Outros passivos financeiros	5	—	—	924.562	726.423
Outras contas a pagar		543.084	368.188	1.195.329	909.956
Passivo circulante		3.184.317	1.935.363	15.798.213	12.957.036
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	4.673.079	7.894.463	48.445.011	41.417.669
Passivos de arrendamento	5.5	22.689	31.624	2.981.629	2.861.858
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	618.947	110.278	4.251.575	150.511
Fornecedores	5.9	—	—	61.489	—
Outros tributos a pagar	13	148.620	141.423	153.688	146.889
Provisão para demandas judiciais	15	349.357	361.859	1.801.186	1.644.061
Concessões a pagar	12	—	—	3.094.651	2.893.477
Investimentos com passivo a descoberto	8.1	146.473	356.442	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	9.221.407	7.397.822	—	—
Obrigações de benefício pós-emprego	22	312	219	575.840	669.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	—	—	5.469.368	3.818.056
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	1.549.197	1.286.417
Receitas diferidas ou antecipadas		—	—	624.801	36.440
Outros passivos financeiros	5	—	—	29.985	—
Outras contas a pagar		1.085.558	818.610	1.478.960	1.090.112
Passivo não circulante		16.266.442	17.112.740	70.517.380	56.014.965
Total do passivo		19.450.759	19.048.103	86.315.593	68.972.001
Patrimônio líquido	16				
Capital social		8.402.544	6.365.853	8.402.544	6.365.853
Ações em tesouraria		(107.140)	(69.064)	(107.140)	(69.064)
Reservas de capital		2.319.928	(1.690.235)	2.319.928	(1.690.235)
Outros componentes do patrimônio líquido		567.546	(521.609)	567.546	(521.609)
Reservas de lucros		9.470.289	10.655.992	9.470.289	10.655.992
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		20.653.167	14.740.937	20.653.167	14.740.937
Acionistas não controladores	8.3	—	—	27.516.232	14.129.085
Total do patrimônio líquido		20.653.167	14.740.937	48.169.399	28.870.022
Total do passivo e patrimônio líquido		40.103.926	33.789.040	134.484.992	97.842.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado Nota 3.3)
Receita operacional líquida	18	—	—	39.737.368	24.907.150
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19	—	—	(30.753.137)	(19.123.250)
Lucro bruto		—	—	8.984.231	5.783.900
Despesas de vendas	19	—	—	(1.276.279)	(716.210)
Despesas gerais e administrativas	19	(300.262)	(295.476)	(1.976.331)	(1.498.612)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	137.397	381.380	1.752.222	387.440
Resultado operacional		(162.865)	85.904	(1.500.388)	(1.827.382)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(162.865)	85.904	7.483.843	3.956.518
Equivalência patrimonial em associadas	8.1	3.926.759	6.748.458	468.743	129.159
Equivalência patrimonial da controlada em conjunto	9	(333.622)	(177.217)	(92.179)	4.590.631
Resultado de equivalência patrimonial		3.593.137	6.571.241	376.564	4.719.790
Despesas financeiras		(1.970.687)	(1.130.433)	(4.706.535)	(3.027.089)
Receitas financeiras		277.734	208.103	5.777.521	1.234.950
Variação cambial líquida		649.899	(500.948)	260.746	(608.655)
Efeito líquido dos derivativos		(2.299.389)	261.433	(6.489.668)	(375.491)
Resultado financeiro líquido	21	(3.342.443)	(1.161.845)	(5.157.936)	(2.776.285)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		87.829	5.495.300	2.702.471	5.900.023
Imposto de renda e contribuição social	14				
Corrente		—	312	(1.246.990)	(191.012)
Diferido		1.088.203	627.604	1.365.394	641.765
		1.088.203	627.916	118.404	450.753
Lucro líquido do exercício		1.176.032	6.123.216	2.820.875	6.350.776
Lucro líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.176.032	6.123.216	1.176.032	6.123.216
Acionistas não controladores		—	—	1.644.843	227.560
		1.176.032	6.123.216	2.820.875	6.350.776
Resultado por ação	17				
Básico				R\$0,6292	R\$3,3378
Diluído				R\$0,6264	R\$3,3264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.176.032	6.123.216	2.820.875	6.350.776
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.032.232	297.044	917.548	310.467
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	58	(609.532)	723	(601.415)
Variação de valor justo de ativos financeiros, líquido de impostos	11.144	1.369	22.395	2.269
	1.043.434	(311.119)	940.666	(288.679)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de impostos	45.721	42.120	53.018	41.832
	45.721	42.120	53.018	41.832
Resultado abrangente do exercício	2.265.187	5.854.217	3.814.559	6.103.929
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	2.265.187	5.854.217	2.264.811	5.840.670
Acionistas não controladores	—	—	1.549.748	263.259
	2.265.187	5.854.217	3.814.559	6.103.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	5.727.478	(583.941)	737	(940.084)	(252.610)	42.593	6.334.427	171.021	348.044	—	10.847.665	658.149	11.505.814
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.123.216	6.123.216	227.560	6.350.776
Resultado abrangente do exercício (Nota 16)	—	—	—	—	(609.532)	—	—	—	—	—	(609.532)	8.117	(601.415)
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	297.044	—	—	—	—	—	297.044	13.423	310.467
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquidos dos impostos	—	—	—	—	42.120	—	—	—	—	—	42.120	(288)	41.832
Varição do valor justo de ativo financeiro	—	—	—	—	1.369	—	—	—	—	—	1.369	900	2.269
Total do resultado abrangente	—	—	—	—	(268.999)	—	—	—	—	6.123.216	5.854.217	249.712	6.103.929
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	638.375	514.877	—	(2.073.844)	—	306.160	3.537.610	—	(83.863)	(6.123.216)	(3.283.901)	15.056.945	11.773.044
Aumento de capital	638.375	—	—	(638.375)	—	—	—	—	—	—	—	2.252.306	2.252.306
Alienação de ações em tesouraria	—	4.603	—	3.825	—	—	—	—	—	—	8.428	—	8.428
Cancelamento de ações em tesouraria	—	496.916	—	—	—	—	(496.916)	—	—	—	—	—	—
Pagamento baseado em ações	—	18.136	—	(30.795)	—	—	—	—	—	—	(12.659)	(12.866)	(25.525)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.866.393)	(162.457)	(2.028.850)
Destinação para a reserva legal	—	—	—	—	—	306.160	(328.267)	—	(83.863)	(1.454.263)	(306.160)	—	—
Destinação para a reserva estatutária	—	—	—	—	—	—	4.362.793	—	—	(4.362.793)	—	—	—
Ações próprias adquiridas	—	(4.778)	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.778)	—	(4.778)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.115.554	2.115.554
Reorganização societária	—	—	—	(1.400.557)	—	—	—	—	—	—	(1.400.557)	10.836.134	9.435.577
Transações com pagamento baseado em ações	—	—	—	(7.942)	—	—	—	—	—	—	(7.942)	28.274	20.332
Total de contribuições e distribuições	638.375	514.877	—	(2.073.844)	—	306.160	3.537.610	—	(83.863)	(6.123.216)	(3.283.901)	15.056.945	11.773.044
Mudanças na participação em controladas	—	—	—	1.322.956	—	—	—	—	—	—	1.322.956	(1.835.721)	(512.765)
Mudança de participação em subsidiária (Nota 8)	—	—	—	1.322.956	—	—	—	—	—	—	1.322.956	(1.835.721)	(512.765)
Total das transações com acionistas da Companhia	638.375	514.877	—	(750.888)	—	306.160	3.537.610	—	(83.863)	(6.123.216)	(1.960.945)	13.221.224	11.260.279
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.365.853	(69.064)	737	(1.690.972)	(521.609)	348.753	9.872.037	171.021	264.181	—	14.740.937	14.129.085	28.870.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	6.365.853	(69.064)	737	(1.690.972)	(521.609)	348.753	9.872.037	171.021	264.181	—	14.740.937	14.129.085	28.870.022
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.176.032	1.176.032	1.644.843	2.820.875
Resultado abrangente do exercício (Nota 16)													
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	58	—	—	—	—	—	58	665	723
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	1.032.232	—	—	—	—	—	1.032.232	(114.684)	917.548
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquidos dos impostos	—	—	—	—	45.721	—	—	—	—	—	45.721	7.297	53.018
Variação do valor justo de ativo financeiro	—	—	—	—	11.144	—	—	—	—	—	11.144	11.251	22.395
Total do resultado abrangente	—	—	—	—	1.089.155	—	—	—	—	1.176.032	2.265.187	1.549.372	3.814.559
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas													
Aumento de capital (Nota 16) (Nota 1.2.6.iv)	2.036.691	—	—	—	—	(348.753)	(1.423.757)	—	(264.181)	—	—	8.115.000	8.115.000
Alienação de ações em tesouraria (Nota 16)	—	1.752	—	618	—	—	—	—	—	—	2.370	—	2.370
Pagamento baseado em ações	—	19.678	—	(30.930)	—	—	—	—	—	—	(11.252)	5.636	(5.616)
Dividendos (Nota 16)	—	—	—	—	—	—	(45.736)	—	—	(279.308)	(325.044)	(912.735)	(1.237.779)
Destinação para a reserva legal (Nota 16)	—	—	—	—	—	58.802	—	—	—	(58.802)	—	—	—
Destinação para a reserva estatutária (Nota 16)	—	—	—	—	—	—	837.922	—	—	(837.922)	—	—	—
Ações próprias adquiridas (Nota 16)	—	(59.506)	—	—	—	—	—	—	—	—	(59.506)	—	(59.506)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios (Nota 8.2)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.062.503	10.062.503
Transações com pagamento baseado em ações	—	—	—	55.391	—	—	—	—	—	—	55.391	(218.746)	(163.355)
Total de contribuições e distribuições	2.036.691	(38.076)	—	25.079	—	(289.951)	(631.571)	—	(264.181)	(1.176.032)	(338.041)	17.051.658	16.713.617
Mudanças na participação em controladas													
Aquisição de participação de não controladores (Nota 8.3)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.092.374)	(1.092.374)
Mudança de participação em subsidiária (Nota 8.3)	—	—	—	3.985.084	—	—	—	—	—	—	3.985.084	(4.121.509)	(136.425)
	—	—	—	3.985.084	—	—	—	—	—	—	3.985.084	(5.213.883)	(1.228.799)
Total das transações com acionistas da Companhia	2.036.691	(38.076)	—	4.010.163	—	(289.951)	(631.571)	—	(264.181)	(1.176.032)	3.647.043	11.837.775	15.484.818
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	—	—	20.653.167	27.516.232	48.169.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	5.495.300	2.702.471	5.900.023	
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	19	13.936	13.403	3.014.480	2.221.536
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	8.1	(3.926.759)	(6.748.458)	(468.743)	(129.159)
Equivalência patrimonial em controlada em conjunto	9	333.622	177.217	92.179	(4.590.631)
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	20	2.323	667	13.035	(6.774)
Transações com pagamento baseado em ações	23	41.832	26.672	99.088	50.414
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	10.5	—	—	(1.311.691)	(17.116)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	20	41.463	93.039	370.764	250.109
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		3.396.305	1.180.557	6.521.930	3.141.765
Ganho proveniente de compra vantajosa	20	(99.341)	(416.268)	(99.341)	(416.268)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	—	—	339.854	246.101
Provisão de bônus e participação no resultado		26.682	44.140	380.967	335.502
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas		—	—	28.463	(3.034)
Recuperação de créditos fiscais		—	(14.136)	(110.541)	(648.315)
Resultado na venda de investimentos	20	(54.707)	—	(988.077)	—
(Ganho) perda nas operações de derivativos de energia		—	—	(248.123)	58.701
Outros		(79.854)	(14.514)	343.713	87.229
		(216.669)	(162.381)	10.680.428	6.480.083
Variação em:					
Contas a receber de clientes		—	—	(6.327)	(315.607)
Estoque		—	—	(423.430)	(243.620)
Outros tributos, líquidos		17.286	(26.161)	553.584	164.732
Imposto de renda e contribuição social		4.428	(17.688)	(1.090.684)	(905.284)
Partes relacionadas, líquidas		(326.210)	(31.638)	(139.621)	(134.838)
Fornecedores		106.705	167	510.616	679.774
Ordenados e salários a pagar		(34.773)	(15.676)	(249.244)	(143.445)
Provisão para demandas judiciais		(4.115)	(6.400)	(328.394)	(118.411)
Outros passivos financeiros		—	—	110.659	108.849
Depósitos judiciais		2.369	(37.777)	(2.670)	(58.725)
Receitas diferidas ou antecipadas		—	—	592.601	—
Compra de créditos tributários		—	—	—	(208.118)
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(90.411)	(34.004)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	(65.939)	—
Outros ativos e passivos, líquidos		3.409	(59.820)	(78.936)	(49.404)
		(230.901)	(194.993)	(708.196)	(1.258.101)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(447.570)	(357.374)	9.972.232	5.221.982
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em controladas e associadas		(8.475.590)	(439.964)	(86.205)	(416.375)
Redução de capital em subsidiárias		—	—	(19.217)	—
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	8.2	(525.115)	(592.733)	(5.288.696)	(592.733)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		241.786	(62.347)	(13.911.737)	1.107.942
Caixa restrito		(3.858)	(31.181)	(58.179)	21.142
Dividendos recebidos de controladas e associadas	16	1.849.651	895.022	323.096	16.426



Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

Dividendos recebidos de controlada em conjunto	16	1.174.771	588.562	1.174.771	819.729
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo		—	—	(190.990)	(14.168)
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(2.471)	(723)	(4.531.374)	(4.066.728)
Recebimento pela venda de investimentos		87.200	—	1.969.789	632
Caixa gerado nas incorporações		—	353.601	—	8.125.855
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	9.319	3.090
Outros		—	(4.475)	—	392
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento		(5.653.626)	705.762	(20.609.423)	5.005.204
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	9.450.210	1.986.070	23.886.960	11.390.562
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	—	(5.427)	(15.278.378)	(8.612.361)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(830.380)	(262.407)	(3.441.978)	(1.916.413)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(658.874)	(123.042)	(2.079.805)	(639.639)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		226.684	520.674	291.619	1.708.196
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(287.640)	(227.012)	(283.337)	(227.012)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		146.979	197.679	146.979	197.679
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(5.051)	(3.689)	(400.248)	(421.394)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(3.933)	(3.554)	(211.611)	(142.484)
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos		—	—	(94.196)	—
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores		—	—	8.126.823	2.252.306
Partes relacionadas		(1.231.979)	(387.534)	—	—
Recompra de ações próprias		(59.506)	(4.778)	(84.591)	(34.529)
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		2.370	8.428	2.370	8.428
Aquisição de participações de acionista não controladores		(25.582)	(290.285)	(487.721)	(698.147)
Dividendos pagos		(799.347)	(1.181.011)	(1.908.171)	(1.318.902)
Dividendos pagos acionistas preferencialistas		—	—	—	(522.592)
Recebimento de ativo de contraprestação		—	—	—	69.155
Pagamento de remuneração baseada em ações		—	(14.688)	(15.597)	(45.024)
Outros		—	963	—	1.397
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		5.923.951	210.387	8.169.118	1.049.226
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(177.245)	558.775	(2.468.073)	11.276.412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.718.077	1.149.267	16.174.130	4.614.053
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		(192.371)	10.035	(404.341)	283.665
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.348.461	1.718.077	13.301.716	16.174.130
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		—	—	318.845	462.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Transações que não envolveram caixa:

- i. Reconhecimento de juros sobre capital próprio deliberado e ainda não pago pela Raízen S.A. (“Raízen”) no montante de R\$126.798 (R\$222.798 em 31 de dezembro de 2021) e pela Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia”) no montante de R\$112.764 (sem impacto em 31 de dezembro de 2021).
- ii. Aquisição de ativos para construção de gasoduto e ativos de operação logística com pagamento parcelado no montante de R\$246.564 (R\$263.143 em 31 de dezembro de 2021).
- iii. Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$246.517 (R\$105.279 em 31 de dezembro de 2021), relativo à aplicação de índices de inflação e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 10.4).

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento.



Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	—	—	47.417.080	29.923.191
Outras receitas operacionais, líquidas	243.655	438.045	2.488.297	864.357
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	—	—	(16.544)	3.034
	243.655	438.045	49.888.833	30.790.582
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	—	—	16.994.544	10.104.416
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	205.564	179.774	15.863.840	10.807.171
	205.564	179.774	32.858.384	20.911.587
Valor adicionado bruto	38.091	258.271	17.030.449	9.878.995
Retenções				
Depreciação e amortização	13.936	13.403	3.014.480	2.221.536
	13.936	13.403	3.014.480	2.221.536
Valor adicionado líquido produzido	24.155	244.868	14.015.969	7.657.459
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em associadas	3.926.759	6.748.458	468.743	129.159
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(333.622)	(177.217)	(92.179)	4.590.631
Receitas financeiras	277.734	208.103	5.777.521	1.010.427
	3.870.871	6.779.344	6.154.085	5.730.217
Valor adicionado total a distribuir	3.895.026	7.024.212	20.170.054	13.387.676
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	157.309	142.101	2.214.637	1.654.638
Remuneração direta	141.010	127.345	1.805.369	1.299.017
Benefícios	9.970	8.031	341.624	283.228
FGTS e outros	6.329	6.725	67.644	72.393
Impostos, taxas e contribuições	(1.058.494)	(611.053)	4.056.804	1.462.879
Federais	(1.067.479)	(616.039)	1.930.941	76.547
Estaduais	—	—	1.890.934	1.251.735
Municipais	8.985	4.986	234.929	134.597
Despesas financeiras e alugueis	3.620.179	1.369.948	11.077.738	3.919.383
Juros e variação cambial	3.296.927	1.326.823	10.583.018	3.582.517
Alugueis	—	—	142.280	135.019
Outros	323.252	43.125	352.440	201.847
Remuneração de Capitais Próprios	1.176.032	6.123.216	2.820.875	6.350.776
Dividendos propostos	279.308	1.454.263	279.308	1.454.263
Lucros retidos	896.724	4.668.953	896.724	4.668.953
Participação dos acionistas não-controladores	—	—	1.644.843	227.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no segmento especial Novo Mercado sob o símbolo “CSAN3”. As *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou “NYSE”, e são negociadas sob o símbolo “CSAN”. Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

1.1. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 22 de janeiro de 2021, os acionistas da Cosan Limited, ex-controladora da Cosan S.A. e da Cosan Logística S.A. (“Cosan Log”), aprovaram a reorganização intragrupo, anunciada em 3 de julho de 2020, que consistiu na incorporação de empresas sob controle comum, conforme previsto pelo art. 264, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, segundo a qual a Cosan Limited e a Cosan Log foram incorporadas pela Cosan S.A., ou a “Reorganização Societária”, sendo a Cosan S.A. a entidade remanescente.

Em 1 de março de 2021, a Companhia concluiu a Reorganização Societária com objetivo de simplificar a estrutura societária, unificando e consolidando os *free floats* da Cosan S.A., Cosan Limited e Cosan Log, de forma a aumentar a liquidez das ações e desbloquear valor dentro do portfólio do grupo da Companhia. Após a conclusão da incorporação, as ações em circulação da Cosan S.A. passaram a ser de propriedade direta de todos os acionistas da Cosan Limited, Cosan S.A. e Cosan Log. Como resultado, a Cosan S.A. emitiu ADSs, listadas na NYSE ou ações ordinárias listadas no segmento Novo Mercado da B3 para os acionistas da Cosan Limited imediatamente antes da aprovação da incorporação. Quanto à Cosan Log, após a conclusão da incorporação, os detentores de ações da Cosan Log, imediatamente antes da aprovação da incorporação, tornaram-se proprietários de ações ordinárias da Cosan S.A.

1.2. PRINCIPAIS EVENTOS RECENTES

1.2.1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA SULGÁS

Em 03 de janeiro de 2022, a subsidiária Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”), concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”). Veja Nota 8.2.

1.2.2. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DO TUP PORTO SÃO LUÍS

Em 11 de fevereiro de 2022, a controlada Atlântico Participações S.A. (“Atlântico”) concluiu a aquisição adicional de 51% do TUP Porto São Luís S.A. (“Porto São Luís” ou “Porto”), passando a deter 100% do capital social do Porto. Veja Nota 8.2.

1.2.3. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA PETROCHOICE E DA TIRRENO

Em 23 e 31 de maio de 2022, a controlada Cosan Lubes Investments Limited (“CLI” ou segmento “Moove”), por meio de suas subsidiárias, adquiriu 100% da Stryker Intermediate Holdings Inc. e suas subsidiárias operacionais (em conjunto denominadas “PetroChoice”) e da Tirreno Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda (“Tirreno”), respectivamente. Veja Nota 8.2.



1.2.4. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA COMMIT

Em 11 de julho de 2022, a controlada Compass Gás e Energia concluiu a aquisição de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”). Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. (“Commit”). Veja Nota 8.2.

1.2.5. VENDA DE DISTRIBUIDORAS PELA COMMIT

As distribuidoras que estavam classificadas como ativo disponível para venda na data de aquisição da Commit, foram vendidas para os acionistas que detinham o direito de preferência, conforme apresentado abaixo:

Data da alienação	Adquirente	Adquirida	Participação	Valor
21/07/2022	Estado da Paraíba	PBGás	41,50%	47.251
21/07/2022	Termogás S.A.	Cebgás	24,00%	561
22/07/2022	Estado do Alagoas	Algás ⁽ⁱ⁾	12,06%	27.067
25/07/2022	Estado da Bahia	BahiaGás	41,50%	574.778
26/07/2022	Estado do Ceará	Cegás ⁽ⁱⁱ⁾	12,06%	76.399
29/07/2022	Companhia Energética de Brasília	Cebgás	8,00%	187
08/11/2022	Termogás S.A.	Gasap	37,25%	297
08/11/2022	Termogás S.A.	Gaspisa	22,11%	398
08/11/2022	Termogás S.A.	Rongás	41,50%	504
08/11/2022	Termogás S.A.	GóiasGas	30,46%	663
21/12/2022	Estado do Piauí	Gaspisa	15,14%	437
				<u>728.542</u>

(i) Após o exercício do direito de preferência pelo Estado do Alagoas, a Commit manteve 29,44% de participação na Algás.

(ii) A Commit manteve 29,44% de participação na Cegás, após o exercício de preferência do Estado do Ceará.

Considerando que as transações não estão, nos termos da legislação vigente, sujeitas a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), não há efeitos que suspendam ou proíbam a consumação das operações.

1.2.6. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA VALE

Durante o quarto trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, a Cosan concluiu a transação relacionada à aquisição de uma participação não controladora na Vale S.A. (“Vale”) que foi dividida em: (i) ativos adquiridos; (ii) dívidas contraídas; (iii) derivativos contratados; e (iv) emissão de ações preferenciais.

A Vale é uma mineradora brasileira que atua em 20 países e que também atua em logística – com ferrovias, portos, terminais e infraestrutura – em energia.

(i) Ativos adquiridos

Em 14 de outubro de 2022, a subsidiária Cosan Oito S.A. (“Cosan Oito”) concluiu o investimento, iniciado em setembro de 2022, de R\$16.924.680 na Vale que consistiu nas seguintes etapas: (a) aquisição de 1,55% de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações no mercado à vista pelo valor de R\$4.918.245, com exposição as variações do preço da ação; (b) compra de 3,31% de ações por meio de operação privada pelo valor de R\$11.117.824 com proteção parcial via derivativos (*Collar*); e (c) compra de um instrumento de *Call Spread*, que é composto por uma outra proteção de derivativos (*Collar*) mais uma operação a termo (*Collar* com *Forward*), que permite aquisição adicional de 1,6% das ações da Vale a um valor por ação pré-definido pelo montante de R\$888.611. Os recursos para fazer frente a esse investimento somaram R\$17.315.178 e vieram de (i) dívidas contraídas no valor total de R\$16.569.660; (ii) prêmio do *Collar* no montante de R\$499.197 e (iii) prêmio do *Collar* do *Call Spread* no montante de R\$246.321.

Nossas ações da Vale representam 4,95% do total de ações em circulação e 4,61% do capital social total da Vale em 31 de janeiro de 2023, a informação mais atual disponível ao mercado.

(ii) Dívidas contraídas

Foram contratados os seguintes empréstimos para aquisição dos ativos:

Credor	Valor	Vencimentos	Encargos (a.a.)
J.P. Morgan S.A. ⁽ⁱ⁾	5.141.775	01/10/2027	EUR+3,28%
Citibank S.A. ⁽ⁱ⁾	3.427.885	01/10/2027	JP¥+0,25%
Banco Bradesco BBI S.A.	4.000.000	27/09/2023	CDI+1,35%
Banco Itaú BBA S.A.	4.000.000	16/09/2023	CDI+1,35%
Total	16.569.660		

(i) Os encargos destas operações são em juros pré-fixados, captados em moeda estrangeira pelos montantes de €1.009.650 mil e JP¥95.298.449 mil com J.P. Morgan S.A. e Citibank S.A., respectivamente. Posteriormente, para estes financiamentos, foram contratados instrumentos financeiros derivativos que converteram tais operações para reais ao custo de CDI+0,45% a.a.

Os financiamentos do J.P. Morgan S.A. e Citibank possuem como garantia 100% das ações da Vale que estão na estrutura de *Collar*, referente à 3,31% da participação adquirida e detida pela Cosan Oito.

(iii) Derivativos contratados

Para proteção referente a aquisição da participação de 3,31%, foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (*Collar*) que mitigam o risco de desvalorização do valor das ações da Vale abaixo de determinado valor e, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações. Foi recebido o valor de R\$499.197 referente ao prêmio líquido da diferença da *put* e *call* no *inception* da transação.

Para proteção referente ao direito de aquisição de participação adicional de 1,6%, foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de opções *call* e *put* (*Collar* do *Call Spread*) que mitigam desvalorização do valor das ações e, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito



participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações. Foi recebido o valor de R\$246.321 referente ao prêmio líquido da diferença da *put* e *call* no *inception* da transação.

(iv) Emissão de ações preferenciais

Em 23 e 28 de dezembro de 2022, foram concluídos os investimentos realizados pelo Bradesco BBI S.A. (“Bradesco”) e Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) que passaram a deter 23,3% e 26,9% do capital social das subsidiárias Cosan Dez Participações S.A. (“Cosan Dez”) e Cosan Nove Participações S.A. (“Cosan Nove”) pelos montantes de R\$4.000.000 e R\$4.115.000, respectivamente.

Como parte da emissão das ações preferenciais pela Cosan Nove e Cosan Dez, a Cosan S.A. contribuiu seus investimentos na Raízen e Compass Gás e Energia e as Notas Comerciais emitidas pelos bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco, respectivamente. Com isso, Cosan Nove passou a deter 39,0% das ações da Raízen e a Cosan Dez passou a deter 88,0% das ações da Compass Gás e Energia.

Com os recursos obtidos na emissão das ações preferenciais, Cosan Nove e Cosan Dez fizeram o resgate antecipado das notas comerciais contribuídas pelo montante total de R\$8.229.987 (inclui principal mais *accrued* de juros até a data de resgate), descritas no item (ii).

1.2.7. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA TELLUS, JANUS, DUGUETIAPAR E GAMIOVAPAR

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Nova Gaia Brasil Participações Ltda. e a Terraviva Brasil Participações Ltda. para a aquisição de uma participação adicional de 12,4% na Tellus Brasil Participações S.A. (“Tellus”), na Duguetiapar Empreendimentos e Participações (“Duguetiapar”) e na Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. (“Gamiovapar”). Adicionalmente, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Helios Brasil Participações Ltda. e a Iris Brasil Participações Ltda. para a aquisição de uma participação adicional de 12,4% na Janus Brasil Participações S.A. (“Janus”). A transação foi concluída em 20 de outubro de 2022. Veja Nota 8.2.

1.2.8. ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA NA ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS

Em 14 de novembro de 2022, a subsidiária Rumo concluiu a alienação de 80% da sua participação acionária na controlada integral Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos/SP, à Corredor Logística e Infraestrutura Sul (“CLI SUL”), empresa integralmente detida pela Corredor Logística e Infraestrutura (“CLI”), em linha com a estratégia de formação de parcerias de longo prazo e de foco na logística ferroviária e na execução dos projetos estratégicos de expansão. A subsidiária Rumo recebeu de forma líquida o montante de R\$1.394.669, apurando um resultado de R\$955.584 conforme Nota 20.



1.3. CONFLITO RUSSIA-UCRÂNIA

Após a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro de 2022, vários países impuseram sanções à Rússia, Bielorrússia e certas regiões da Ucrânia. Houve uma mudança abrupta na situação geopolítica, com incertezas sobre a duração do conflito, mudanças no escopo das sanções e ações de retaliação, incluindo novas leis. Essas novas circunstâncias limitam a liberdade de operação das empresas do Grupo Cosan na região da Rússia e levam a uma distorção e volatilidade no nível de atividade. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, matérias-primas e outros custos de insumos, bem como tensões na cadeia de suprimentos e um aumento da inflação em muitos países.

Os riscos relacionados à segurança cibernética, perda de reputação, possíveis sanções adicionais, controles de exportação e outros regulamentos (incluindo restrições à transferência de fundos de e para a Rússia) aumentaram. A guerra em curso pode seguir afetando a produção e a demanda do consumidor. O Grupo Cosan avaliou as consequências da guerra nas Demonstrações Financeiras, considerando principalmente os impactos nos principais julgamentos e estimativas significativas, além das operações que podem ser afetadas, como:

- i. Volume transportado de fertilizantes;
- ii. Produção da cana-de-açúcar, devido a condições desfavoráveis para obtenção de fertilizante;
- iii. Aumento nos preços do petróleo, como resultado de uma oferta mais limitada de petróleo russo, pode levar a uma diminuição de nossas margens e a uma pressão nos custos de aquisição de insumos básicos, como óleo diesel;
- iv. Dívida e capital de terceiros para as nossas atividades de financiamento e investimento, impactados pelas medidas do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil para conter a inflação, como o aumento da taxa básica de juros;
- v. Aquisição de trilhos ferroviários pela Rumo: embora a Rumo seja capaz de obter trilhos ferroviários de outros fornecedores não-russos os preços cobrados e os prazos exigidos por esses fornecedores podem ser desfavoráveis em relação às condições comerciais praticadas no passado.

Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. O Grupo Cosan continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou “IFRS”, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas abaixo:

3.1. MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas subsidiárias e controlada em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada na participação de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”):

Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Dólar (USD)	R\$5,22	R\$5,58
Libra esterlina (£)	R\$6,28	R\$7,92
Euro (€)	R\$5,57	R\$6,55



lene (¥) R\$0,04 R\$0,05

3.2. USO DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Cosan e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.5 – Passivos de arrendamentos
- Nota 5.7 – Contas a receber de clientes
- Nota 5.10 – Ativo e passivo financeiro setorial
- Nota 5.11 – Mensuração de valor justo reconhecido
- Nota 8.2 – Aquisição de subsidiárias
- Nota 9 – Investimentos em controlada em conjunto
- Notas 10.1 e 10.2 – Imobilizado, intangível e ágio
- Notas 10.5 – Propriedades para investimento
- Nota 11 – Compromissos
- Nota 14 – Imposto de renda e contribuição social
- Nota 15 - Provisões para demandas judiciais
- Nota 22 – Obrigações de benefício pós-emprego
- Nota 23 – Remuneração baseada em ações

3.3. MUDANÇA NA APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA DE AMORTIZAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL DO DIREITO DE CONCESSÃO

A subsidiária indireta Comgás aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01 / IFRIC 12 e CPC 04 / IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Contudo, nota-se que as normas não especificam a classificação da amortização do ativo de concessão na demonstração do resultado. De tal maneira, desde a aquisição da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (“Comgás”), em novembro de 2012, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da essência da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas por não ser diretamente atribuível ao processo de distribuição de gás para compor os custos de vendas.

O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas gerais e administrativas para



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado		
	31/12/2021		
	Reportado	Reclassificação	Reapresentado
Receita operacional líquida	24.907.150	—	24.907.150
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(18.568.049)	(555.201)	(19.123.250)
Resultado bruto	6.339.101	(555.201)	5.783.900
Despesas de vendas	(716.210)	—	(716.210)
Despesas gerais e administrativas	(2.053.813)	555.201	(1.498.612)
Outras receitas operacionais, líquidas	387.440	—	387.440
Resultado operacional	(2.382.583)	555.201	(1.827.382)
Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro, líquido	3.956.518	—	3.956.518
Resultado de equivalência patrimonial	4.719.790	—	4.719.790
Resultado financeiro, líquido	(2.776.285)	—	(2.776.285)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.900.023	—	5.900.023
Imposto de renda e contribuição social	450.753	—	450.753
Resultado líquido do exercício	6.350.776	—	6.350.776

Essa reclassificação também foi refletida na Nota 4 - Informações por segmento.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (“*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*”).

Segmentos reportados

- i. Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de primeira e segunda geração, (ii) comercialização de gás natural e atuação como representante comercial em relação à venda de lubrificantes em postos de abastecimento de combustível, (iii) operações relacionadas ao negócio de lojas de conveniências Shell Select e proximidade OXXO do Grupo Nós, uma joint venture com a FEMSA Comércio. Após a reorganização societária da Raízen concluída em 1º de junho de 2021, nossa alta administração passou a considerar a Raízen como um único segmento reportável. Consequentemente, nossas informações de segmento reportadas anteriormente foram reformuladas para todos os períodos apresentados para refletir as mudanças nos segmentos reportáveis.
- ii. Gás e Energia: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.
- iii. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos e no mercado europeu. Além disso, sob a marca Comma, produz e distribui para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia.
 - iv. Logística: serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres.
 - v. Cosan Investimentos está dividido em dois subsegmentos reportáveis: (i) Terras: gestão de propriedades agrícolas; e (ii) Outros Investimentos: projetos de mineração e logística, plataformas digitais para serviços logísticos, além do investimento no Climate Tech Fund, fundo administrado pela Fifth Wall, especializado em inovação tecnológica.

Reconciliação:

- i. Cosan Corporativo: Este segmento representa a estrutura corporativa da Cosan, que inclui despesas com serviços de consultorias, com pessoal e demandas judiciais diversas. O segmento Corporativo também inclui o investimento feito na Vale, bem como outros investimentos.

Embora a Raízen seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2022

	Segmentos reportados					Reconciliação				
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Cosan Investimentos		Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
					Terras	Outros Investimentos				
Resultado										
Receita operacional bruta	259.262.308	25.361.549	10.984.268	10.449.453	865.700	11.873	—	(259.262.308)	(63.036)	47.609.807
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	197.402.638	25.361.549	10.327.853	10.174.985	865.700	11.873	—	(197.402.638)	(63.036)	46.678.924
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	61.859.670	—	656.415	274.468	—	—	—	(61.859.670)	—	930.883
Receita operacional líquida	244.293.722	20.133.787	8.980.077	9.841.508	834.616	10.416	—	(244.293.722)	(63.036)	39.737.368
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(233.658.136)	(16.561.153)	(6.990.171)	(6.695.147)	(560.274)	(9.428)	—	233.658.136	63.036	(30.753.137)
Lucro bruto	10.635.586	3.572.634	1.989.906	3.146.361	274.342	988	—	(10.635.586)	—	8.984.231
Despesas de vendas	(5.148.014)	(163.256)	(1.072.488)	(30.619)	—	(9.916)	—	5.148.014	—	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(2.425.318)	(781.730)	(347.591)	(468.574)	(45.535)	(68.404)	(264.497)	2.425.318	—	(1.976.331)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	283.606	(91.905)	29.002	348.543	1.302.442	(3)	164.143	(283.606)	—	1.752.222
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(119.338)	147.878	—	40.462	20.799	(57)	3.051.158	119.338	(2.791.497)	468.743
Resultado de equivalência patrimonial de controlada em conjunto	—	—	—	—	—	—	(92.179)	—	—	(92.179)
Resultado financeiro	(4.105.064)	(416.397)	(101.872)	(2.329.035)	4.106	3.851	(2.318.589)	4.105.064	—	(5.157.936)
Despesas financeiras	(3.010.398)	(1.331.114)	(114.249)	(1.521.478)	(3.550)	7.698	(1.743.842)	3.010.398	—	(4.706.535)
Receitas financeiras	811.948	898.103	75.817	1.108.620	7.656	5.101	3.682.224	(811.948)	—	5.777.521
Variação cambial	963.060	102.655	(15.394)	374.859	—	(8.948)	(192.426)	(963.060)	—	260.746
Derivativos	(2.869.674)	(86.041)	(48.046)	(2.291.036)	—	—	(4.064.545)	2.869.674	—	(6.489.668)
Imposto de renda e contribuição social	864.710	(329.185)	(10.062)	(193.116)	(74.915)	(68)	725.750	(864.710)	—	118.404
Resultado do exercício	(13.832)	1.938.039	486.895	514.022	1.481.239	(73.609)	1.265.786	13.832	(2.791.497)	2.820.875
Resultado atribuído aos:										
Acionistas controladores	(66.054)	1.572.263	340.914	156.380	749.840	(64.306)	1.212.438	66.054	(2.791.497)	1.176.032
Acionistas não controladores	52.222	365.776	145.981	357.642	731.399	(9.303)	53.348	(52.222)	—	1.644.843
	(13.832)	1.938.039	486.895	514.022	1.481.239	(73.609)	1.265.786	13.832	(2.791.497)	2.820.875
Outras informações selecionadas										
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	5.159	14.004	(9.297.498)	—	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.459.869	850.715	5.003.118	1.552.286	(72.233)	2.872.629	(12.524.020)	(2.791.497)	10.874.887
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	9.339.898	1.659.202	109.263	2.717.745	19.212	23.481	2.471	(9.339.898)	—	4.531.374
Reconciliação EBITDA										
Resultado do exercício	(13.832)	1.938.039	486.895	514.022	1.481.239	(73.609)	1.265.786	13.832	(2.791.497)	2.820.875
Impostos de renda e contribuição social	(864.710)	329.185	10.062	193.116	74.915	68	(725.750)	864.710	—	(118.404)
Resultado financeiro	4.105.064	416.397	101.872	2.329.035	(4.106)	(3.851)	2.318.589	(4.105.064)	—	5.157.936
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	5.159	14.004	(9.297.498)	—	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.459.869	850.715	5.003.118	1.552.286	(72.233)	2.872.629	(12.524.020)	(2.791.497)	10.874.887

(i) Mercado interno: vendas nos países em que cada entidade está localizada; Mercado externo: vendas para exportação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Cosan Investimentos Terras	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional bruta	188.825.984	15.711.939	7.697.074	6.925.628	32.695	4.973	(188.825.984)	(50.538)	30.321.771
Mercado interno ⁽ⁱ⁾	182.035.680	15.711.939	7.021.757	6.588.282	32.695	4.973	(182.035.680)	(50.538)	29.309.108
Mercado externo ⁽ⁱ⁾	6.790.304	—	675.317	337.346	—	—	(6.790.304)	—	1.012.663
Receita operacional líquida	175.047.270	12.330.209	6.112.457	6.479.031	31.502	4.489	(175.047.270)	(50.538)	24.907.150
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(163.367.574)	(9.755.425)	(4.808.643)	(4.605.187)	—	(4.533)	163.367.574	50.538	(19.123.250)
Lucro bruto	11.679.696	2.574.784	1.303.814	1.873.844	31.502	(44)	(11.679.696)	—	5.783.900
Despesas de vendas	(3.882.690)	(125.412)	(551.520)	(32.533)	—	(6.745)	3.882.690	—	(716.210)
Despesas gerais e administrativas	(1.788.180)	(502.048)	(269.810)	(405.414)	(6.499)	(314.841)	1.788.180	—	(1.498.612)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	717.792	25.569	23.414	(64.189)	21.017	381.629	(717.792)	—	387.440
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(43.534)	—	—	11.791	—	2.006.200	43.534	(1.888.832)	129.159
Resultado de equivalência patrimonial de controlada em conjunto	—	—	—	—	—	4.590.631	—	—	4.590.631
Resultado financeiro	(1.967.124)	(289.616)	(63.797)	(1.330.736)	3.199	(1.095.335)	1.967.124	—	(2.776.285)
Despesas financeiras	(1.606.724)	(900.783)	(61.870)	(1.086.354)	(51)	(978.031)	1.606.724	—	(3.027.089)
Receitas financeiras	580.266	703.204	58.071	375.941	3.250	94.484	(580.266)	—	1.234.950
Varição cambial	(1.076.722)	(60.953)	(66.118)	(11.761)	—	(469.823)	1.076.722	—	(608.655)
Derivativos	136.056	(31.084)	6.120	(608.562)	—	258.035	(136.056)	—	(375.491)
Imposto de renda e contribuição social	(1.350.252)	59.360	(147.138)	(13.765)	(4.215)	556.511	1.350.252	—	450.753
Resultado do exercício	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)	6.350.776
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	3.379.014	1.650.725	205.139	10.465	22.502	6.123.217	(3.379.014)	(1.888.832)	6.123.216
Acionistas não controladores	(13.306)	91.912	89.824	28.533	22.502	(5.211)	13.306	—	227.560
	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)	6.350.776
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	6.393.642	559.994	96.852	1.548.289	39	16.362	(6.393.642)	—	2.221.536
EBITDA	13.076.726	2.532.887	602.750	2.931.788	46.059	6.673.192	(13.076.726)	(1.888.832)	10.897.844
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	5.282.100	1.269.886	42.536	2.746.692	278	8.201	(5.282.100)	—	4.067.593
Reconciliação EBITDA									
Resultado do exercício	3.365.708	1.742.637	294.963	38.998	45.004	6.118.006	(3.365.708)	(1.888.832)	6.350.776
Impostos de renda e contribuição social	1.350.252	(59.360)	147.138	13.765	4.215	(556.511)	(1.350.252)	—	(450.753)
Resultado financeiro	1.967.124	289.616	63.797	1.330.736	(3.199)	1.095.335	(1.967.124)	—	2.776.285
Depreciação e amortização	6.393.642	559.994	96.852	1.548.289	39	16.362	(6.393.642)	—	2.221.536
EBITDA	13.076.726	2.532.887	602.750	2.931.788	46.059	6.673.192	(13.076.726)	(1.888.832)	10.897.844

(i) Mercado interno: vendas nos países em que cada entidade está localizada; Mercado externo: vendas para exportação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2022

	Segmentos reportados					Reconciliação				Consolidado
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Cosan Investimentos		Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
					Terras	Outros Investimentos				
Itens do balanço patrimonial:										
Caixa e equivalentes de caixa	4.902.800	3.405.648	865.370	7.385.421	25.582	110.228	1.509.467	(4.902.800)	—	13.301.716
Títulos e valores mobiliários	126.206	578.358	62.919	840.061	217.061	91.103	20.310.264	(126.206)	—	22.099.766
Contas a receber de clientes	10.316.720	1.931.205	1.101.336	578.324	314.834	1.843	—	(10.316.720)	—	3.927.542
Ativos financeiros derivativos	7.023.284	391.863	—	874.843	—	—	2.885.046	(7.023.284)	—	4.151.752
Estoques	16.043.114	133.881	1.509.357	225.813	—	—	8	(16.043.114)	—	1.869.059
Ativos financeiros setoriais	—	342.333	—	—	—	—	—	—	—	342.333
Outros ativos financeiros	230.780	277	450	—	—	—	88.511	(230.780)	—	89.238
Outros ativos circulantes	10.285.568	1.037.587	405.314	724.415	74.623	110.517	1.705.199	(10.285.568)	(1.167.488)	2.890.167
Outros ativos não circulantes	8.938.318	897.654	297.616	3.385.624	7.643	900	3.040.182	(8.938.318)	(266.513)	7.363.106
Investimentos em associadas	—	2.525.292	—	381.469	74.505	—	15.751.855	—	(15.819.178)	2.913.943
Investimentos em controlada em conjunto	1.371.430	—	—	—	—	—	11.221.356	(1.371.430)	—	11.221.356
Ativos biológicos	3.254.850	—	—	—	9.992	—	—	(3.254.850)	—	9.992
Imobilizado	25.210.448	671.573	805.377	17.049.188	34	363.374	58.890	(25.210.448)	—	18.948.436
Intangível	9.337.192	12.015.135	2.854.874	6.774.306	—	475.337	2.290	(9.337.192)	—	22.121.942
Ativos de contrato	3.297.856	1.110.335	8.380	—	—	—	—	(3.297.856)	—	1.118.715
Direito de uso	9.556.152	83.059	170.120	7.732.284	3.584	790	23.032	(9.556.152)	—	8.012.869
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	14.103.060	—	—	—	—	14.103.060
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.551.302)	(8.278.839)	(2.862.154)	(16.758.088)	—	—	(25.088.135)	33.551.302	—	(52.987.216)
Passivos de arrendamento	(10.568.042)	(76.606)	(166.651)	(3.254.011)	(3.708)	(818)	(30.364)	10.568.042	—	(3.532.158)
Passivos financeiros derivativos	(4.909.074)	(400.351)	(18.146)	(1.412.945)	—	—	(3.459.490)	4.909.074	—	(5.290.932)
Fornecedores	(18.789.160)	(1.842.810)	(1.602.936)	(746.433)	(71.684)	(790)	(115.198)	18.789.160	—	(4.379.851)
Ordenados e salários a pagar	(837.208)	(193.585)	(112.590)	(296.833)	—	(7.232)	(49.281)	837.208	—	(659.521)
Passivos financeiros setoriais	—	(1.616.616)	—	—	—	—	—	—	—	(1.616.616)
Outras contas a pagar circulantes	(7.176.122)	(906.844)	(397.704)	(1.786.009)	(905.816)	(3.105)	(1.230.804)	7.176.122	609.462	(4.620.820)
Outras contas a pagar não circulantes	(7.983.554)	(3.326.667)	(571.672)	(6.286.975)	(465.486)	(66.883)	(3.335.333)	7.983.554	824.537	(13.228.479)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	<u>26.080.256</u>	<u>8.481.882</u>	<u>2.349.260</u>	<u>15.410.454</u>	<u>13.384.224</u>	<u>1.075.272</u>	<u>23.287.487</u>	<u>(26.080.256)</u>	<u>(15.819.180)</u>	<u>48.169.399</u>
Ativo total	109.894.718	25.124.200	8.081.113	45.951.748	14.830.918	1.154.100	56.596.092	(109.894.718)	(17.253.179)	134.484.992
Patrimônio líquido atribuível aos:										
Acionistas controladores	22.507.108	4.310.836	1.647.259	4.613.308	4.187.415	1.060.360	20.653.169	(22.507.108)	(15.819.180)	20.653.167
Acionistas não controladores	3.573.148	4.171.046	702.001	10.797.146	9.196.809	14.912	2.634.318	(3.573.148)	—	27.516.232
Total do patrimônio líquido	26.080.256	8.481.882	2.349.260	15.410.454	13.384.224	1.075.272	23.287.487	(26.080.256)	(15.819.180)	48.169.399



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2021

	Segmentos reportados				Reconciliação				Consolidado
	Cosan Investimentos				Desconsolidação de controlada em conjunto			Eliminações entre segmentos	
	Raízen	Gás e Energia	Moove	Logística	Terras	Cosan Corporativo			
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	5.034.788	3.562.358	1.059.866	9.448.193	7.468	2.096.245	(5.034.788)	—	16.174.130
Títulos e valores mobiliários	154.052	1.876.006	129.390	1.425.897	46.094	910.620	(154.052)	—	4.388.007
Contas a receber de clientes	7.618.176	1.427.720	605.928	503.316	207.761	1.128	(7.618.176)	—	2.745.853
Ativos financeiros derivativos	11.805.548	358.456	26.513	1.674.821	—	2.673.136	(11.805.548)	—	4.732.926
Estoques	14.297.068	129.554	790.825	228.923	—	2	(14.297.068)	—	1.149.304
Ativos financeiros setoriais	—	558.310	—	—	—	—	—	—	558.310
Outros ativos financeiros	261.412	—	466	—	319.728	(1)	(261.412)	—	320.193
Outros ativos circulantes	12.545.650	340.909	298.004	747.308	13.470	1.599.793	(12.545.650)	(668.152)	2.331.332
Outros ativos não circulantes	8.562.180	1.370.964	246.934	3.197.105	354	2.180.560	(8.562.180)	(240.675)	6.755.242
Investimentos em associadas	—	—	—	57.844	—	14.518.340	—	(13.796.117)	780.067
Investimentos em controlada em conjunto	1.317.720	—	—	—	—	10.936.663	(1.317.720)	—	10.936.663
Ativos biológicos	3.106.744	—	—	—	—	—	(3.106.744)	—	—
Imobilizado	22.506.160	271.490	334.065	15.974.562	31	68.405	(22.506.160)	—	16.648.553
Intangível	9.226.852	9.328.654	1.285.884	7.131.645	—	35.315	(9.226.852)	—	17.781.498
Ativos de contrato	2.941.390	684.970	21.011	1	—	—	(2.941.390)	—	705.982
Direito de uso	10.758.442	73.220	51.458	7.784.941	3.203	34.445	(10.758.442)	—	7.947.267
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	3.886.696	—	—	—	3.886.696
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.967.092)	(7.667.987)	(831.148)	(21.178.748)	—	(15.981.154)	26.967.092	—	(45.659.037)
Passivos de arrendamento	(10.685.524)	(63.752)	(53.436)	(3.106.883)	(3.253)	(40.354)	10.685.524	—	(3.267.678)
Passivos financeiros derivativos	(12.377.276)	(357.932)	—	(576.749)	—	(141.480)	12.377.276	—	(1.076.161)
Fornecedores	(15.678.442)	(1.798.977)	(828.690)	(618.658)	(1.006)	(6.173)	15.678.442	—	(3.253.504)
Ordenados e salários a pagar	(788.948)	(104.404)	(132.158)	(255.963)	—	(60.466)	788.948	—	(552.991)
Passivos financeiros setoriais	—	(1.372.283)	—	—	—	—	—	—	(1.372.283)
Outras contas a pagar circulantes	(9.591.918)	(472.592)	(349.967)	(1.384.611)	(48.739)	(1.384.099)	9.591.918	148.171	(3.491.837)
Outras contas a pagar não circulantes	(8.647.572)	(1.771.568)	(368.788)	(6.034.881)	(193.601)	(2.691.338)	8.647.572	761.666	(10.298.510)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	25.399.410	6.373.116	2.286.157	15.018.063	4.238.206	14.749.587	(25.399.410)	(13.795.107)	28.870.022
Ativo total	110.136.182	19.982.611	4.850.344	48.174.556	4.484.805	35.054.651	(110.136.182)	(14.704.944)	97.842.023
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	23.870.251	5.585.768	1.599.949	4.479.944	2.119.104	14.751.279	(23.870.251)	(13.795.107)	14.740.937
Acionistas não controladores	1.529.159	787.348	686.208	10.538.119	2.119.102	(1.692)	(1.529.159)	—	14.129.085
Total do patrimônio líquido	25.399.410	6.373.116	2.286.157	15.018.063	4.238.206	14.749.587	(25.399.410)	(13.795.107)	28.870.022



4.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA POR SEGMENTO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Segmentos reportados		
Raízen		
Etanol	29.652.112	27.464.271
Açúcar	23.695.768	13.946.480
Gasolina	66.586.914	55.158.035
Diesel	106.684.577	71.828.092
Cogeração	3.688.108	3.968.947
Outros	13.986.243	7.288.547
Eliminação partes relacionadas ⁽ⁱ⁾	—	(4.607.102)
	<u>244.293.722</u>	<u>175.047.270</u>
Gás e Energia		
Distribuição de gás natural		
Industrial	13.460.397	7.386.258
Residencial	2.103.984	1.610.286
Cogeração	970.208	637.489
Automotivo	958.363	364.664
Comercial	776.042	448.615
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Outros	408.431	242.226
	<u>19.895.243</u>	<u>11.709.714</u>
Comercialização de energia elétrica	238.544	620.495
	<u>20.133.787</u>	<u>12.330.209</u>
Moove		
Produto acabado	8.094.216	5.088.102
Óleo básico	596.443	457.991
Serviços	289.418	566.364
	<u>8.980.077</u>	<u>6.112.457</u>
Logística		
Operações norte	7.635.243	4.518.982
Operações sul	1.739.391	1.624.084
Operações de contêineres	466.874	335.965
	<u>9.841.508</u>	<u>6.479.031</u>
Cosan Investimentos		
Terras		
Arrendamento e venda de propriedades	834.616	31.502
	<u>834.616</u>	<u>31.502</u>
Outros Investimentos		
Plataformas digitais	2.804	—
Serviços logísticos	7.612	—
	<u>10.416</u>	<u>—</u>
Reconciliação		
Cosan Corporativo	—	4.489
Desconsolidação de controlada em conjunto, ajustes e eliminações	(244.356.758)	(175.097.808)
Total	<u><u>39.737.368</u></u>	<u><u>24.907.150</u></u>

(i) Em 1 de junho de 2021, a Raízen S.A. passou a consolidar a Raízen Energia e, com isso, os saldos entre as entidades passaram a ser apresentados líquidos.



4.2. INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA GEOGRÁFICA

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Brasil	34.128.831	21.571.783	11.957.039	12.551.261
Europa ⁽ⁱ⁾	3.080.840	2.551.739	7.762	10.515
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	697.117	632.235	7.294	6.320
América do Norte ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.770.487	81.384	17.173	—
Ásia e outros	60.093	70.009	—	—
Total	39.737.368	24.907.150	11.989.268	12.568.096

Principais países:

- (i) Inglaterra, França, Espanha e Portugal;
- (ii) Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e
- (iii) Estados Unidos da América.

4.3. PRINCIPAIS CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Rumo possuía um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da sua receita operacional líquida, com um valor aproximado de R\$858.831. Em 2021 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,04% da receita líquida da subsidiária com um valor aproximado de R\$660.860.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre capital próprio a receber.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	759.965	683.036	1.134.030	1.680.328
Títulos e valores mobiliários	5.3	724.050	893.087	22.099.766	4.388.007
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	1.368.809	2.562.856	4.151.752	4.732.926
Outros ativos financeiros		—	—	89.238	320.193
		2.852.824	4.138.979	27.474.786	11.121.454
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	588.496	1.035.041	12.167.686	14.493.802
Contas a receber de clientes	5.2	—	—	3.927.542	2.745.853
Caixa restrito	5.3	35.039	31.181	139.933	58.990
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	737.340	529.364	476.542	416.491
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	342.333	558.310
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	609.456	540.091	161.147	519.965
		1.970.331	2.135.677	17.215.183	18.793.411
Total		4.823.155	6.274.656	44.689.969	29.914.865
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(5.475.628)	(8.164.256)	(21.620.197)	(25.444.437)
Fornecedores	5.9	(115.146)	(4.506)	(4.379.851)	(3.253.504)
Contraprestação a pagar		—	—	(223.960)	(234.960)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(954.547)	(726.423)
Passivos de arrendamento	5.5	(30.365)	(40.047)	(3.532.158)	(3.267.678)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamento e concessão parcelados	12	—	—	(3.351.410)	(3.054.248)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(10.458.897)	(7.700.429)	(387.736)	(287.609)
Dividendos a pagar	16	(279.979)	(754.282)	(892.006)	(799.634)
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	(1.616.616)	(1.372.283)
Parcelamento de débitos tributários	13	(202.140)	(194.228)	(208.760)	(200.664)
		(16.562.155)	(16.857.748)	(37.167.241)	(38.641.440)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	—	—	(31.367.019)	(20.214.600)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(618.947)	(141.480)	(5.290.932)	(1.076.161)
		(618.947)	(141.480)	(36.657.951)	(21.290.761)
Total		(17.181.102)	(16.999.228)	(73.825.192)	(59.932.201)

- (i) As subsidiárias da Companhia possuem operações que buscam maneiras de melhorar a eficiência do capital de giro e geralmente negociam o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e firmam acordos de pagamento estruturados (também conhecidos como *reverse factoring* ou risco sacado) com intermediários terceirizados, como instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo antecipado pela Rumo e Moove junto a instituições financeiras era de R\$710.736 e R\$64.099 (R\$514.716 e R\$57.704 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. Essas operações tiveram bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021) para a Rumo e CDI + 2,5% a.a. (CDI + 2,5% a.a. em 31 de dezembro de 2021) para a Moove. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 109 e 102 dias (90 e 107 dias em 31 dezembro de 2021), respectivamente. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados no resultado financeiro, tendo representado R\$96.752 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.155 em 31 de dezembro de 2021).

Também possuímos um programa voluntário de financiamento da cadeia de suprimentos (“SCF”) que permite que os fornecedores, a seu exclusivo critério, aproveitem o benefício de nossa classificação de crédito. As subsidiárias e seus fornecedores concordam com os termos comerciais para os bens e serviços que adquirimos, incluindo preços, quantidades e condições de pagamento, independentemente de o fornecedor optar por participar do programa SCF. Não há alteração em nenhum dos termos das obrigações de pagamento aos nossos fornecedores. Nenhuma garantia é fornecida pela Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias no programa SCF. Quando contratado, a Companhia e suas subsidiárias pagam à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária.

Em 31 de dezembro de 2022, para o programa SCF, as subsidiárias Rumo e Compass apresentam saldos antecipados pelos fornecedores, junto a instituições financeiras, no montante de R\$107.133 e R\$72.579, respectivamente (R\$62.070 e R\$91.933 em dezembro de 2021).

O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores a agentes financeiros é classificado na demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.



5.1. DÍVIDA LÍQUIDA

As informações na tabela abaixo apresentam uma reconciliação da dívida líquida, uma medida financeira não-GAAP. Uma medida financeira não-GAAP é geralmente definida como aquela que pretende medir o desempenho financeiro, mas exclui ou inclui valores que não seriam ajustados na medida GAAP mais comparável.

A dívida líquida também é usada para calcular certos índices de alavancagem. No entanto, a dívida líquida não é uma medida de acordo com a IFRS e não deve ser considerada como um substituto para medidas de endividamento determinadas de acordo com a IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	5.4	5.475.628	8.164.256	52.987.216	45.659.037
Passivos de arrendamento	5.5	30.365	40.047	3.532.158	3.267.678
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾		(706.733)	(2.150.914)	1.228.928	(3.633.381)
		4.799.260	6.053.389	57.748.302	45.293.334
(-) Caixa e equivalente de caixa	5.2	(1.348.461)	(1.718.077)	(13.301.716)	(16.174.130)
(-) Títulos e valores mobiliários	5.3	(724.050)	(893.087)	(22.099.766)	(4.388.007)
		(2.072.511)	(2.611.164)	(35.401.482)	(20.562.137)
Dívida líquida		2.726.749	3.442.225	22.346.820	24.731.197

(i) Reconciliação dos instrumentos financeiros derivativos, relacionados a dívida e não-dívida, conforme Nota 5.6.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6x	0,17
Debenture 4ª a 9ª emissões	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	1,64
BNDES Resolução 4.131		
Debênture 1ª emissão	Dívida líquida <i>proforma</i> ^(iv) /EBITDA <i>proforma</i> ^(iv) não poderá ser superior a 3,5x	1,72
Senior Notes 2027 Senior Notes 2029		
Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) ECA	ICJ ^(viii) = EBITDA/Resultado financeiro ^(v) não poderá ser inferior à 2,0x	2,87
Senior Notes 2028 ^(vi) Senior Notes 2032 ^(vi)	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x	2,25
NCE ECA		
Debêntures ^(vii)		
BNDES	Sulgás	0,35
	Endividamento de curto prazo/Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,8x	0,64
	Brado	ICSD ^(ix) não poderá ser inferior a 2,0x
NCE	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,0x	1,72
	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,3x	
Syndicated Loan	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,98
	CLI	ICSD ^(ix) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre

(i) A dívida líquida consiste na dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.
- (iv) Dívida líquida e EBITDA *proforma*, incluindo informações financeiras de joint venture. A dívida líquida e o EBITDA *proforma* são uma medida não GAAP.
- (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida.
- (vi) *Senior Notes due 2028* foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A subsidiária Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “modernização da ferrovia”. A subsidiária emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

Senior Notes due 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% até 2026 e 21,6% até 2030 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (*Ton per useful kilometer*), ou “TKU”, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A subsidiária Rumo está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* caso não atinja essas metas, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.
- (vii) As debêntures 11^a, 12^a e 13^a emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem em 3,0x. Contudo, as mesmas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.
- (viii) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”).
- (ix) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).

Outros compromissos ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance)

A 2^a Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por TKU em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *step-down* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1^a série e IPCA + 4,52% na 2^a série.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não-financeiras.

Os termos dos empréstimos incluem provisões para *cross-default*.



5.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	147	258	307.819	98.116
Conta remunerada	184.386	525.249	974.198	2.594.723
Aplicações financeiras	1.163.928	1.192.570	12.019.699	13.481.291
	1.348.461	1.718.077	13.301.716	16.174.130

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	759.965	683.036	1.181.280	1.680.328
Outras	—	—	123.052	—
	759.965	683.036	1.304.332	1.680.328
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	403.823	509.376	10.396.376	8.744.999
Operações compromissadas	—	—	96.841	974.494
Outras ⁽ⁱ⁾	140	158	222.150	2.081.470
	403.963	509.534	10.715.367	11.800.963
	1.163.928	1.192.570	12.019.699	13.481.291

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era composto substancialmente por aplicações em *time deposits* relativos aos valores da Rumo Luxembourg, pela captação da *Senior Notes (Bond)* com vencimento em 2032 e com remuneração ponderada de 49 bps (0,47% ao ano).

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas próximas de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed (Sistema de Reserva Federal). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na Nota 5.12.

5.3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários				
Investimento financeiro em entidades listadas ⁽ⁱ⁾	—	—	19.586.193	—
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱⁱ⁾	724.050	893.087	2.421.297	4.371.645
Fundos ESG	—	—	91.103	15.311
Certificado de depósitos bancários - CDB	—	—	1.173	1.051
	724.050	893.087	22.099.766	4.388.007
Circulante	724.050	893.087	2.422.470	4.372.696
Não circulante	—	—	19.677.296	15.311
Total	724.050	893.087	22.099.766	4.388.007
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	35.039	31.181	139.933	58.990
	35.039	31.181	139.933	58.990
Circulante	—	—	8.024	—
Não circulante	35.039	31.181	131.909	58.990
Total	35.039	31.181	139.933	58.990

- (i) Investimento financeiro na Vale, conforme Nota 1.2.6, mensurado pelo valor justo por meio do resultado na data do fechamento. Tal investimento foi classificado como não circulante, pois a Companhia não tem intenção de venda dessas ações no curto prazo, embora essas ações sejam extremamente líquidas e prontamente conversíveis em caixa.
- (ii) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

5.4. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil:

Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021		
Sem garantia						
Senior Notes due 2029 ⁽ⁱ⁾	Pré-fixado	—	—	4.226.142	01/09/2029	Aquisição
Debêntures	CDI + 2,65%	16,66%	1.819.837	1.858.837	01/08/2025	Investimentos
	CDI + 1,50%	15,35%	407.308	—	01/05/2028	Investimentos
	CDI + 1,65%	15,53%	787.519	774.215	01/08/2028	Investimentos
	CDI + 2,00%	15,92%	946.379	930.301	01/08/2031	Investimentos
	IPCA + 5,75%	12,15%	394.008	374.761	01/08/2031	Investimentos
	CDI + 1,90%	15,81%	1.120.577	—	01/05/2032	Investimentos
			5.475.628	8.164.256		
Circulante			802.549	269.793		
Não circulante			4.673.079	7.894.463		

- (i) A Cosan transferiu o *Senior Notes due 2029* para a Cosan Luxembourg S.A. (“Cosan Lux”) e reconheceu um contrato de mútuo entre as partes, conforme apresentado na Nota 5.8.

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado		Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021		
Com garantia						
Resolução 4.131	Pré-fixado	—	—	148.932	01/11/2022	Capital de giro
	Pré-fixado	2,95%	868.367	—	01/10/2024	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	578.708	—	01/10/2024	Investimentos
	Pré-fixado	3,20%	2.009.452	—	01/10/2025	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	1.338.697	—	01/10/2025	Investimentos
	Pré-fixado	3,40%	1.966.061	—	01/10/2026	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	1.309.330	—	01/10/2026	Investimentos
	Pré-fixado	3,56%	816.172	—	01/10/2027	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	543.160	—	01/10/2027	Investimentos
	BNDES	Pré-fixado	3,50%	378	727	01/01/2024
Pré-fixado		5,86%	280.919	461.756	01/01/2025	Investimentos
IPCA + 3,25%		9,50%	1.653.501	945.663	01/04/2029	Investimentos
IPCA + 4,10%		10,40%	131.885	154.843	01/04/2029	Investimentos
URTJLP		9,29%	2.221.900	2.598.623	01/07/2031	Investimentos
IPCA + 5,74%		12,14%	544.925	—	01/04/2036	Investimentos
Debêntures	CDI + 1,79%	15,68%	754.785	753.770	01/06/2027	Investimentos
	CDI + 1,30%	15,13%	759.175	746.725	01/10/2027	Investimentos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	IPCA + 4,77%	10,63%	632.440	694.898	01/06/2031	Investimentos
Cédula de Crédito Bancário	IPCA	6,59%	806.028	646.624	01/01/2048	Investimentos
Nota de crédito de exportação	CDI + 1,03%	14,84%	98.003	86.707	01/02/2023	Investimentos
	CDI + 0,80%	14,56%	355.770	515.928	01/12/2023	Investimentos
	CDI + 2,07%	16,33%	50.467	—	01/03/2025	Capital de giro
	CDI + 2,25%	16,81%	62.760	60.700	01/05/2026	Investimentos
<i>Export Credit Agency</i> (“ECA”)	Euribor + 0,58%	1,94%	68.455	95.460	01/09/2026	Investimentos
	IPCA + 4,10%	18,47%	73.717	—	01/01/2030	Investimentos
			17.925.055	7.911.356		
Sem garantia						
Debêntures	CDI +0,50%	—	—	2.033.161	01/10/2022	Investimentos
	IPCA + 7,48%	—	—	165.478	01/12/2022	Investimentos
	IPCA + 5,87%	12,28%	907.366	873.474	01/12/2023	Investimentos
	CDI + 1,95%	15,87%	824.866	717.651	01/08/2024	Investimentos
	IPCA + 4,33%	10,64%	523.837	501.278	01/10/2024	Investimentos
	CDI + 2,65%	16,66%	1.819.837	1.858.837	01/08/2025	Investimentos
	IPCA + 7,36%	13,86%	114.014	108.451	01/12/2025	Investimentos
	IPCA + 4,68%	10,53%	518.680	543.752	01/02/2026	Investimentos
	CDI + 1,45%	15,30%	399.616	—	01/12/2026	Investimentos
	IGPM + 6,10%	12,36%	372.171	352.235	01/05/2028	Investimentos
	CDI + 1,50%	15,35%	407.308	—	01/05/2028	Investimentos
	CDI + 1,65%	15,53%	787.519	774.215	01/08/2028	Investimentos
	IPCA + 4,50%	10,34%	1.523.382	1.483.873	01/02/2029	Investimentos
	IPCA + 3,90%	9,71%	1.048.252	1.018.844	01/10/2029	Investimentos
	IPCA + 6,80%	12,77%	893.852	891.972	01/04/2030	Investimentos
	IPCA + 3,60%	9,39%	367.476	361.862	01/12/2030	Capital de giro
	IPCA + 5,12%	11,48%	491.153	484.974	01/08/2031	Investimentos
	CDI + 2,00%	15,92%	946.379	930.301	01/08/2031	Investimentos
	IPCA + 5,75%	12,15%	394.008	374.761	01/08/2031	Investimentos
	CDI + 1,90%	15,81%	1.120.577	—	01/05/2032	Investimentos
	IPCA + 5,99%	11,91%	435.780	—	01/06/2032	Investimentos
	IPCA + 5,73%	11,64%	537.261	505.584	01/10/2033	Investimentos
	IPCA + 4,00%	9,81%	941.203	952.671	01/12/2035	Investimentos
	IPCA + 4,54%	10,38%	80.987	126.668	01/06/2036	Investimentos
	IPCA + 5,22%	11,59%	467.841	477.578	01/08/2036	Investimentos
<i>Senior Notes due 2023</i>	Pré-fixado	—	—	685.550	01/03/2023	Aquisição
<i>Senior Notes due 2025</i>	Pré-fixado	—	—	2.981.335	01/01/2022	Aquisição
<i>Senior Notes due 2029</i>	Pré-fixado	5,50%	3.953.564	4.226.142	01/09/2029	Aquisição
<i>Senior Notes due 2027</i>	Pré-fixado	7,00%	3.587.265	4.305.928	01/01/2027	Aquisição
<i>Senior Notes due 2028</i>	Pré-fixado	5,25%	2.196.083	2.700.621	01/01/2028	Aquisição
<i>Senior Notes due 2032</i>	Pré-fixado	4,20%	2.124.051	2.800.716	01/01/2032	Aquisição
<i>Perpetual Notes</i>	Pré-fixado	8,25%	2.641.732	2.825.420	01/11/2040	Aquisição
Capital de giro	CDI + 1,60%	15,47%	100.170	100.157	01/06/2023	Capital de giro
	SOFR + 1,50%	1,50%	2.334.615	—	01/05/2027	Aquisição
Resolução 4.131	Pré-fixado	5,50%	45.124	—	01/05/2023	Investimentos
	Pré-fixado	3,67%	395.285	438.823	01/05/2023	Investimentos
	Pré-fixado	1,36%	377.705	414.378	01/02/2024	Investimentos
	Pré-fixado	2,13%	1.000.957	—	01/02/2025	Investimentos
Pré-pagamento	1,27%	1,27%	151.871	166.355	01/07/2023	Capital de giro



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3M Libor + 1,00%	1,59%	104.667	111.955	01/10/2023	Capital de giro
Empréstimos no exterior	Pré-fixado	—	—	857	01/09/2022	Investimentos
	Pré-fixado	—	—	37.674	01/11/2022	Capital de giro
	6M Libor + 1,50%	—	—	263.501	01/12/2022	Aquisição
	Pré-fixado	1,90%	125.707	150.649	01/12/2023	Investimentos
			35.062.161	37.747.681		
Total			52.987.216	45.659.037		
Circulante			4.542.205	4.241.368		
Não circulante			48.445.011	41.417.669		

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na Nota 5.6.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 13,65% a.a. (9,15% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e TJLP de 7,20% a.a. (5,32% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1 a 2 anos	571.971	569.676	4.534.638	4.339.743
2 a 3 anos	571.564	569.676	6.663.907	2.968.458
3 a 4 anos	—	571.582	5.631.841	4.029.690
4 a 5 anos	372.687	—	8.550.932	984.015
5 a 6 anos	772.925	365.786	4.836.087	6.902.914
6 a 7 anos	428.001	370.455	6.527.516	4.701.952
7 a 8 anos	794.668	4.604.494	2.180.672	6.595.854
Acima de 8 anos	1.161.263	842.794	9.519.418	10.895.043
	4.673.079	7.894.463	48.445.011	41.417.669

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reais	5.475.628	3.938.114	24.450.190	23.304.742
Dólar americano	—	4.226.142	18.912.917	21.806.154
Euro	—	—	5.728.508	96.317
Iene	—	—	3.769.894	—
Libra esterlina	—	—	125.707	451.824
	5.475.628	8.164.256	52.987.216	45.659.037

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em dólares norte-americanos, euros e ienes, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.6), exceto para bônus perpétuos.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	—	15.427.227
Reorganização societária	5.982.343	26.817.519
Captação	1.986.070	11.390.562
Amortização de principal	(5.427)	(8.612.361)
Pagamento de juros	(262.407)	(1.916.413)
Juros, variação cambial e valor justo	463.677	2.552.503
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.164.256	45.659.037
Combinação de negócios (Nota 8.2)	—	12.825
Captação ⁽ⁱ⁾	9.450.210	23.886.960
Amortização de principal ⁽ⁱ⁾	—	(15.278.378)
Pagamento de juros	(830.380)	(3.441.978)
Transferência ⁽ⁱⁱ⁾	(12.196.109)	—
Juros, variação cambial e valor justo	887.651	2.148.750
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.475.628	52.987.216

(i) Os montantes apresentados estão substancialmente associados a operação de aquisição das ações da Vale. Veja Nota 1.2.6.

(ii) O montante está relacionado a transferência das dívidas do *Senior Note due 2029* para a Cosan Lux e as transferências Notas Comerciais para Cosan Nove e Cosan Dez.

a) Garantias

A subsidiária Rumo possui contratos de financiamentos com instituições financeiras destinados à investimentos, garantidos conforme cada contrato, por fianças bancárias, com custo médio 0,66% a.a. ou por garantias reais e conta caução. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$3.037.453 (R\$3.328.076 em 31 de dezembro de 2021).

A subsidiária CLI possui garantia bancária para um empréstimo da Cosan Lubrificantes S.R.L. (“Moove Argentina”), com custo médio anual de 0,18%, e garantia com bancos de primeira linha para pagamento a terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fianças contratadas era de R\$44.813.

A subsidiária Cosan Oito possui garantias com as instituições bancárias referente à transação descrita na Nota 1.2.6.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias dispunham de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor de R\$3.052.287 (R\$3.648.023 em 31 de dezembro de 2021). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.11) devido ao uso de dados não observáveis, incluindo o risco de crédito próprio.



Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 5.12.

5.5. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são feitos na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados com base no valor presente. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início;
- iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e
- iv. o preço de exercício da opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo locatário de rescindir o arrendamento.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e
- iii. faz ajustes específicos ao arrendamento, por ex. prazo, país, moeda e segurança.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do período do arrendamento de forma



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de móveis de escritório.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

Para locações de armazéns, lojas de varejo e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes:

- Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar), o grupo é normalmente razoavelmente certo de estender (ou não encerrar).
- Se espera que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor remanescente significativo, a Companhia normalmente tem uma certeza razoável de estender (ou não rescindir).
- Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos e interrupção de negócios necessários para substituir o ativo arrendado.

A maioria das opções de extensão em escritórios e locações de veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia poderia substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção dos negócios.

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, um a opção será exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	28.145	79.763
Reorganização societária	9.711	2.950.960
Combinação de negócios	—	3.281
Adições	274	142.105
Apropriação de juros e variação cambial	3.191	359.400
Amortização de principal	(3.689)	(421.394)
Pagamento de juros	(3.554)	(142.484)
Reajuste contratual	5.969	338.659
Transferências entre passivos	—	(42.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.047	3.267.678
Combinação de negócios (Nota 8.2)	—	174.229
Adições	542	224.714
Baixas	(7.769)	(116.157)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apropriação de juros e variação cambial	3.437	377.449
Amortização de principal	(5.051)	(400.248)
Pagamento de juros	(3.933)	(211.611)
Reajuste contratual	3.092	221.077
Transferências entre passivos	—	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.365	3.532.158
Circulante	7.676	550.529
Não circulante	22.689	2.981.629
	30.365	3.532.158

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGP-M e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	56.612	35.482
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	14.986	30.507
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	1.445	978
	73.043	66.967

Informações adicionais

As subsidiárias, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procederam o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% e 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, nas transações em que a taxa incremental é usada, se a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, são apresentados na coluna “Ofício”:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas	2022			2021		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.356.738)	(2.542.492)	8,00%	(2.121.577)	(2.287.777)	8,00%
Direito de uso residual	6.728.345	6.725.560	—	6.743.631	6.755.661	—
Despesa financeira	(273.058)	(289.010)	6,00%	(253.446)	(265.511)	5,00%
Despesa de depreciação	(328.848)	(334.245)	2,00%	(280.462)	(285.462)	2,00%

Os saldos registrados pela subsidiária Rumo incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e no direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$2.065.002 (R\$1.185.207 em 31 de dezembro de 2021). O potencial crédito de PIS e COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.318 (R\$6.154 em 31 de dezembro de 2021).

5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

A Companhia mensurou e classificou os ativos financeiros patrimoniais pelo valor justo por meio do resultado, observado pelo valor das ações da Vale no mercado. O *equity forward* também foi mensurado e classificado pelo valor justo por meio do resultado, observando o modelo de precificação *Black & Scholes*, que usa o preço da ação e a volatilidade da ação subjacente, bem como as taxas de juros como parâmetros de entrada significativos.

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	—	2.994.267	—	(220)	53.012	3.313.428	(485)	21.305
Contratos de opções cambiais	—	—	—	—	676.214	—	25.360	—
Contratos de opções de <i>commodity</i> ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	—	—	—	—	21.744	—
	—	2.994.267	—	(220)	729.226	3.313.428	46.619	21.305
Derivativos de energia elétrica								
Contratos a termo	—	—	—	—	—	1.407.476	—	(248.123)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	—	—	—	—	—	1.407.476	—	(248.123)
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de <i>Swap</i> (juros) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	9.255.278	324.300	(195.017)	(75.618)	9.255.278	3.019.917	(155.518)	154.654
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio) ^(iv)	7.318.840	5.495.733	901.749	2.226.752	17.191.070	13.223.981	790.840	3.380.554
Contratos de termo (juros e câmbio) ^(v)	—	—	—	—	12.811.427	—	760.152	—
Contratos de <i>Swap</i> (juros e inflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	—	—	10.070.343	6.590.408	(500.444)	77.913
	16.574.118	5.820.033	706.732	2.151.134	49.328.118	22.834.306	895.030	3.613.121
Risco de preço de ação								
Contratos de <i>Swap</i> (TRS) ^(vi)	1.515.827	1.074.113	43.130	270.462	1.515.827	1.074.113	43.130	270.462
<i>Call Spread</i> ^(v)	—	—	—	—	5.594.212	—	1.954.493	—
<i>Collar</i> (Ações Vale) ^(v)	—	—	—	—	16.931.662	—	(4.078.452)	—
	1.515.827	1.074.113	43.130	270.462	24.041.701	1.074.113	(2.080.829)	270.462
Total dos instrumentos financeiros			749.862	2.421.376			(1.139.180)	3.656.765
Ativo circulante			—	54.963			1.086.698	194.878
Ativo não circulante			1.368.809	2.507.893			3.065.054	4.538.048
Passivo circulante			—	(31.202)			(1.039.357)	(925.650)
Passivo não circulante			(618.947)	(110.278)			(4.251.575)	(150.511)
Total			749.862	2.421.376			(1.139.180)	3.656.765

- (i) A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos a termo de câmbio e/ou opções indexadas a câmbio para proteção de exposições e despesas em moeda estrangeira.
- (ii) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento da guerra Ucrânia e Rússia.
- (iii) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição a juros pré-fixados em reais de forma a converter tal dívida em pós-fixada.
- (iv) A Companhia e a subsidiária Rumo possuem operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em U.S.\$ + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) + juros fixos e passiva em percentual do CDI.
- (v) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição das variações do preço das ações da Vale, conforme descrito na Nota 1.2.6
- (vi) A Companhia firmou negociação de derivativos (*Total Return Swap*) ou “TRS”, com bancos comerciais. De acordo com o TRS, que terá liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3 e RAIL3 ajustados pelos dividendos do período e pagará juros anuais referenciados em CDI + Spread. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com TRS foi de 77.236.212 ações e o valor total inicial foi de R\$1.265.790. O valor contratado equivalente de ações RAIL3 através do TRS foi de 15.440.900 ações e o valor total inicial foi de R\$244.647. Parte destas operações tem como garantia ações RAIL3, da controlada Rumo S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da marcação a mercado, registrado na despesa financeira na Companhia foi de R\$375.693 (uma receita financeira de R\$57.704 em 31 de dezembro de 2021).

Abaixo demonstramos a abertura do valor de registro dos instrumentos financeiros derivativos de dívidas e não dívida:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros de dívidas	5.1	706.733	2.150.914	(1.228.928)	3.633.381
Instrumentos financeiros não dívida		43.129	270.462	89.748	23.384



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

749.862	2.421.376	(1.139.180)	3.656.765
----------------	------------------	--------------------	------------------

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de hedge econômico e não como investimentos especulativos.

a) Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nominal, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Nocional	Valor registrado		Valor justo acumulado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Hedge risco de câmbio					
Objetos					
Senior Notes 2025 (Rumo Luxembourg)	—	—	—	—	259.866
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.196.083)	(2.700.621)	(336.161)	43.154
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.259.375)	(2.124.051)	(2.938.939)	(629.220)	(679.564)
PPE 1 (Moove)	(157.800)	(156.884)	—	2.389	—
PPE 2 (Moove)	(110.400)	(104.667)	—	2.624	—
Total débito	(5.319.175)	(4.581.685)	(5.639.560)	(960.368)	(376.544)
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps Senior Notes 2025 (Rumo Luxembourg)	—	—	—	—	(120.326)
Swaps Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	(418.674)	266.526	685.200	277.542
Swaps Sênior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	(128.986)	675.572	804.558	675.572
Swap PPE 1 (Moove)	157.800	(11.079)	—	(11.079)	—
Swap PPE 2 (Moove)	110.400	(7.067)	—	(7.067)	—
Total derivativos	5.319.175	(565.806)	942.098	1.471.612	832.788
Total	—	(5.147.491)	(4.697.462)	511.244	456.244
		Valor registrado		Valor justo acumulado	
	Nocional	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge risco de juros

Objetos

Senior Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	—	—	—	—	(188.083)
5ª emissão - série única (Comgás)	(684.501)	(907.366)	(873.474)	(33.892)	17.184
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(851.689)	(921.949)	70.260	(921.949)
Debêntures (Rumo)	(5.985.275)	(5.755.679)	(5.359.574)	(327.290)	149.491
Finem (Rumo)	(29.641)	(28.115)	—	(1.644)	—
CCB (Rumo)	(796.338)	(785.366)	—	(4.418)	—
Total débito	(8.495.755)	(8.328.215)	(7.154.997)	(296.984)	(943.357)

Instrumentos financeiros derivativos

Swaps Senior Notes 2023 (Cosan Luxembourg)	—	—	—	—	10.057
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	684.501	221.000	(189.928)	1.248	(401.669)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(90.193)	51.220	(61.242)	51.220
Swaps Debêntures (Rumo)	5.985.275	(148.662)	(75.806)	72.856	(196.959)
Finem (Rumo)	29.641	(558)	—	558	—
CCB (Rumo)	796.338	(6.976)	—	6.976	—
Total derivativos	8.495.755	(25.389)	(214.514)	20.396	(537.351)

Total

	—	(8.353.604)	(7.369.511)	(276.588)	(1.480.708)
--	----------	--------------------	--------------------	------------------	--------------------

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas.

A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

		Nocional	Valor registrado		Valor justo acumulado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Risco de câmbio						
Objetos						
Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	USD+7,0%	(3.391.505)	(3.587.265)	(4.305.928)	967.778	313.052
Export Credit Agreement (Rumo)	EUR + 0,58%	(100.198)	(68.455)	(95.460)	377	15.827
Resolução 4.131 (Rumo)	USD + 2,20%	—	—	(148.932)	247	9.185
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	USD + 3,67%	(268.125)	(395.285)	(438.823)	(2.680)	(18.230)
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	USD + 1,36%	(407.250)	(377.705)	(414.378)	15.545	5.526
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	USD + 2,13%	(1.097.400)	(1.000.957)	—	51.798	—
Total		(5.264.478)	(5.429.667)	(5.403.521)	1.033.065	325.360
Instrumentos derivativos						
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	126,85% do CDI	3.391.505	1.285.454	2.047.237	(736.466)	45.181
Swap de câmbio e juros (Rumo)	108% do CDI	100.198	15.468	30.535	15.067	(10.658)
Swap de câmbio e juros (Rumo)	118% do CDI	—	—	47.527	47.527	(15.874)
EIB 3ª Tranche (Comgás)	88,5% do CDI	—	—	—	—	844
EIB 4ª Tranche (Comgás)	81,1% do CDI	—	—	—	—	2.583
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	107,9% do CDI	268.125	123.760	168.358	(61.685)	20.794
Resolução 4.131 (Comgás - 2020)	CDI + 2,75%	—	—	—	—	15.711
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	CDI + 1,25%	407.250	(50.245)	(514)	(88.612)	(6.628)
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(160.369)	—	(217.215)	—
Total derivativos		5.264.478	1.214.068	2.293.143	(1.041.384)	51.953
Total		—	(4.215.599)	(3.110.378)	(8.319)	377.313



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Nocional	Valor registrado		Valor justo acumulado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	IPCA + 7,36%	(114.818)	(114.014)	—	(114.014)	—
6ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 4,33%	(523.993)	(523.837)	—	(523.837)	—
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(491.153)	(484.974)	(6.179)	(484.974)
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(467.841)	(477.578)	9.737	(477.578)
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	IPCA + 4,10%	(160.126)	(131.885)	—	(131.885)	—
BNDES Projeto VIII (Comgás)	IPCA + 3,25%	(870.149)	(801.812)	—	(801.812)	—
BNDES Projeto IX (Comgás)	IPCA + 5,74%	(565.582)	(544.925)	—	(544.925)	—
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(420.000)	(518.680)	(543.752)	(6.070)	(59.494)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(704.954)	(676.798)	(34.745)	(9.264)
Total		(4.254.668)	(4.299.101)	(2.183.102)	(2.153.730)	(1.031.310)
Instrumentos derivativos						
Swaps 4ª emissão - 2ª série (Comgás)	94,64% CDI	—	—	—	(3.900)	—
Swaps 4ª emissão - 3ª série (Comgás)	112,49% CDI	114.818	(778)	—	(5.096)	—
6ª emissão - série única (Comgás)	89,9% CDI	523.993	(10.419)	—	(26.161)	—
Swaps 9ª emissão - 1ª série (Comgás)	109,20% CDI	500.000	(17.705)	5.776	(37.517)	5.776
Swaps 9ª emissão - 2ª série (Comgás)	110,50% CDI	500.000	(40.441)	12.939	(53.304)	12.939
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	87,50% CDI	160.126	(2.046)	—	(6.923)	—
BNDES Projeto VIII (Comgás)	82,94% CDI	870.149	(21.039)	—	(48.613)	—
BNDES Projeto VIII (Comgás)	82,94% CDI	565.582	(6.632)	—	(6.632)	—
Debêntures (Rumo)	107% CDI	420.000	76.194	71.375	(4.819)	11.772
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	74.092	82.344	8.252	(1.789)
Total derivativos		4.254.668	51.226	172.434	(184.713)	28.698
Total		—	(4.247.875)	(2.010.668)	(2.338.443)	(1.002.612)

5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	3.085.227	1.810.867
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	968.147	975.588
Mercado externo - moeda estrangeira	28.786	74.450
	4.082.160	2.860.905



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas de crédito esperadas	(154.618)	(115.052)
	3.927.542	2.745.853
Circulante	3.769.908	2.580.776
Não circulante	157.634	165.077
	3.927.542	2.745.853

- (i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados.

O Aging das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	3.514.756	2.484.633
Vencidas		
Até 30 dias	376.868	206.244
De 31 a 60 dias	40.389	21.130
De 61 a 90 dias	20.254	22.351
Mais de 90 dias	129.893	126.547
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(154.618)	(115.052)
	3.927.542	2.745.853

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(130.346)
Reorganização societária	(5.446)
Adições/reversões	(10.994)
Reversões	(340)
Baixas	32.074
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(115.052)
Combinação de negócios (Nota 8.2)	(31.923)
Adições/reversões	(28.463)
Variação cambial	(4.905)
Baixas	25.725
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(154.618)

5.8. PARTES RELACIONADAS

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	7.555	10.381	79.297	54.199
Rumo S.A.	3.045	3.930	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	14.286	14.286
Aguassanta Participações S.A.	2.184	2.956	2.184	2.956
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	3.418	12.007	—	—
Compass Gás e Energia S.A.	996	2.164	—	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	—	1.078	—	—
Outros	7.269	2.492	11.936	361
	24.467	35.008	107.703	71.802
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	20.585	8.978	20.586	8.978
Cosan Oito S.A.	6.742	—	—	—
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	121.621	—	—	—
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	111.659	—	—	—
Ligga S.A. ^(iv)	—	—	107.252	17.500
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	96.473	91.938	—	—
	357.080	100.916	127.838	26.478
Total do ativo circulante	381.547	135.924	235.541	98.280
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	47.731	47.732
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	43.810	64.286
	—	—	91.541	112.018
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	149.347	205.957	149.347	205.958
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	206.446	187.483	—	—
Outros	—	—	113	235
	355.793	393.440	149.460	206.193
Total do ativo não circulante	355.793	393.440	241.001	318.211
Recebíveis de partes relacionadas	737.340	529.364	476.542	416.491
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	6.208	21.173	296.051	221.373
Rumo S.A.	—	295	—	—
Aguassanta Participações S.A.	—	—	6.419	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.855	—	—	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	—	509	—	—
Outros	3.038	1.475	20.569	6.365
	11.101	23.452	323.039	227.738
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	60.866	58.178	64.697	59.871
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	13.146	—	—
Cosan Overseas Limited	33.715	36.059	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ^(v)	1.085.617	131.797	—	—
Outros	46.191	39.975	—	—
	1.226.389	279.155	64.697	59.871



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total do passivo circulante	1.237.490	302.607	387.736	287.609
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (iii)	765.148	709.275	—	—
Cosan Luxembourg S.A. (v)	5.829.147	3.870.077	—	—
Cosan Overseas Limited (v)	2.627.112	2.809.782	—	—
Outros	—	8.688	—	—
Total do passivo não circulante	9.221.407	7.397.822	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	10.458.897	7.700.429	387.736	287.609

(i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen.

O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, que são de responsabilidade da Cosan S.A.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (“CLE”) e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. (“Esso”) em 2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento.

(iii) Os montantes em destaque referem-se aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Nove e Cosan Dez, enquanto estavam em processo de constituição, e que serão reembolsados por essas entidades. Veja Nota 1.2.6.

(iv) Adiantamento para futuro aumento de capital.

(v) Estas operações servem como um veículo para a transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos *Senior Notes* e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due 2029* e variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Lux e Cosan Overseas Limited (“Cosan Overseas”).

b) Transações com partes relacionadas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional				
Rumo S.A.	—	—	—	10.636
Raízen S.A. e suas controladas	—	—	908.588	519.748
Shell Energy do Brasil Ltda.	—	—	—	23.605
Outros	—	—	6.910	—
	—	—	915.498	553.989
Compra de produtos/insumos/serviços				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	(2.528.022)	(1.264.511)
	—	—	(2.528.022)	(1.264.511)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Rumo S.A.	4.365	3.593	—	842
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	3.816	3.374	—	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	280	191	—	—
Compass Gás e Energia S.A.	6.001	1.581	—	—
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	(1.425)	689	—	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	138	175	—	175
Raízen S.A.	(1.701)	(4.839)	(68.120)	(67.738)
Outros	—	—	96	—
	11.474	4.764	(68.024)	(66.721)
Resultado financeiro				
Cosan Limited	—	82	—	168
Cosan Luxembourg S.A.	102.283	(439.705)	—	—
Cosan Overseas Limited	(28.818)	(420.016)	—	—
Raízen S.A.	(106)	4.803	(106)	4.798
Aldwych Temple Venture Capital Limited	2.472	(893)	—	—
Outros	12	4	(92)	41
	75.843	(855.725)	(198)	5.007
Total	87.317	(850.961)	(1.680.746)	(772.236)

(i) O montante está relacionado a venda de combustíveis para a Rumo.

c) Remuneração dos administradores e diretores

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o saldo da Controladora em 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	38.227	38.034
Transações com pagamentos baseados em ações	59.015	36.777
Benefícios pós-emprego	464	—
	97.706	74.811



5.9. FORNECEDORES

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas entre 30 e 45 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais e serviços	115.146	4.506	2.923.486	1.891.023
Fornecedores de gás ⁽ⁱ⁾ /transportes e logística	—	—	1.456.365	1.362.481
	115.146	4.506	4.379.851	3.253.504
Circulante	115.146	4.506	4.318.362	3.253.504
Não circulante	—	—	61.489	—
Total	115.146	4.506	4.379.851	3.253.504

- (i) O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”).

5.10. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das subsidiárias Comgás e Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (“Gas Brasileiro”), em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (“ARSESP”), e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010 da ARSESP, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Gas Brasileiro



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

Contudo, para as demais distribuidoras o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	241.749	(565.911)	(324.162)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	228.153	—	228.153
Créditos de tributos ⁽ⁱⁱ⁾	—	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19.699	(263.410)	(243.711)
Crédito extemporâneo ^(iv)	—	(375.565)	(375.565)
Diferimento do IGP-M ^(v)	68.709	—	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	558.310	(1.372.283)	(813.973)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(466.743)	—	(466.743)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	—	16.876	16.876
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M ^(v)	110.013	—	110.013
Combinação de negócios (Nota 8.2) ⁽ⁱⁱ⁾	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Circulante	148.955	(67.419)	81.536
Não circulante	193.378	(1.549.197)	(1.355.819)
	342.333	(1.616.616)	(1.274.283)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para os segmentos residencial e comercial e trimestrais para os demais segmentos.
- (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários sobre benefícios fiscais no exercício.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na Nota 6.
- (v) Apropriação do diferimento do Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”) para os segmentos residencial e comercial.



5.11. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO RECONHECIDO

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. uso de preços de mercado cotados;
- ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e
- iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado.

O valor de mercado das dívidas abaixo está cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 5.4) e baseiam-se no preço de mercado cotado da seguinte forma:

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<i>Senior Notes 2023</i>	Cosan Luxembourg S.A.	—	100,26%
<i>Senior Notes 2025</i>	Rumo Luxembourg S.à r.l.	—	103,04%
<i>Senior Notes 2027</i>	Cosan Luxembourg S.A.	100,92%	103,79%
<i>Senior Notes 2028</i>	Rumo Luxembourg S.à r.l.	95,04%	103,42%
<i>Senior Notes 2029</i>	Cosan Luxembourg S.A.	94,30%	104,39%
<i>Senior Notes 2032</i>	Rumo Luxembourg S.à r.l.	80,36%	94,34%
<i>Perpetual Notes</i>	Cosan Overseas Limited	98,92%	102,17%

Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar em que os valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo						
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			31/12/2021			
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos										
Aplicações em fundos de investimento	5.2	1.304.332	1.680.328	—	1.304.332	—	—	1.680.328	—	—
Títulos e valores mobiliários	5.3	22.099.766	4.388.007	19.586.193	2.513.573	—	—	4.388.007	—	—
Outros ativos financeiros		89.238	320.193	89.238	—	—	320.193	—	—	—
Propriedades para investimentos ⁽⁹⁾	10.5	14.103.060	3.886.696	—	—	14.103.060	—	—	—	3.886.696
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	4.151.752	4.732.926	—	4.151.752	—	—	4.732.926	—	—
Total		41.748.148	15.008.150	19.675.431	7.969.657	14.103.060	320.193	10.801.261	3.886.696	—
Passivos										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(52.987.216)	(45.659.037)	—	(45.038.188)	—	(30.157.655)	(20.214.600)	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(5.290.932)	(1.076.161)	—	(5.290.932)	—	—	(1.076.161)	—	—



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total

(58.278.148)	(46.735.198)	—	(50.329.120)	—	(30.157.655)	(21.290.761)	—
--------------	--------------	---	--------------	---	--------------	--------------	---

- (i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). As taxas de desconto utilizadas variam entre 11,20% a.a. e 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (6,5% a 9% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

5.12. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro ii. Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	Swap de taxa de juros
Risco de mercado – preço	i. Transações comerciais futuras ii. Investimento em valores mobiliários	i. Fluxo de caixa projetado ii. Análise de sensibilidade	i. Preço futuro de energia elétrica (compra e venda) ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos	i. Análise por vencimento ii. Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.		
--	--	--	--

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros, iene e libra



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esterlina:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.138.948	3.811.598
Contas a receber de clientes	—	93.326
Fornecedores	(97.259)	(4.721)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.698.102)	(19.640.300)
Arrendamentos	(94.716)	(108.365)
Contraprestação a pagar	(223.960)	(234.960)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)	7.728.609	21.105.358
Exposição cambial, líquida	(5.246.480)	5.021.936

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	7.051	286.509	573.009	(286.490)	(572.990)
Fornecedores	Alta cambial	3.160	(18.941)	(41.042)	25.261	47.362
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	1.001.928	(732.481)	(1.451.245)	802.517	1.628.860
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(398.592)	(5.730.777)	(11.461.553)	5.730.777	11.461.553
Arrendamentos	Alta cambial	3.477	(20.839)	(45.155)	27.793	52.109
Impactos no resultado		617.024	(6.216.529)	(12.425.986)	6.299.858	12.616.894

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
Caixa e equivalentes de caixa	1.699.515	1.931.748	2.355.898	1.088.365	665.854
Títulos e valores mobiliários	306.846	287.588	364.300	134.165	57.453
Caixa restrito	18.420	18.380	22.985	9.171	4.565
Arrendamento e concessão parcelados	(146.467)	(183.084)	(219.700)	(109.850)	(73.233)
Passivos de arrendamento	(447.011)	(447.729)	(448.451)	(446.296)	(445.585)
Instrumentos financeiros derivativos	(993.288)	(2.534.024)	(2.268.366)	(2.771.263)	(2.884.394)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.319.734)	(2.643.462)	(3.053.829)	(1.610.620)	(2.274.093)
Outros passivos financeiros	(119.769)	(146.869)	(173.969)	(92.668)	(65.568)
Impactos no resultado	(2.001.488)	(3.717.452)	(3.421.132)	(3.798.996)	(5.015.001)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), como segue:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Provável	Cenários			
		25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	8,00%	9,75%	11,50%	6,25%	4,50%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%
IGP-M	4,45%	5,56%	6,67%	3,34%	2,22%
Libor	4,43%	5,54%	6,64%	3,32%	2,21%
Fed Funds	5,25%	6,56%	7,88%	3,94%	2,63%

iii. Risco de preço

- **Energia elétrica**

As operações de energia elétrica foram transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Os saldos patrimoniais, referentes às nossas transações de energia elétrica em aberto estão abaixo apresentados:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado líquido	Ativo	Passivo	Perda líquida
Comercialização de energia	—	—	—	69.576	(317.699)	(248.123)

Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022.

- **Gás natural**

As operações com derivativos de gás natural foram transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários			
			25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
Derivativos de <i>Brent</i> – opções	Variação no preço U.S.\$/bbl	21.744	21.878	64.345	127.602	3.508

- **Ações e opções**

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mudanças nos preços de certos títulos patrimoniais e instrumentos de opções. Nossa exposição a mudanças nos preços dos títulos de ações decorre principalmente das ações ordinárias da Vale adquiridas no mercado à vista, que equivalem a 1,55% das ações em circulação em 31 de outubro de 2022 (1,57% em 31 de dezembro de 2022).

Também, celebramos contratos de derivativos de ações consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (*Collar*) que limitam o risco de desvalorização do valor das ações e, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente da valorização das ações – equivalente à 3,31% das ações em circulação da Vale em 31 de outubro de 2022 (3,35% em 31 de dezembro de 2022). Espera-se que esses contratos, no vencimento, compensem quedas no valor justo desses títulos abaixo do preço de *hedge* por ação, ao mesmo tempo em que nos permitem reter parcialmente a valorização positiva do preço de *hedge* por ação para o preço máximo relevante. Os preços reais de *hedge* dos contratos por ação variam de acordo com os preços médios das ações em vigor quando os contratos foram assinados. Os preços máximos reais dos contratos variam de acordo com o vencimento e os termos de cada contrato, entre outros fatores. Se qualquer um desses contratos forem antecipados antes de sua data de vencimento programada, devido à ocorrência de um evento especificado no contrato, seremos obrigados a reembolsar o valor justo da dívida garantida menos a soma dos valores justos das ações subjacentes e *equity collar*, calculado na data de rescisão. Por fim, as exposições decorrentes dos derivativos estão refletidas na estrutura de *Call Spread*, equivalente ao potencial adicional de 1,6% das ações em circulação da Vale em 31 de dezembro de 2022. Nessa estrutura, a Companhia não possui o título das ações, mas detém um instrumento que permite adquirir o adicional mencionado via estrutura de derivativos. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções conforme valorização ou desvalorização das ações.

As ações subjacentes e os *equity collars* são contabilizados pelo valor justo em nossos balanços patrimoniais consolidados e o endividamento garantido é contabilizado pelo valor principal, líquido dos gastos de captação. Esses gastos de captação estão sendo amortizados pelo prazo do respectivo endividamento.

Também, estamos expostos a riscos atrelados ao preço da ação da CSAN3 e RAIL3. Foi contratado derivativo com *swap* de retorno total de 77.236.212 ações da CSAN3 e 15.781.000 ações da RAIL3.

A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações conforme demonstrado abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento	Provável	Cenários			
		25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
CSAN3	1.378.141	274.714	605.285	(386.428)	(716.999)
RAIL3	293.684	73.421	146.842	(73.421)	(146.842)
VALE3	6.254.192	1.563.548	3.127.096	(1.563.548)	(3.127.096)
VALE3 (Collar)	13.332.000	2.744.775	2.744.775	(520.500)	(520.500)
VALE3 (Call Spread)	716.586	1.541.654	1.541.654	(69.748)	(69.748)

Ação	31/12/2022	Provável	Cenários			
			25,00%	50,00%	(25,00)%	(50,00)%
CSAN3	17,12	17,12	21,40	25,68	12,84	8,56
RAIL3	18,61	18,61	23,26	27,92	13,96	9,31
VALE3	88,88	88,88	111,10	133,32	66,66	44,44

Com relação ao item (i).c da Nota 1.2.6, a combinação dos instrumentos derivativos mencionados configura-se como um *call spread*, estrutura na qual a Companhia tem exposição limitada nas variações do preço da ação. Em 31 de dezembro de 2022, a posição totalizava R\$6.390.961. Assumindo uma valorização de até 50% no valor da ação a Companhia teria impacto positivo limitado a R\$1.541.654 e, por outro lado, se houvesse uma desvalorização de até 50% a Companhia teria um impacto negativo limitado a R\$69.748.

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	13.301.716	16.174.130
Contas a receber de clientes	3.927.542	2.745.853
Títulos e valores mobiliários	2.513.574	4.388.007
Caixa restrito	139.933	58.990
Instrumentos financeiros derivativos	4.151.752	4.732.926
Recebíveis de partes relacionadas	476.542	416.491
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	161.147	519.965
Outros ativos financeiros	89.238	320.193
	<u>24.761.444</u>	<u>29.356.555</u>

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos e outros investimentos em bancos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com a política da Companhia.

O risco de crédito das contas a receber de arrendamentos é classificado em duas categorias de clientes: (i) Nível 1 e (ii) Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das subsidiárias são arrendadas a clientes classificados no Nível 1, sem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e com uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2. Para as contas a receber relacionadas com a venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse de terrenos ao cliente apenas quando o pagamento de um sinal pela transação é recebido. Além disso, o título de propriedade é transferido somente mediante o recebimento integral dos pagamentos em aberto.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
AAA	16.769.858	23.080.390
AA	3.133.455	2.239.266
A	138.478	—
BBB	—	34.397
Not rated	65.184	—
	<u>20.106.975</u>	<u>25.354.053</u>

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>				<u>31/12/2021</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.844.717)	(5.822.518)	(12.609.628)	(39.923.264)	(63.200.127)	(57.375.287)
Fornecedores	(4.379.851)	—	—	—	(4.379.851)	(3.253.504)
Outros passivos financeiros	(924.562)	—	—	—	(924.562)	(726.423)
Parcelamento de débitos tributários	(53.520)	(2.077)	(89)	(153.074)	(208.760)	(200.664)
Passivos de arrendamento	(434.903)	(420.692)	(929.060)	(14.652.184)	(16.436.839)	(15.631.812)
Arrendamento e concessão parcelados	(196.384)	(192.639)	(188.331)	(559.819)	(1.137.173)	(1.185.076)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagáveis a partes relacionadas	(387.736)	—	—	—	(387.736)	(287.609)
Dividendos a pagar	(892.006)	—	—	—	(892.006)	(799.634)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.590.774)	(2.498.419)	1.232.960	2.772.107	(84.126)	6.313.208
	(13.704.453)	(8.936.345)	(12.494.148)	(52.516.234)	(87.651.180)	(73.146.801)

d) Risco de gestão de capital

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre capital, que é definido pela Companhia como o resultado das suas atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido, para que seja adequado a cada um dos seus negócios.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS ⁽ⁱ⁾	3.699	28.696	975.878	1.333.868
ICMS	—	10	845.450	873.203
ICMS CIAP	—	—	118.809	106.250
PIS ⁽ⁱ⁾	—	1.968	350.867	299.610
Créditos tributários	31.774	42.932	31.774	42.932
Outros	4.667	2.942	76.348	145.304
	40.140	76.548	2.399.126	2.801.167
Circulante	8.366	33.616	1.324.203	921.472
Não circulante	31.774	42.932	1.074.923	1.879.695

- (i) Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS.

Deferido pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), em 30 de março de 2022, o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS apurados desde julho de 2008, a subsidiária Comgás passou a utilizá-lo para os pagamentos mensais de PIS e COFINS (R\$470.943 de PIS e COFINS compensados no exercício), bem como para os pagamentos trimestrais de IRPJ e CSLL.

Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2021 e para o pagamento mensal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), no valor total de R\$928.465 (R\$262.843 para 31 de dezembro de 2021, referentes ao pagamento de ajuste anual de 2020). Também foram utilizados créditos tributários de ICMS cedidos pelos clientes, para abatimento de faturas de gás no montante de R\$123.518 (R\$86.555 em 31 de dezembro de 2021).

7. ESTOQUES

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	1.504.134	814.320
Peças e acessórios	168.777	180.286
Materiais para construção	152.789	126.889
Almoxarifado e outros	43.359	27.809
	1.869.059	1.149.304

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$38.747 em 31 de dezembro de 2022 (R\$26.841 em 31 de dezembro de 2021).

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

8.1. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Política contábil:

i. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:



- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, consideramos todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

ii. **Associadas**

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Participação direta em subsidiária	31/12/2022	31/12/2021
Compass Gás e Energia ⁽ⁱ⁾	—	88,00%
Cosan Lubes Investments Limited	70,00%	70,00%
Cosan Corretora de Seguros Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Oito S.A. ^(iv)	100,00%	—
Cosan Nove Participações S.A. ^(iv)	73,09%	—
Cosan Dez Participações S.A. ^(iv)	76,80%	—
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Payly Soluções de Pagamentos S.A. ^(v)	—	75,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	97,50%	97,50%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	57,48%	72,25%
Rumo S.A.	30,35%	30,35%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	41,45%	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	50,00%	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	41,45%	—
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas	41,45%	—
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	41,45%	—
Terras da Ponta Alta S.A.	41,45%	—
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	41,45%	—
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	41,45%	—
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	41,45%	—
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	100,00%	100,00%
Tellus Brasil Participações S.A. ^(vi)	19,57%	5,00%
Janus Brasil Participações S.A. ^(vi)	19,57%	5,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(vi)	19,57%	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(vi)	19,57%	—

(i) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia contribuiu seu investimento direto na Compass Gás e Energia para Cosan Dez. Com isso, a Cosan passou a deter uma participação indireta na Compass Gás e Energia de 67,58%.

(ii) Subsidiária criada para administrar os seguros contratados pela Companhia.

(iii) Em 31 de dezembro de 2022, a Cosan Lux apresentava um passivo a descoberto de R\$146.473. Conforme demonstrado a seguir, não foram identificados eventos ou condições que, de forma individual ou coletiva, possam levantar incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade. As subsidiárias contam com apoio financeiro da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Entidades criadas no âmbito da estrutura de investimento financeiro realizado na aquisição das ações da Vale S.A. Veja Nota 1.2.6. Com a contribuição da Raízen para a Cosan Nove, a Companhia passou a deter de forma direta e indireta 33,63% das ações da Raízen.
- (v) Entidade alienada para a Raízen conforme apresentado na Nota 20.
- (vi) Para as entidades em destaque, a Companhia possui uma participação indireta de 0,43%, que confere uma participação total de 20% do capital social.

A seguir estão os investimentos em subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2022 da Companhia:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Cosan Corretora de Seguros Ltda	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Oito S.A.	7.860.005.000	7.860.005.000	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	5.601.178.094	5.601.178.094	73,09%	73,09%
Cosan Dez Participações S.A.	4.667.494.858	4.667.494.858	76,80%	76,80%
Cosan Global Limited	1	1	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	50,00%	50,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.266.986	387.698	41,45%	41,45%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	49.172.183	41,45%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	4.916.297	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	9.895.122	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	9.364.568	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	40.596.128	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	39.467.251	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.838	25.658.291	41,45%	41,45%
Cosan Lubes Investments Limited	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	100,00%	100,00%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	108.567	62.403	57,48%	57,48%
Rumo S.A.	1.854.158.791	562.529.490	30,34%	30,34%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	156.000	97,50%	97,50%
TUP Porto São Luis S.A.	42.635.878	42.635.878	100,00%	100,00%
Tellus Brasil Participações S.A.	133.064.584	80.104.192	60,20%	19,57%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.163.977	60,55%	19,57%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	7.819.194	60,55%	19,57%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Reclassificação de investimento	Acervo contribuído (Nota 1.2.6)	Compra vantajosa (Nota 8.2)	Combinação de negócios (Nota 8.2)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rumo S.A.	4.490.787	156.420	1.344	1.837	(37.140)	—	—	—	—	—	—	4.613.248
Cosan Global	137.527	(8.659)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	128.868
Compass Gás e Energia	5.583.215	1.523.381	(891)	(11.688)	(1.437.213)	—	—	(5.656.804)	—	—	—	—
Cosan Corretora de Seguros Ltda	—	239	—	—	—	5	—	—	—	—	—	244
Atlântico Participações Ltda	433.615	(1.497)	—	—	—	479.224	—	—	—	—	—	911.342
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	555	(209)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	346
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	17.052	(12.318)	9.339	—	—	6.082	—	—	—	—	—	20.155
Cosan Lubes Investments Limited	1.600.170	340.621	—	11.801	(308.422)	—	—	—	—	—	—	1.644.170
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.607	(3.748)	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.859)	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	—	246.698	—	108	(60.482)	—	756.931	—	—	—	—	943.255
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	—	34.002	—	—	(9.614)	—	198.579	—	—	—	—	222.967
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	—	97.035	—	—	(25.459)	—	319.039	—	—	—	—	390.615
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	—	8.000	—	—	(1.981)	—	25.485	—	—	—	—	31.504
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	—	53.686	—	—	(14.098)	—	152.744	—	—	—	—	192.332
Terras da Ponte Alta S.A.	—	39.890	—	—	(8.907)	—	50.309	—	—	—	—	81.292
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	—	58.604	—	—	(15.790)	—	126.402	—	—	—	—	169.216
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	—	46.793	—	—	(13.259)	—	137.079	—	—	—	—	170.613
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	—	77.819	—	—	(25.776)	—	199.327	—	—	—	—	251.370
Tellus Brasil Participações S.A.	142.795	99.855	—	—	(26.410)	—	58.806	—	37.578	363.211	(41.767)	634.068
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	879	(93)	—	—	—	700	—	—	—	—	—	1.486
Janus Brasil Participações S.A.	183.356	126.508	—	—	(122.661)	—	79.725	—	49.224	567.901	—	884.053
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.143	107.133	—	11.035	(132.885)	—	(2.104.426)	—	—	—	—	—
Cosan Oito S.A.	—	522.783	—	—	(124.161)	7.860.000	—	—	—	—	—	8.258.622
Cosan Nove Participações S.A.	—	142.169	1.416.657	27.530	(33.765)	—	—	5.601.173	—	—	—	7.153.764
Cosan Dez Participações S.A.	—	49.334	2.558.635	16.882	(11.717)	138.933	—	1.559.146	—	—	—	4.311.213
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	1.453	—	—	—	—	—	—	1.798	10.022	5.467	18.740
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	9.020	—	—	—	—	—	—	10.741	66.500	36.300	122.561
Outros	68.768	1.871	—	1.959	—	—	—	—	—	—	1.729	74.327
Total investimento em associadas	14.787.469	3.716.790	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	—	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.230.371
Cosan Luxembourg S.A.	(356.442)	209.969	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(146.473)
Total investimento passivo descoberto	(356.442)	209.969	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(146.473)
Total	14.431.027	3.926.759	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	—	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.083.898



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Acervo incorporado	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rumo S.A.	—	10.567	(92.686)	5.621	(10.852)	—	4.585.932	—	(7.795)	4.490.787
Cosan Global	132.896	4.631	—	—	—	—	—	—	—	137.527
Compass Gás e Energia	3.288.317	1.650.628	1.410.507	34.261	(895.420)	95.000	—	—	(78)	5.583.215
Cosan Investimentos e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	5.836.793	4.648.043	—	(429.696)	(1.026.072)	—	—	—	(9.029.068)	—
Atlântico Participações Ltda	—	801	—	—	(191)	433.005	—	—	—	433.615
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	—	(196)	171	—	—	150	430	—	—	555
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	—	(10.041)	4.964	—	—	12.757	9.372	—	—	17.052
Cosan Lubes Investments Limited	1.364.608	205.141	—	30.421	—	—	—	—	—	1.600.170
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.071	(4.714)	—	—	—	5.250	—	—	—	9.607
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	33.209	12.751	—	1.553	(1.854)	—	—	(45.659)	—	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	62.391	(1.688)	—	1.060	(879)	—	—	(19.565)	(41.319)	—
Tellus Brasil Participações S.A.	105.662	39.938	—	—	(2.805)	—	—	—	—	142.795
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	473	(94)	—	—	—	500	—	—	—	879
Janus Brasil Participações S.A.	130.900	49.235	—	—	(1.738)	4.959	—	—	—	183.356
Violeta Fundo de Investimento Multimercado ⁽ⁱⁱ⁾	—	17.032	—	(1.253)	(10.388)	—	—	—	2.113.752	2.119.143
Outros	62.260	24.014	—	3.935	(2.854)	5	—	(59.906)	41.314	68.768
Total investimento em associadas	11.026.580	6.646.048	1.322.956	(354.098)	(1.953.053)	551.626	4.595.734	(125.130)	(6.923.194)	14.787.469
Cosan Luxembourg S.A.	(458.852)	102.410	—	—	—	—	—	—	—	(356.442)
Total investimento passivo descoberto	(458.852)	102.410	—	—	—	—	—	—	—	(356.442)
Total	10.567.728	6.748.458	1.322.956	(354.098)	(1.953.053)	551.626	4.595.734	(125.130)	(6.923.194)	14.431.027

- (i) saldo apresentado em “outros” é decorrente da incorporação da Cosan Investimentos e Participações S.A. pela Companhia e 1 de dezembro de 2021.
- (ii) O saldo apresentado em “outros” é decorrente da contribuição dos investimentos detidos pela Companhia nas empresas Terras para a estrutura de fundos de investimentos exclusivos que detínhamos em 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Cosan Lubes Investments Limited	3.981.982	(2.549.710)	1.432.272	497.394	3.273.652	(985.797)	2.287.855	294.758
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	—	—	—	—	4.484.805	(246.600)	4.238.205	45.003
Rumo S.A.	22.318.864	(8.159.269)	14.159.595	514.941	22.729.115	(7.933.694)	14.795.421	150.538
Cosan Luxembourg S.A.	7.394.386	(7.540.859)	(146.473)	209.969	4.635.332	(4.991.774)	(356.442)	102.410
Cosan Global	128.868	—	128.868	(8.659)	137.527	—	137.527	4.631
Tellus Brasil Participações Ltda	3.384.488	(137.029)	3.247.459	1.424.072	3.296.499	(502.734)	2.793.765	782.220
Janus Brasil Participações S.A.	4.737.901	(33.605)	4.704.296	1.910.077	4.261.432	(666.361)	3.595.071	1.048.514
Compass Gás e Energia	—	—	—	—	6.383.318	(38.671)	6.344.647	1.725.111
Cosan Oito S.A.	21.105.355	(12.846.728)	8.258.627	522.783	—	—	—	—
Cosan Nove Participações S.A.	9.957.152	(169.079)	9.788.073	194.522	—	—	—	—
Cosan Dez Participações S.A.	5.740.730	(126.916)	5.613.814	64.240	—	—	—	—
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	98.862	(3.124)	95.739	19.403	—	—	—	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	644.621	(21.462)	623.159	119.273	—	—	—	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.041.861	(176.802)	1.865.059	509.131	1.578.497	(120.994)	1.457.503	766.672
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	590.386	(52.469)	537.917	97.663	853.359	(133.194)	720.166	337.966
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.039.678	(97.302)	942.377	245.687	827.399	(69.288)	758.111	351.578
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	86.364	(10.360)	76.005	20.127	66.498	(5.840)	60.658	25.173
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	534.096	(70.085)	464.012	136.048	400.952	(38.977)	361.976	171.559
Terras da Ponte Alta S.A.	224.952	(28.830)	196.122	96.754	128.406	(4.849)	123.557	57.545
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	453.093	(44.851)	408.242	152.373	311.028	(17.066)	293.962	26.266
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	451.728	(40.117)	411.611	127.955	340.382	(24.738)	315.644	69.893
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	729.294	(122.854)	606.440	248.744	494.558	(74.675)	419.883	247.668

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Rhall Terminais Ltda	28.580	8.574	30,00%	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%	49,62%
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	810.896.963	238.728.878	29,44%	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	39.400.000	11.599.428	29,44%	29,44%
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41%	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	33.600.000	8.232.000	24,50%	24,50%
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	4.245.000	3.523.350	83,00%	83,00%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00%	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00%	41,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	1.593.656	661.363	41,50%	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	163.485.912	67.846.653	41,50%	41,50%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Alienação de investimento ⁽ⁱ⁾	Acervo contribuído	Combinação de negócios (Nota 8.2)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Tellus Brasil Participações S.A.	142.798	128.860	—	—	(30.756)	—	58.806	(299.708)	—	—
Janus Brasil Participações S.A.	183.357	150.687	—	—	(35.559)	—	79.725	(378.210)	—	—
Rhall Terminais Ltda	4.907	1.647	—	—	(900)	—	—	—	—	5.654
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.725	4.445	—	—	—	—	—	—	(706)	8.464
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.563	5.689	—	—	(5.784)	—	—	—	—	17.468
Terminal XXXIX S.A.	30.649	22.487	—	—	—	—	—	—	—	53.136
Elevações Portuárias S.A.	—	6.190	135.159	—	—	155.397	—	—	—	296.746
TUP Porto São Luis S.A.	394.380	49	—	—	—	—	—	(393.579)	(850)	—
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	—	19.931	—	—	(6.831)	—	—	411.737	—	424.837
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	—	19.094	—	—	(9.493)	—	—	405.700	—	415.301
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	—	34.885	—	—	(15.524)	—	—	608.468	—	627.829
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	—	9.015	—	—	(3.441)	—	—	63.856	—	69.430
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	—	6.717	—	—	(4.189)	—	—	182.009	—	184.537
CEG Rio S.A.	—	29.686	—	—	(16.542)	—	—	261.336	—	274.480
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	—	13.530	—	—	(6.160)	—	—	284.173	—	291.543
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	—	9.066	—	—	(8.390)	—	—	168.211	—	168.887
Outros	1.688	6.765	—	5.536	(2.985)	—	—	66.001	(1.374)	75.631
	780.067	468.743	135.159	5.536	(146.554)	155.397	138.531	1.379.994	(2.930)	2.913.943

(i) Efeito decorrente da alienação de controle conforme apresentado na Nota 20.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Acervo incorporado	Combinação de negócios (Nota 8.2)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Tellus Brasil Participações S.A.	105.665	39.938	—	(2.805)	—	—	—	—	142.798
Janus Brasil Participações S.A.	130.901	49.235	—	(1.738)	4.959	—	—	—	183.357
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	62.372	(1.688)	1.060	(879)	—	—	(19.565)	(41.300)	—
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	33.205	12.751	1.553	(1.854)	—	—	(45.659)	4	—
Rhall Terminais Ltda	—	1.311	—	(1)	—	3.597	—	—	4.907
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	1.850	—	—	—	3.632	—	(757)	4.725
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	—	3.967	—	(3.143)	—	16.739	—	—	17.563
Terminal XXXIX S.A.	—	4.664	—	—	—	25.985	—	—	30.649
TUP Porto São Luis S.A.	—	801	—	—	393.579	—	—	—	394.380
Outros	1.562	16.330	5.243	(2.854)	—	—	(59.906)	41.313	1.688
	333.705	129.159	7.856	(13.274)	398.538	49.953	(125.130)	(740)	780.067

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Tellus Brasil Participações Ltda	—	—	—	—	3.290.526	(496.761)	2.793.765	782.220
Janus Brasil Participações S.A.	—	—	—	—	4.232.459	(637.388)	3.595.071	1.048.514
Rhall Terminais Ltda.	33.382	(14.534)	18.848	5.811	31.068	(14.708)	16.360	4.073
Elevações Portuárias S.A.	950.538	(243.797)	706.741	127.554	—	—	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	273.760	(231.119)	42.641	19.881	276.284	(252.483)	23.801	11.726
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	254.748	(78.657)	176.091	58.139	253.310	(76.257)	177.053	37.150
Terminal XXXIX S.A.	433.412	(388.882)	44.530	44.530	335.511	(273.747)	61.764	10.075
TUP Porto São Luis S.A.	—	—	—	—	455.437	(67.523)	387.914	(7.410)



8.2. AQUISIÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

Aquisições em 2022

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas subsidiárias (Compass, Atlântico e Moove) concluíram as aquisições dos investimentos (Commit, Sulgás, TUP, Tirreno e PetroChoice), além da aquisição do controle das investidas denominadas como segmento “Terras” (Tellus, Janus, Gamio vapor e Duguetiapar), demonstradas abaixo de forma individual e consolidada. A contraprestação paga e a pagar, além do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição estão demonstrados abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Sulgás	Commit	TUP	Tirreno	PetroChoice	Terras	Efeitos de consolidação	Consolidado
Contraprestação transferida - 1ª parcela/única	945.979	2.097.758	393.579	70.188	2.342.820	202.861	—	6.053.185
Contraprestação transferida - 2ª parcela	—	—	411.224	15.000	—	—	—	426.224
Contraprestação a transferir (a prazo)	—	—	—	—	—	804.773	—	804.773
Total da contraprestação transferida	945.979	2.097.758	804.803	85.188	2.342.820	1.007.634	—	7.284.182
Valores reconhecidos de ativos								
identificáveis adquiridos e passivos assumidos								
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	73.298	124.174	81.800	1.476	18.883	351.688	—	651.319
Contas a receber de clientes	90.828	142.528	—	35.882	305.588	110.569	—	685.395
Estoques	7.274	3.859	—	19.121	417.365	—	—	447.619
Ativos setoriais	—	59.757	—	—	—	—	—	59.757
Direito de uso	3.786	4.785	—	16.664	93.811	609	—	119.655
Dividendos a receber	—	254.493	—	—	—	—	(51.525)	202.968
Ativos circulantes destinados a venda	—	726.243	—	—	—	—	—	726.243
Propriedades para investimentos e mantidas para venda	—	—	—	—	—	9.478.011	—	9.478.011
Ativo de contrato	25.958	61.777	—	—	—	—	—	87.735
Créditos fiscais	—	—	1.841	2.134	—	9.556	—	13.531
Imobilizado	—	257	351.041	5.015	478.563	12	—	834.888
Intangível	2.749.893	988.847	437.587	59.089	1.503.575	—	(1.230.182)	4.508.809
Investimentos	—	2.528.220	—	—	—	—	(76.729)	2.451.491
Outros créditos	142.180	87.248	155	5.026	46.525	21.578	—	302.712
Fornecedores	(107.833)	(90.689)	(202)	(22.048)	(187.767)	(61.942)	—	(470.481)
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	(12.825)	—	—	—	(12.825)
IRPJ e CSLL diferidos	(871.183)	(649.324)	(66.606)	—	(96.272)	(308.971)	418.262	(1.574.094)
Impostos a pagar	(14.647)	(31.217)	—	(1.825)	—	(28.793)	—	(76.482)
Provisão para contingências	(10.551)	(11.508)	(143)	(2.714)	—	—	—	(24.916)
Passivo setorial	(117.881)	(22.524)	—	—	—	—	—	(140.405)
Dividendos a pagar	(104.048)	—	—	—	—	(633.967)	51.525	(686.490)
Passivo de arrendamento	(3.940)	(8.543)	—	(16.664)	(144.454)	(628)	—	(174.229)
Outras obrigações	(8.272)	(55.132)	(670)	(3.143)	(92.997)	(14.702)	—	(174.916)
Participação dos acionistas não controladores	(908.883)	(2.015.493)	—	—	—	(7.138.127)	—	(10.062.503)
Ativos líquidos adquiridos ao valor justo	945.979	2.097.758	804.803	85.188	2.342.820	1.784.893	(888.649)	7.172.792
Contraprestação transferida para aquisição de não controladores	—	(468.070)	—	—	—	—	—	(468.070)
Participação dos acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	888.649	888.649
Participação detida anteriormente	—	—	(393.579)	—	—	(677.918)	—	(1.071.497)
Ganho proveniente de compra vantajosa	—	—	—	—	—	(99.341)	—	(99.341)
Contraprestação transferida, líquida de não controladores	945.979	1.629.688	411.224	85.188	2.342.820	1.007.634	—	6.422.533
Caixa recebido	(73.298)	(124.174)	(81.800)	(1.476)	(18.883)	(351.688)	—	(651.319)
Caixa a repassar, referente a aquisição feita a prazo	—	—	—	—	—	(804.773)	—	(804.773)
Caixa liquidado referente a parcelas de aquisições anteriores	—	—	—	—	—	322.255	—	322.255
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido e não controladores	872.681	1.505.514	329.424	83.712	2.323.937	173.428	—	5.288.696

Se as aquisições tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado do exercício da Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentaria uma receita líquida de R\$41.634.966 e lucro líquido de R\$6.536.891, conforme demonstrado abaixo:

	Commit	TUP	Tirreno	PetroChoice	Terras	Total	Consolidado	Consolidado com 12 meses
Receita operacional líquida	554.364	—	87.467	907.848	347.919	1.897.598	39.737.368	41.634.966
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	342.967	(116)	2.370	(83.569)	3.454.364	3.716.016	2.820.875	6.536.891

Sulgás

Em 3 de janeiro de 2022, a Compass Gás e Energia S.A., por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. ("Compass Um") concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R\$945.979, líquido da antecipação de dividendos de R\$9.264. A partir dessa data, a



Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até agosto de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 municípios, com volume distribuído de 1,5 milhões m³/dia.

Na avaliação realizada pela Companhia, o preço de aquisição foi alocado como direito de concessão para distribuição de gás.

O valor justo do intangível de R\$2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R\$2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$1.860.342 e R\$152.389, respectivamente geradas pela Sulgás.

A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e não identificou alterações relevantes.

TUP Porto São Luis

Em 23 de agosto de 2021, a Companhia, por meio da controlada Atlântico Participações Ltda. (“Atlântico”), celebrou uma proposta vinculante para aquisição de 100% do Porto São Luís, empresa detentora de um terminal de uso privado localizado em São Luis/MA, que tem como principal objetivo impulsionar o comércio internacional unindo porto, rodovias e ferrovias. Essa transação tem como objetivo a criação de uma futura joint venture no ramo de mineração em que a Cosan ingressará com a expertise de logística portuária e de gestão.

Em 11 de fevereiro de 2022 (“Data da aquisição”), a Atlântico concluiu a aquisição de 100% das ações do Porto, sendo 49% adquirido em 03 de novembro de 2021 e o remanescente na Data da aquisição. Com 100% de participação acionária, a Atlântico passa a ser única acionista e deter o controle do Porto São Luís.

A transação gerou alocação de R\$436.594 ao intangível em Licenças e Autorizações e um ágio de R\$621, que representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição. Não se espera que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda.

Desde a data da aquisição, o Porto não contribuiu para as informações consolidadas com receitas e contribuiu com prejuízo de R\$1.440.

PetroChoice

Em 23 de maio de 2022, a subsidiária Millennium Moove Corp adquiriu 100% da Stryker Intermediate Holdings e suas subsidiárias operacionais (“PetroChoice”), sociedade limitada de Delaware - EUA e proprietária de todas as ações emitidas e em



circulação do capital social da adquirida.

As entidades são especialistas em soluções abrangentes de lubrificação e controle de contaminação, atendendo a uma ampla gama de necessidades e indústrias. A aquisição é parte do planejamento de expansão estratégico da Moove, cujo objetivo é fomentar a sinergia em produtos automotivos e industriais por meio de tecnologia e manufatura, distribuição e oportunidades de vendas cruzadas com outras regiões já atuantes, replicando o modelo de gestão, estratégia e vendas do grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas da PetroChoice foram preparadas de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) emitidos pelo *Financial Accounting Standards Board* (“FASB”). As diferenças no balanço de partida, entre essas políticas e as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs foram ajustadas para equivalência patrimonial e consolidação nessas demonstrações financeiras. Na avaliação, a Companhia identificou ajustes nas contas de ágio e arrendamentos.

A Companhia registrou os estoques, imobilizados e intangíveis a valor justo no montante de U.S.\$404.941 mil (R\$1.942.624). Foi apurado um ágio de U.S.\$83.421 mil (R\$400.196) que representa o benefício econômico futuro esperados das sinergias decorrentes da aquisição.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e prejuízo líquido no montante de R\$1.639.657 e R\$7.087, respectivamente geradas pela PetroChoice.

Tirreno

Em 31 de maio de 2022, a subsidiária CLE adquiriu 100% das ações da Tirreno, uma companhia de capital fechado com sede no Brasil, especializada na produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluidos. A aquisição tem o objetivo de aumentar as sinergias em produtos automotivos e industriais por meio de tecnologia e manufatura, distribuição e oportunidades de vendas cruzadas e marcas.

A Companhia registrou um valor justo dos ativos de R\$83.950 alocado em marca, carteira de clientes, relacionamento com distribuidores, estoque e imobilizado. Na data de fechamento, foi apurado um ágio de R\$1.238 que representa o benefício econômico futuro esperados das sinergias decorrentes da aquisição.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$132.623 e R\$9.536, respectivamente geradas pela Tirreno.

Commit

Em 11 de julho de 2022, a Compass Gás e Energia S.A concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”), pelo montante de R\$2.097.758, pago em parcela única. Deste montante, R\$468.070 refere-se à aquisição de 49% da Sulgás, a qual não está sendo considerada como uma combinação de negócios realizada em estágios, pois a Companhia já detinha o controle dessa entidade.

Com a conclusão da aquisição, a subsidiária assumiu o controle da adquirida. Com a aquisição, a subsidiária reforça o compromisso de atuação e investimento no



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (“Mitsui”), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da subsidiária.

A estimativa de valor justo dos direitos de concessão foi calculada para cada uma das distribuidoras investidas e controladas da Commit considerando uma taxa de custo médio de capital ponderado regulatório, prazo de concessão, margem regulatória e volumes estimados.

Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. (“Commit”). A Commit possui participação em 18 distribuidoras de gás natural canalizado de diversas regiões do país e busca promover as melhores práticas para desenvolvimento sustentável do setor. Abaixo apresentamos as investidas e os respectivos percentuais de participação:

<u>Distribuidoras</u>	<u>Participação (%)</u>
Controlada	
Gas Brasileiro	100,00%
Investimentos em associadas	
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul (“MSGás”)	49,00%
Companhia Potiguar de Gás (“Potigás”) ⁽ⁱ⁾	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”) ⁽ⁱⁱ⁾	49,00%
CEG Rio S.A. (“CEG Rio”)	37,41%
Gás de Alagoas S.A. (“Algás”)	41,50%
Companhia de Gás da Bahia (“Bahiagás”)	41,50%
Companhia de Gás do Ceará (“Cegás”)	41,50%
Companhia Paranaense de Gás (“Compagás”)	24,50%
Companhia Pernambucana de Gás (“Copergás”)	41,50%
Companhia de Gás do Amapá (“Gasap”)	37,25%
Companhia de Gás do Piauí (“Gaspisa”)	37,25%
Companhia Paraibana de Gás (“PBGás”)	41,50%
Cia Rondoniense de Gás (“Rongás”)	41,50%
Sergipe Gás S.A. (“Sergás”)	41,50%
Companhia de Gás de Santa Catarina (“SCGás”)	41,00%
Companhia Brasileira de Gás (“CEBGás”)	32,00%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. (“GoiasGás”)	30,46%

(i) A participação de 83% refere-se ao total de ações (ordinárias e preferenciais), sendo que a subsidiária não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%.

(ii) A subsidiária Compass Um Participações S.A. detém os 51% remanescentes dessa entidade.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi de R\$2.627.213, composto majoritariamente por investimento e intangível. O direito de concessão da controlada Gás Brasileiro foi apurado com base no contrato de concessão existente, incluindo prazo de prorrogação. O valor justo relacionado ao direito de concessão das investidas não controladas foi alocado como parte do investimento. O valor justo será amortizado com base no contrato de concessão, incluindo potenciais prorrogações de cada investida.



A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$644.442 e R\$219.577, respectivamente geradas pela Commit.

Terras

Em 30 de setembro de 2022, a Cosan assinou o Contrato de Compra e Venda para aquisição das empresas gestoras de propriedades agrícolas (“Janus”, “Tellus”, “Duguetiapar” e “Gamiovapar” ou “Adquiridas”). Em 20 de outubro de 2022 foi cumprida as condições precedentes estabelecidas nos contratos de compras e vendas.

A reorganização societária foi a única das condições precedentes aplicável apenas para Tellus. Como parte dessa reestruturação, parte das propriedades agrícolas pertencentes a Tellus foram contribuídas para as empresas Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. (ou “Duguetiapar”) e Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. (ou “Gamiovapar”). Com isso, a Companhia passou a deter, nesse momento, 7,60% de participação nos investimentos Duguetiapar e Gamiovapar.

A Cosan adquiriu 12,40% de participação adicional, passando de 7,60% para 20,00% (considerando participação direta de 19,57% e indireta de 0,43%).

A Cosan possui 20% de participação econômica mais direitos via acordo de acionistas, sendo: (i) maioria dos assentos no Conselho de Administração; (ii) poder de decisão sobre as atividades relevantes das adquiridas. Como resultado da aquisição de participação adicional mais as alterações nos acordos de acionistas, a Companhia obteve o controle dessas entidades.

O preço líquido da aquisição das adquiridas foi de R\$1.007.634, em cinco parcelas anuais de R\$201.526 corrigidas pela SELIC. A primeira parcela foi paga no dia 20 de outubro de 2022, totalizando R\$202.861, sendo R\$1.334 de correção pela SELIC.

A Companhia, por meio de consultores independentes, avaliou o valor justo de todos os ativos adquiridos e passivos assumidos no balanço patrimonial de abertura. A partir dessa avaliação, não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor contábil.

Na data de aquisição, o patrimônio líquido das companhias adquiridas era de R\$7.542.815, sendo o seu capital social composto pelos acionistas: (i) Cosan, Nova Gaia Brasil Participações Ltda. e a Terraviva Brasil Participações Ltda. para as companhias Tellus, Gamiovapar e Duguetiapar; e (ii) Cosan, Helios Brasil Participações Ltda. e a Iris Brasil Participações Ltda. para Janus.

a) Ganho proveniente de compra vantajosa

Essa combinação de negócios resultou em um ganho de compra vantajosa porque o valor justo dos ativos adquiridos e os passivos assumidos excederam o total do valor justo da contraprestação paga. Os valores justos dos ativos adquiridos foram impactados principalmente pela apreciação das propriedades agrícolas entre a data base de negociação e o fechamento da aquisição.

A Companhia também reconheceu o valor como um ganho e registrou em



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“outras receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do exercício e foi incluído no segmento Cosan Investimentos. Os efeitos desse ganho estão demonstrados como segue:

	Janus	Tellus	Gamiovapar	Duguetiapar	Total
Patrimônio líquido	4.976.443	3.229.044	622.306	95.228	8.923.021
Participação adquirida (%)	12,40%	12,40%	12,40%	12,40%	12,40%
Participação adquirida	617.125	400.789	77.241	11.820	1.106.974
Contraprestação transferida	567.901	363.211	66.500	10.022	1.007.634
Ganho compra vantajosa	49.224	37.578	10.741	1.798	99.341
Imposto de renda e contribuição social	(16.736)	(12.777)	(3.652)	(611)	(33.776)

A Companhia adicionou o montante à sua base tributável de imposto de renda e contribuição social. Contudo, não gerou saldo de tributo a pagar visto que havia saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no ano corrente que absorveram esse ganho.

Desde a data da aquisição, as empresas adquiridas contribuíram para a Companhia com receitas de R\$576.851 e lucro líquido de R\$18.462.

8.3. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Tellus Brasil Participações S.A.	133.064.584	52.960.392	80,43%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	112.905.168	80,43%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	1.409.865	80,43%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	5.093.776	80,43%
Rumo S.A.	1.854.158.791	1.291.629.301	69,66%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.266.986	633.493	58,55%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	58,55%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	58,55%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	58,55%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	58,55%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	58,55%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	58,55%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.838	41.925.419	58,55%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Commit Gás S.A.	110.993	54.387	49,00%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	108.567	46.164	42,52%
Cosan Lubes Investments S.A.	34.963.764	10.489.129	30,00%
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.734	2.062.583.640	26,91%
Cosan Dez Participações S.A.	3.473.458.687	805.963.829	23,20%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compass Gás e Energia	714.190.095	85.702.404	12,00%
Comgás	132.520.587	1.139.210	0,86%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	4.000	2,50%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Aquisição de não controladores	Combinação de negócios (Nota 8.2)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Comgás	28.466	14.881	—	—	(16.926)	—	—	—	730	27.151
Sulgás	—	6.466	—	—	(26.701)	—	(888.450)	908.883	(198)	—
Commit Gás S.A.	—	107.593	—	—	(64.435)	—	—	2.015.493	—	2.058.651
Compass Gás e Energia	761.432	221.871	(78)	3.197	(201.024)	—	—	—	(2.815)	782.583
Rumo S.A.	10.527.777	357.642	(21.358)	2.061	(89.194)	—	—	—	20.218	10.797.146
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	6.549	(7.677)	16.039	—	—	—	—	—	—	14.911
Cosan Limited Partners Brasil	14	(5)	—	—	—	—	—	—	—	9
Cosan Lubes	683.143	145.981	—	(127.123)	—	—	—	—	—	702.001
Payly	2.602	(1.626)	—	—	—	—	—	—	(976)	—
Cosan Nove Participações S.A.	—	53.353	(1.416.657)	10.070	(12.434)	4.115.000	—	—	(115.022)	2.634.310
Cosan Dez Participações S.A.	—	14.965	(2.592.096)	5.073	(3.540)	4.000.000	—	—	(121.741)	1.302.661
Janus Brasil Participações S.A.	—	(10.971)	—	—	—	—	(196.857)	3.981.107	—	3.773.279
Tellus Brasil Participações S.A.	—	8.531	—	—	—	—	(7.508)	2.583.035	—	2.584.058
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	2.900	—	—	—	—	4.975	497.806	—	505.681
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	(788)	—	—	—	—	(4.534)	76.179	—	70.857
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	—	246.698	—	108	(124.858)	—	—	—	756.931	878.879
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	—	34.002	—	—	(20.516)	—	—	—	198.579	212.065
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	—	97.035	—	—	(50.267)	—	—	—	319.039	365.807
Nova Amaralina Propriedades Agrícolas S.A.	—	8.000	—	—	(31.444)	—	—	—	25.485	2.041
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	—	53.686	—	—	(5.041)	—	—	—	152.744	201.389
Terras da Ponte Alta S.A.	—	39.890	—	—	(16.778)	—	—	—	50.309	73.421
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	—	58.604	—	—	(27.222)	—	—	—	126.402	157.784
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	—	46.793	—	—	(23.319)	—	—	—	137.079	160.553
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	—	77.819	—	—	(66.151)	—	—	—	199.327	210.995
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.102	69.200	(107.359)	11.143	(132.885)	—	—	—	(1.959.201)	—
	14.129.085	1.644.843	(4.121.509)	(95.471)	(912.735)	8.115.000	(1.092.374)	10.062.503	(213.110)	27.516.232

- (i) O Conselho de Administração aprovou, em 23 e 28 de dezembro de 2022, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco”) e Itaú Unibanco S.A (“Itaú”) regulando os termos e condições gerais para o ingresso das instituições financeiras como acionistas minoritários no quadro acionário das controladas Cosan Dez e Cosan Nove, respectivamente. Com a efetivação da operação, as instituições financeiras passaram a ser titulares da totalidade das ações preferenciais emitidas pela Cosan Dez e Cosan Nove e a Cosan, por sua vez, se manteve titular de 100% das ações ordinárias de emissão das controladas. Com o resultado da operação, a Cosan passou a deter, direta e indiretamente, 67,58% do capital social total da Compass e 33,63% do capital social da Raízen. Destaca-se que os direitos e obrigações da Cosan e das instituições financeiras, na qualidade de acionistas da Cosan Dez e Cosan Nove, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas e investimentos celebrado entre as partes.

A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquiridas pelos acionistas minoritários que poderá ser exercida considerando as seguintes condições:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Bradesco: no período do 3º ano e o 10º ano contado da assinatura para ambas as transações a qualquer tempo, na hipótese de verificação de (a) um efeito material adverso; ou (b) descumprimento do *lock-up* ou do direito de preferência.
- ii. Itaú: no período do 3º ano e o 10º ano contado da assinatura ou até o 10º ano contado da assinatura em caso de (a) alteração da legislação vigente que imponha tributação sobre os dividendos distribuídos às ações preferenciais; (b) qualquer declaração ou garantia materialmente falsa, prestada pelo Itaú; ou (c) descumprimento, de obrigações materiais previstas, desde que não seja sanado no prazo de até 30 dias.

A mensuração do valor justo destes instrumentos é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do investimento atualizado do acionista subtraído dos rendimentos líquidos recebidos atualizados. Os acionistas minoritários não detêm a opção de venda cabendo o *equity risk* do investimento dos minoritários estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Comgás	24.729	17.524	—	625	(14.184)	—	—	(228)	28.466
Compass Gás e Energia	32.880	74.390	(1.505.311)	7.698	(97.187)	2.250.015	—	(1.053)	761.432
Rumo S.A.	—	28.534	(318.323)	905	(31.231)	—	10.831.204	16.688	10.527.777
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	—	(3.539)	4.904	—	—	541	4.643	—	6.549
Cosan Limited Partners Brasil	—	(104)	(169)	—	—	—	287	—	14
Cosan Lubes	582.283	87.823	—	13.037	—	—	—	—	683.143
TTA	15.834	2.001	(16.822)	(1.013)	—	—	—	—	—
Payly	2.423	(1.571)	—	—	—	1.750	—	—	2.602
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	—	22.502	—	900	(19.854)	—	—	2.115.554	2.119.102
	658.149	227.560	(1.835.721)	22.152	(162.456)	2.252.306	10.836.134	2.130.961	14.129.085



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço patrimonial resumido:

	Compass ⁽ⁱ⁾		Cosan Dez ⁽ⁱ⁾		Cosan Nove		Comgás		Moove		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante														
Ativo	—	1.929.639	2.015	—	2.721	—	4.810.931	4.148.735	1.777.104	1.327.472	2.474.218	1.161.027	784.813	147.662
Passivo	—	(28.374)	(126.916)	—	(169.079)	—	(3.844.998)	(4.538.385)	(1.341.106)	(755.995)	(852.071)	(760.522)	(638.804)	(50.038)
Ativo circulante líquido	—	1.901.265	(124.901)	—	(166.358)	—	965.933	(389.650)	435.998	571.477	1.622.147	400.505	146.009	97.624
Não circulante														
Ativo	—	4.453.679	5.738.715	—	9.954.431	—	7.853.180	8.122.763	2.204.878	1.946.181	20.971.764	21.568.088	14.251.017	4.337.142
Passivo	—	(10.296)	—	—	—	—	(7.798.360)	(6.627.895)	(1.208.604)	(229.802)	(7.402.742)	(7.173.172)	(208.987)	(196.562)
Ativo não circulante líquido	—	4.443.383	5.738.715	—	9.954.431	—	54.820	1.494.868	996.274	1.716.379	13.569.022	14.394.916	14.042.030	4.140.580
Patrimônio líquido	—	6.344.648	5.613.814	—	9.788.073	—	1.020.753	1.105.218	1.432.272	2.287.856	15.191.169	14.795.421	14.188.039	4.238.204

(i) Em 23 de dezembro de 2022, a Cosan contribuiu o investimento que detinha na Compass Gás e Energia para a Cosan Dez.

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Compass		Cosan Dez		Cosan Nove		Comgás		Moove		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	—	—	—	—	—	—	17.414.153	11.709.713	3.842.981	2.608.680	984.597	772.714	222.328	31.502
Resultado antes dos impostos	—	1.710.947	64.496	—	194.522	—	2.113.698	2.274.269	485.729	310.500	633.164	198.239	4.059.326	49.218
Imposto de renda e contribuição social	—	14.164	—	—	—	—	(302.219)	(155.148)	11.665	(15.742)	(118.224)	(47.701)	1.027.986	(4.215)
Resultado do exercício	—	1.725.111	64.496	—	194.522	—	1.811.479	2.119.121	497.394	294.758	514.940	150.538	5.087.312	45.003
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	25.058	—	—	—	2.961	—	—	—
Resultados abrangente total	—	1.725.111	64.496	—	194.522	—	1.836.537	2.119.121	497.394	294.758	517.901	150.538	5.087.312	45.003
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	—	207.012	14.965	—	52.353	—	15.788	18.217	149.218	88.427	360.776	104.850	681.889	22.502
Dividendos pagos	—	982.752	—	—	—	—	1.872.731	1.649.653	150.000	—	35.733	—	1.255.881	—

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Compass		Cosan Dez		Cosan Nove		Comgás		Moove		Rumo		Cosan Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	—	(44.974)	3	—	2	—	3.439.489	2.539.222	292.204	95.461	145.654	(15.679)	193.099	21.690
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	—	(26.764)	—	—	(19.217)	—	(646.720)	(1.025.104)	(41.004)	77.742	2.467.567	(1.469.750)	(6.617)	49.227
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	—	1.265.679	2.011	—	21.936	—	(2.443.161)	(2.202.275)	(197.994)	(13.766)	(1.235.688)	714.115	(189.917)	(15.650)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	—	1.193.941	2.014	—	2.721	—	349.608	(688.157)	53.206	159.437	1.377.533	(771.314)	(3.435)	55.267
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	—	232.819	—	—	—	—	891.650	1.610.548	761.698	492.619	791.802	1.568.667	55.267	—
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	—	(13.898)	—	—	—	—	—	(30.741)	—	109.642	—	(5.551)	—	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	—	1.412.862	2.014	—	2.721	—	1.241.258	891.650	814.904	761.698	2.169.335	791.802	51.832	55.267



9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA EM CONJUNTO

Política contábil:

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

A Companhia, por meio da controlada Cosan Nove, possui investimento em *joint venture* demonstrado no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção do investimento da Companhia na *joint venture*, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da *joint venture* é incluído como parte do investimento da Companhia na *joint venture* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil.

O investimento em *joint venture* é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com o CPC 31/IFRS 5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas.

Os movimentos no investimento em controlada em conjunto foi o seguinte:

	Raízen S.A.
Número de ações da investida	10.352.509.484
Quotas da investidora	4.557.597.117
Percentual de participação (direta e indireta)	33,63%
Saldo em 1º de janeiro de 2021	7.988.208
Resultado de equivalência	4.590.631
Ajuste de avaliação patrimonial	(349.177)
Juros sobre capital próprio	(222.798)
Dividendos	(1.070.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.936.663
Resultado de equivalência	(92.179)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.053.226
Dividendos ⁽ⁱ⁾	(676.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.221.356

- (i) Valor proposto e destinado no período. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio constituídos anteriormente, no montante de R\$517.233 e R\$657.538 constituídos e pagos no exercício, totalizando R\$1.174.771.



Em 1º de maio de 2022, a Raízen concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Neolubes Indústria de Lubrificantes Ltda. (“Neolubes”). O contrato previa determinados ajustes de preço após a transação, que foram firmados e concluídos entre a Raízen e os vendedores em 13 de setembro de 2022. A transação resultou no reconhecimento de ganho por compra vantajosa determinado, preliminarmente, no montante de R\$263.051 que impactou o resultado de equivalência da Companhia no valor de R\$116.190.

De acordo com os termos do contrato que rege a controlada em conjunto Raízen, a Companhia é responsável por determinados processos e depósitos judiciais que existiam antes da sua constituição, bem como parcelamentos tributários nos termos da anistia fiscal e programas de refinanciamento registrado em “Outros tributos a pagar”. Além disso, a Cosan concedeu à Raízen acesso a uma linha de crédito (*stand-by*) no valor de U.S.\$350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2022.

A demonstração da posição financeira e a demonstração do resultado da controlada em conjunto estão divulgadas na Nota 4 - Informações por segmento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* do contrato que regem a joint venture.

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ÁGIO, ATIVOS DE CONTRATO, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superior a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.



10.1. IMOBILIZADO

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Equipamentos de informática	20,00%
Outros	10% - 20%



a) Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	262.442	289.852	—	—	53.423	135.851	741.568	81.529
Reorganização societária	1.357.217	1.152.944	6.720.454	7.530.328	3.146.532	374.622	20.282.097	4.073
Adições	265	7.678	743	6.501	3.253.054	797	3.269.038	3.175
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	41	41	—
Baixas	(81)	(36.189)	(111.092)	(758)	—	(86.027)	(234.147)	(1.721)
Transferências	375.660	552.617	1.128.784	1.218.930	(3.208.495)	12.812	80.308	(5.650)
Efeito de conversão de balanço	5.662	7.712	—	—	139	3.646	17.159	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.001.165	1.974.614	7.738.889	8.755.001	3.244.653	441.742	24.156.064	81.406
Combinação de negócios (Nota 8.2)	310.730	227.257	—	—	133.474	163.427	834.888	—
Adições	5.442	12.208	772	11.120	3.387.758	(2.253)	3.415.047	1.636
Baixas	(3.368)	(15.368)	(61.536)	(52)	(9.024)	(52.056)	(141.404)	(608)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	182.504	141.379	316.211	1.650.431	(2.419.014)	32.921	(95.568)	(340)
Efeito de conversão de balanço	35.544	131.160	—	—	684	142.215	309.603	—
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	—	—	(23.444)	(5.043)	(953.553)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.135.403	1.942.798	7.994.336	10.416.500	4.315.087	720.953	27.525.077	82.094
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(101.956)	(162.437)	—	—	—	(60.179)	(324.572)	(20.070)
Reorganização societária	(415.398)	(579.129)	(2.561.600)	(2.647.648)	(13.379)	(27.699)	(6.244.853)	(1.349)
Adições	(78.080)	(181.359)	(444.431)	(465.586)	—	(27.852)	(1.197.308)	(7.988)
Baixas	3.922	35.165	103.360	196	—	82.574	225.217	1.008
Transferências	(24.461)	9.549	60.621	(2.603)	—	(176)	42.930	—
Efeito de conversão de balanço	(2.645)	(4.331)	—	—	—	(1.949)	(8.925)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(618.618)	(882.542)	(2.842.050)	(3.115.641)	(13.379)	(35.281)	(7.507.511)	(28.399)
Adições	(73.712)	(187.599)	(566.999)	(670.921)	—	(66.064)	(1.565.295)	(8.058)
Baixas	—	8.170	51.591	8	—	53.031	112.800	407
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	(16.135)	26.732	139	23.931	—	(514)	34.153	—
Efeito de conversão de balanço	(22.244)	(120.943)	—	—	—	(127.215)	(270.402)	—
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	—	—	—	4.008	619.614	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(522.048)	(749.237)	(3.357.319)	(3.762.623)	(13.379)	(172.035)	(8.576.641)	(36.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.382.547	1.092.072	4.896.839	5.639.360	3.231.274	406.461	16.648.553	53.007
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.613.355	1.193.561	4.637.017	6.653.877	4.301.708	548.918	18.948.436	46.044

(i) Em 31 de dezembro de 2022, vagões e locomotivas foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários no montante equivalente de R\$745.203 (R\$745.203 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Transferências do imobilizado em decorrência da capitalização e demais reclassificações dos referidos ativos.



b) Capitalização de custos e empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos de empréstimos capitalizados pela subsidiária Rumo foram de R\$ 86.614 (R\$ 70.609 em 31 de dezembro de 2021), utilizando uma taxa de média de 13,25% (11,81% em 31 de dezembro de 2021), enquanto a Compass capitalizou R\$ 62.365 a uma taxa média de 6,27% a.a. (R\$ 7.512 e 2,78% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2021).

10.2. INTANGÍVEL E ÁGIO

Política contábil:

a) *Goodwill*

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide Nota 8.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato.

d) Direitos de concessão

Algumas subsidiárias do grupo Cosan possuem contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Estes contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer



primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Direitos de concessão da Rumo

Os direitos de concessão da Rumo gerados na combinação de negócios da Rumo Malha Norte foram totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte são amortizados linearmente.

f) Autorização e licença portuária

A subsidiária TUP possui uma licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade. Na aquisição dessa entidade, a Companhia alocou substancialmente o preço pago para essa autorização, classificado como intangível de vida útil indefinida, dado sua atividade fim.

g) Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Amortização

Exceto pelo *goodwill* e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Controladora	
	Ágio	Direito de concessão	Licenças	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	977.307	10.758.762	—	63.408	1.029.212	311.562	13.140.251	15.462
Reorganização societária	111.413	8.017.957	343.348	—	—	235.724	8.708.442	—
Adições	24.696	765	35.834	—	155.469	2.286	219.050	292
Baixas	(224)	(169.815)	—	—	(44)	(3.828)	(173.911)	(38)
Transferências	—	1.008.855	—	—	394.949	(40.052)	1.363.752	15
Efeito de conversão de balanço	19.625	—	—	3.232	24.481	3.361	50.699	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.132.817	19.616.524	379.182	66.640	1.604.067	509.053	23.308.283	15.731
Adições	10.031	—	2.605	—	113.497	16.622	142.755	835
Combinação de negócios (Nota 8.2)	402.055	2.508.558	436.594	98.382	1.062.832	388	4.508.809	—
Baixas	—	(57.723)	—	—	(19)	579	(57.163)	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	837.788	(1.911)	—	(6)	61.295	897.166	340
Efeito de conversão de balanço	(21.909)	—	771	(1.099)	47.613	(2.110)	23.266	—
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	—	—	(26.169)	(411.642)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.460.072	22.899.744	500.093	163.923	2.827.984	559.658	28.411.474	16.906
Valor de amortização								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	—	(2.333.680)	—	(9.201)	(509.297)	(242.777)	(3.094.955)	(13.271)
Reorganização societária	—	(1.144.572)	(157.411)	—	—	(164.684)	(1.466.667)	—
Adições	—	(568.150)	(9.876)	—	(116.860)	(35.017)	(729.903)	(694)
Baixas	—	152.236	—	—	114	3.828	156.178	38
Transferências	—	(16.093)	—	—	(395.202)	30.208	(381.087)	—
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—	(7.363)	(2.988)	(10.351)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	(3.910.259)	(167.287)	(9.201)	(1.028.608)	(411.430)	(5.526.785)	(13.927)
Adições	—	(773.765)	(8.879)	—	(164.843)	(35.667)	(983.154)	(732)
Baixas	—	25.658	—	—	1	(155)	25.504	—
Transferências	—	—	—	—	—	(60)	(60)	—
Efeito de conversão de balanço	—	—	(771)	—	22.956	(2.838)	19.347	—
Baixa por alienação de investimento	—	5.403	157.743	—	—	12.470	175.616	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	—	(4.652.963)	(19.194)	(9.201)	(1.170.494)	(437.680)	(6.289.532)	(14.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.132.817	15.706.265	211.895	57.439	575.459	97.623	17.781.498	1.804
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.460.072	18.246.781	480.899	154.722	1.657.490	121.978	22.121.942	2.247

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R\$ 35.057 do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Métodos de amortização e vidas úteis

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2022	31/12/2021
Direito de concessão			
Compass ⁽ⁱ⁾	Durante o prazo de concessão e prorrogação	11.614.163	8.953.495
Rumo ⁽ⁱⁱ⁾	1,59%	6.632.618	6.752.770
		18.246.781	15.706.265
Licenças			
Licença de operação portuário	3,70%	44.305	211.895
Licenças e autorizações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	436.594	—
		480.899	211.895
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	47.929	57.439
PetroChoice ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	104.354	—
Tirreno ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	2.439	—
		154.722	57.439
Relacionamentos com clientes:			
Compass	20,00%	285.423	276.811
Moove ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5% a 30%	1.367.493	297.286
Outros	20,00%	4.574	1.362
		1.657.490	575.459
Outros			
Licença de software	20,00%	65.108	46.770
Outros	20,00%	56.870	50.853
		121.978	97.623
Total		20.661.870	16.648.681

(i) Ativos intangíveis da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios; e (ii) os ativos da concessão.

(ii) Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079.

(iii) Autorização para: (i) instalação de atividade de terminal portuário; exploração da instalação portuária pela subsidiária TUP Porto São Luís, (ii) soluções de lubrificação e controle de contaminação, (iii) produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluidos. Veja Nota 8.2.

b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio e intangíveis de vida útil indefinida alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31/12/2022			31/12/2021	
	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações	Ágio	Marcas e patentes
UGC Moove	1.296.266	154.722	—	916.742	57.439
UGC Compass	100.192	—	—	94.891	—
UGC Rumo	37.529	—	—	100.451	—
UGC Cosan Investimentos	26.085	—	436.594	20.733	—



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>1.460.072</u>	<u>154.722</u>	<u>436.594</u>	<u>1.132.817</u>	<u>57.439</u>
------------------	----------------	----------------	------------------	---------------

Em geral, as projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia aplicam taxas de crescimento de 2,7% (3% em 2021), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em particular.

Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa antes de impostos para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, foram entre 10,1% e 24,8% (entre 8,3% e 12,2% em 2021).

As principais premissas para o primeiro do modelo financeiro, consideram a inflação e o PIB por região onde a UGC está localizada mais as estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital*), ou "WACC", para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco (taxa de retorno de um investimento sem risco de perda), prêmio de risco de mercado (retorno excedente obtido por um investimento no mercado de ações com uma taxa livre de risco) e a inflação. A maioria das premissas são obtidas de fontes externas de informação.

Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) EBITDA para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan (WACC) antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região.

O teste anual de *impairment*, utilizou premissas das quais listamos algumas:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,50%
Inflação (BR)	3,87%
Inflação (US)	2,30%
Inflação (UK)	2,56%
Prêmio de risco país (BR)	5,19%
Prêmio de risco país (UK)	1,03%
Prêmio de risco país (ARG)	20,71%
Prêmio de risco mercado	5,11%
Alíquota de imposto (BR)	34,00%
Alíquota de imposto (UK)	19,00%
Alíquota de imposto (ARG)	30,00%

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

impairment foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida. Portanto, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ágio e ativos de vida útil indefinida e definida foi reconhecida em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.3. ATIVO DE CONTRATO

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A vida útil é reavaliada sempre que o período de amortização exceder o prazo do contrato de concessão. Uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	<u>Compass</u>	<u>Moove</u>	<u>Total</u>
Valor de custo:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	686.690	9.248	695.938
Adições	1.020.176	37.203	1.057.379
Baixas	—	(25.439)	(25.439)
Transferência para intangível ⁽ⁱ⁾	(1.021.896)	—	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	684.970	21.012	705.982
Adições	1.217.818	10.823	1.228.641
Baixas	—	(25.156)	(25.156)
Combinação de negócios (Nota 8.2)	87.735	—	87.735
Transferência para intangível ⁽ⁱ⁾	(880.188)	1.701	(878.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.110.335	8.380	1.118.715

- (i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram adicionados R\$109.265 nos ativos intangíveis gerados internamente (R\$ 83.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

a) Compromissos de investimento (não auditado)

A subsidiária indireta Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R\$20.000.000 além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R\$3.000.000.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.



As demais distribuidoras não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão.

b) Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta Comgás capitalizou R\$ 70.884 a uma taxa média ponderada de 12,06% a.a. (R\$ 33.829 e 8,45% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta Sulgás capitalizou R\$ 217 a uma taxa média ponderada de 4,10% a.a.

10.4. DIREITO DE USO

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

A subsidiária Rumo, avaliou suas concessões ferroviárias no âmbito da interpretação IFRIC 12 / CPC 01 Contratos de Concessão e, por não atender os termos dentro do alcance dessa interpretação, registrou seus contratos de concessão como direito de uso.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias ⁽ⁱ⁾	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	
Valor de custo:								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	94.971	15.810	—	—	—	—	110.781	31.654
Reorganização societária	282.565	31.857	937.268	87.028	13.925	7.440.652	8.793.295	11.561
Combinação de negócios	3.240	—	—	—	—	—	3.240	—
Adições	73.039	47.097	43	—	15.219	15.108	150.506	6.314
Reajustes contratuais	41.663	47.960	1.299	—	41	304.213	395.176	—
Baixa	(12.121)	(2.836)	—	—	—	—	(14.957)	—
Transferências	(230.004)	—	—	—	—	40.340	(189.664)	—
Efeito de conversão de balanço	1.530	2.561	—	—	(86)	—	4.005	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	254.883	142.449	938.610	87.028	29.099	7.800.313	9.252.382	49.529
Combinação de negócios (Nota 8.2)	116.919	2.693	—	—	43	—	119.655	—
Adições	91.799	73.317	1.006	—	4.561	111.457	282.140	541
Reajustes contratuais	9.008	52.972	3.480	(1.079)	1.540	155.734	221.655	3.092
Baixas	(24.005)	(724)	—	—	(218)	(106.363)	(131.310)	(15.261)
Efeito de conversão de balanço	5.114	(2.237)	—	—	(282)	—	2.595	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	453.718	268.470	943.096	85.949	34.743	7.961.141	9.747.117	37.901
Valor de amortização:								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(19.106)	(7.451)	—	—	—	—	(26.557)	(6.845)
Reorganização societária	(100.177)	(6.759)	(362.498)	(13.252)	(13.618)	(478.741)	(975.045)	(3.131)
Adições	(29.561)	(15.771)	(36.720)	(3.707)	(1.542)	(276.965)	(364.266)	(5.382)
Transferências	77.310	—	—	—	—	(20.930)	56.380	—
Baixa	3.880	2.229	—	—	—	—	6.109	—
Efeito de conversão de balanço	(265)	(1.506)	—	—	35	—	(1.736)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(67.919)	(29.258)	(399.218)	(16.959)	(15.125)	(776.636)	(1.305.115)	(15.358)
Adições	(65.254)	(81.349)	(34.990)	(4.015)	(7.713)	(267.094)	(460.415)	(5.146)
Baixas	6.099	710	—	—	943	20.535	28.287	5.635
Efeito de conversão de balanço	1.577	1.246	—	—	172	—	2.995	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(125.497)	(108.651)	(434.208)	(20.974)	(21.723)	(1.023.195)	(1.734.248)	(14.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	186.964	113.191	539.392	70.069	13.974	7.023.677	7.947.267	34.171
Saldo em 31 de dezembro de 2022	328.221	159.819	508.888	64.975	13.020	6.937.946	8.012.869	23.032



10.5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS E MANTIDAS PARA VENDA

Política contábil:

As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado à data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado. A receita da venda de propriedades agrícolas não é reconhecida no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável; (iii) a receita possa ser mensurada de forma confiável; e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento na propriedade. Ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas.

O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). Taxas de desconto variam entre 11,20% a.a. e 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (6,5% a.a. e 9% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos, e é periodicamente, revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

A Companhia classifica os ativos não circulantes (principalmente propriedades para investimento agrícolas, do segmento Cosan Investimentos) e grupos para alienação como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados principalmente por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Ativos não circulantes e grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os custos de venda são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda.

O critério para classificação de mantidos para venda é considerado atendido somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que mudanças significativas na venda sejam feitas ou que a decisão de venda seja retirada. A administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo e espera-se que a venda seja concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

As propriedades de investimento detidas para venda continuam a ser



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuradas ao valor justo. Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial.

Os saldos das propriedades para investimentos estão demonstrados abaixo:

	Propriedades para investimentos	Propriedades mantidas para venda	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	—	—	—
Combinação de negócios	3.875.752	—	3.875.752
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	17.116	—	17.116
Outros	(6.172)	—	(6.172)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.886.696	—	3.886.696
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.311.691	—	1.311.691
Combinação de negócios (Nota 8.2)	9.209.626	268.385	9.478.011
Adições	17.477	—	17.477
Transferências	(322.430)	322.430	—
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	—	(550.432)	(550.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.103.060	40.383	14.143.443
Circulante	—	40.383	40.383
Não circulante	14.103.060	—	14.103.060
	14.103.060	40.383	14.143.443

11. COMPROMISSOS

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros total a valor presente estimado em R\$ 12.964.677, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2027.

12. CONCESSÕES A PAGAR E COMPROMISSOS

Política contábil:

São registrados nessa conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por SELIC.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por SELIC até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e Outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 10.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

31/12/2022 31/12/2021

Arrendamento e concessão em litígio



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rumo Malha Paulista S.A.	37.842	55.170
Rumo Malha Oeste S.A.	1.957.149	1.747.233
	1.994.991	1.802.403
Arrendamentos parcelados		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.138.076	1.145.450
	1.138.076	1.145.450
Concessões e outorgas		
Rumo Malha Sul S.A.	81.112	85.713
Rumo Malha Paulista S.A.	118.655	20.682
Rumo Malha Central S.A.	18.576	—
	218.343	106.395
Total	3.351.410	3.054.248
Circulante	256.759	160.771
Não circulante	3.094.651	2.893.477
	3.351.410	3.054.248

a) Arrendamento e concessão em litígio

Em 21 de julho de 2020, a subsidiária Rumo protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais relativos às ações acima totalizam R\$24.125 (R\$21.119 em 31 de dezembro de 2021).

b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 04/IFRS 16

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos		
Rumo Malha Sul	542.996	623.155
Rumo Malha Paulista	539.900	508.169
Rumo Malha Oeste	185.324	216.101
Elevações Portuárias	—	97.046
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	11.658	13.921
	1.279.878	1.458.392
Outorgas		
Rumo Malha Paulista (renovação)	732.727	590.594
Malha Central	792.374	614.410
	1.525.101	1.205.004
Total	2.804.979	2.663.396
Circulante	350.719	274.774
Não circulante	2.454.260	2.388.622
	2.804.979	2.663.396



c) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a subsidiária Rumo, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

- (i) O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 22% até a data do balanço.
- (ii) O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2022, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 76% (65% em 31 de dezembro de 2021).

Com a alienação da participação societária da EPSA (Nota 1.2.8), o contrato de concessão de sua responsabilidade passou a não integrar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

13. OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento de débitos tributários	202.140	194.228	208.760	200.664
ICMS	43	—	271.688	278.351
COFINS	48.982	48.229	246.501	88.214
PIS	2.579	8.530	43.524	15.082
Encargos previdenciários	29.416	22.293	42.186	34.215
IRRF	—	—	14.553	11.024
Outros	6.676	3.099	86.517	55.559
	289.836	276.379	913.729	683.109
Circulante	141.216	134.956	760.041	536.220
Não circulante	148.620	141.423	153.688	146.889
	289.836	276.379	913.729	683.109

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
de 13 a 24 meses	1.599	3.654	2.255	4.370
de 25 a 36 meses	—	798	656	1.514
de 37 a 48 meses	—	—	656	716
de 49 a 60 meses	—	—	656	716
acima de 60 meses	147.021	136.971	149.465	139.573
	148.620	141.423	153.688	146.889

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.



d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora não depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A Companhia e suas subsidiárias estão comprometidas com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	5.495.300	2.702.471	5.900.023
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(29.862)	(1.868.402)	(918.840)	(2.006.008)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial ⁽ⁱ⁾	1.232.820	2.364.014	139.185	1.734.521
Resultado de empresas no exterior	(28.539)	(7.880)	(16.973)	(40.172)
Lucro da exploração	—	—	197.307	134.245
Transações com pagamento baseado em ações	(73)	450	(73)	450
Juros sobre capital próprio	(66.544)	(55.052)	(26.058)	(72.804)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(13.788)	(28.083)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	(228.579)	(160.126)
Benefício ICMS - extemporâneo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	345.067	290.745
Benefício ICMS - exercício corrente ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	242.694	118.107
Diferença de alíquota	—	—	446.293	5.577
Efeito de amortização do ágio	—	—	1.271	1.059
Amortização dos efeitos na formação da JV ^(iv)	32	402.571	—	402.571
Outros ^{(v)(vi)}	(30.837)	(207.785)	(71.205)	70.671
Selic sobre indêbito	11.206	—	22.103	—
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	1.088.203	627.916	118.404	450.753
Taxa efetiva - %	(1.239,00)%	(11,43)%	(4,38)%	(7,64)%

(i) O montante de R\$129.792 refere-se à amortização da mais valia da Raízen, na qual é tratada como diferença temporária.

(ii) Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, a subsidiária indireta Comgás reconheceu crédito extemporâneo no montante de R\$272.593 (R\$240.251 de principal e R\$32.342 de juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no exercício, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 (“RICMS/SP”), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016, nos anos de 2017, 2018 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IRPJ e CSLL devidos pela Companhia. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia com base no seu



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Companhia levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido.

- (iii) Após 1 de janeiro de 2021, a subsidiária Comgás mudou seu procedimento fiscal, passando a excluir o benefício da redução da base de cálculo do ICMS, concedida pelo Estado de São Paulo, diretamente da apuração de IRPJ e CSLL do exercício corrente.
- (iv) Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a amortização das mais valias por conta do ganho registrado na formação da Raízen.
- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu o IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$284.738, sobre os juros da *put option* na operação de investimento, que envolvia a Cosan Investimentos e Participações S.A. e o bancos detentores das preferencialistas, em decorrência da sua liquidação da *put option*.
- (vi) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia e suas subsidiárias. O montante total de créditos apropriados em 2022 foi de R\$22.103.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	697.179	529.834	2.244.654	1.739.847
Base negativa de contribuição social	251.519	191.275	809.556	627.860
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.299.577	1.482.132	1.701.529	1.667.500
Provisão para demandas judiciais	78.190	82.440	204.303	222.454
Provisão <i>impairment</i> (Rumo Malha Oeste)	—	—	34.469	34.704
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	152.373	160.082
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	—	—	31.880	21.747
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	70.815	67.760
Transações com pagamento baseado em ações	26.846	17.479	82.480	50.114
Arrendamento mercantil	2.493	1.998	167.962	189.890
Resultado não realizado com derivativos	—	—	674.554	—
Provisões de participações no resultado	18.322	17.507	124.833	98.224
Combinação de negócios - Imobilizado	—	—	36.535	24.318
Combinação de negócios - Intangível	—	—	119.060	111.590
Selic sobre indébito	77.645	77.645	100.264	100.369
Diferenças temporárias	196.671	179.449	581.059	342.307
Outros ⁽ⁱ⁾	1.607	—	507.151	232.647
Total	2.657.034	2.586.744	7.643.477	5.691.413
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Revisão de vida útil	—	—	(401.926)	(350.110)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Combinação de negócios - Imobilizado	—	—	(76.263)	(40.294)
Ágio fiscal	—	—	(359.100)	(397.239)
Resultado não realizado com derivativos	(249.206)	(748.873)	(226.243)	(1.028.058)
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	(548.726)	(126.174)
Títulos e valores mobiliários	—	—	(1.150.916)	(62.593)
Propriedades para investimento	—	—	(391.382)	(100.197)
Juros Capitalizados	—	—	(108.616)	(44.563)
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(106.254)	(602.673)	(106.254)	(602.673)
Combinação de negócios - Imobilizado/Intangível	—	—	(4.486.211)	(3.492.345)
Obrigações pós-emprego	—	—	(4.594)	—
Arrendamento mercantil	—	—	(11.797)	(3.219)
Provisões	—	—	(79.092)	(11.427)
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	(443.954)	(457.512)	(687.601)	(198.949)
Total	(799.414)	(1.809.058)	(8.638.721)	(6.457.841)
Total de tributos diferidos registrados	1.857.620	777.686	(995.244)	(766.428)
Diferido ativo	1.857.620	777.686	4.474.124	3.051.628
Diferido passivo	—	—	(5.469.368)	(3.818.056)
Total diferido, líquido	1.857.620	777.686	(995.244)	(766.428)

(i) Refere-se principalmente às despesas diferidas das subsidiárias do segmento de logística.

(ii) Refere-se principalmente à perda fiscal reconhecida na contribuição de capital em empresa controlada.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo, e a expectativa de realização em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	74.406	273.887
1 a 2 anos	73.342	216.750
2 a 3 anos	468.680	644.339
3 a 4 anos	409.914	623.869
4 a 5 anos	708.740	982.785
5 a 8 anos	122.538	1.119.631
8 a 10 anos	—	612.863
Total	1.857.620	4.474.124

Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste possuem prejuízos fiscais e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 1.463.526 e R\$ 825.770, respectivamente, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para o reconhecimento do referido imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributário.



c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

Ativo:

	Controladora						
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamento mercantil	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	692.029	—	2.773	273.512	—	1.479.651	2.447.965
Creditado/cobrado do resultado do exercício	23.202	(9.620)	32.213	(4.706)	1.998	(89.767)	(46.680)
Reconhecidos no patrimônio líquido	5.878	9.620	—	68	—	—	15.566
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	169.893	169.893
Saldo em 31 de dezembro de 2021	721.109	—	34.986	268.874	1.998	1.559.777	2.586.744
Creditado / cobrado do resultado do exercício	227.589	—	10.182	12.972	495	9.876	261.114
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	—	—	—	(8.269)	(8.269)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	(182.555)	(182.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	948.698	—	45.168	281.846	2.493	1.378.829	2.657.034

Passivo:

	Controladora			
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.135.036)	(790.888)	(468.009)	(2.393.933)
Creditado/cobrado do resultado do exercício	532.363	42.015	(69.987)	504.391
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	80.484	80.484
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(602.673)	(748.873)	(457.512)	(1.809.058)
Creditado/cobrado do resultado do exercício	496.419	499.667	13.558	1.009.644
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(106.254)	(249.206)	(443.954)	(799.414)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo:

	Consolidado								
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamentos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	951.228	200.461	36.879	418.124	—	—	123.500	1.920.512	3.650.704
Reorganização societária	1.058.552	—	24.507	199.653	—	—	—	999.048	2.281.760
Creditado/cobrado do resultado do exercício	352.005	(12.737)	86.952	81.256	—	189.890	(11.910)	(1.958.975)	(1.273.519)
Outros resultados abrangentes	—	(27.642)	—	—	—	—	—	20.107	(7.535)
Reconhecidos no patrimônio líquido	5.878	—	—	68	—	—	—	(10.221)	(4.275)
Combinação de negócios	44	—	—	(10.129)	—	—	—	—	(10.085)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	1.054.363	1.054.363
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.367.707	160.082	148.338	688.972	—	189.890	111.590	2.024.834	5.691.413
Creditado/cobrado do resultado do exercício	686.503	(7.709)	58.975	233.554	674.554	(21.928)	7.470	299.687	1.931.106
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	—	—	—	—	—	(13.071)	(13.071)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	34.029	34.029
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.054.210	152.373	207.313	922.526	674.554	167.962	119.060	2.345.479	7.643.477

Passivo:

	Consolidado									
	Efeitos na formação das controladas em conjunto	Obrigações pós-emprego	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Arrendamento mercantil	Ajuste a valor justo da dívida	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.135.036)	—	(1.177.917)	(836.629)	(230.098)	(3.245)	—	(1.915)	(907.482)	(4.292.322)
Reorganização societária	—	—	(2.393.278)	(796.952)	313.114	(193.560)	215.627	—	(64.850)	(2.919.899)
Creditado/cobrado do resultado do exercício	532.363	—	78.850	401.972	(413.613)	193.586	(178.560)	(9.512)	255.834	860.920
Outros resultados abrangentes	—	—	—	203.551	—	—	—	—	(127.337)	76.214
Combinação de negócios	—	—	—	—	(19.513)	—	(163.241)	—	—	(182.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(602.673)	—	(3.492.345)	(1.028.058)	(350.110)	(3.219)	(126.174)	(11.427)	(843.835)	(6.457.841)
Reorganização societária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Creditado/cobrado do resultado do exercício	496.419	(4.594)	369.455	807.391	(51.816)	(8.578)	(355.946)	(67.665)	(1.784.407)	(599.741)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(5.576)	—	—	—	—	(1.469)	(7.045)
Combinação de negócios (Nota 8.2)	—	—	(1.363.321)	—	—	—	(66.606)	—	(144.167)	(1.574.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(106.254)	(4.594)	(4.486.211)	(226.243)	(401.926)	(11.797)	(548.726)	(79.092)	(2.773.878)	(8.638.721)
Total impostos diferidos reconhecidos										(995.244)



15. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possui passivos contingentes e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	227.481	164.652	747.647	647.610
Cíveis, ambientais e regulatórias	53.835	123.420	662.052	585.034
Trabalhistas	68.041	73.787	391.487	411.417
	349.357	361.859	1.801.186	1.644.061

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	327.354	312.031	585.988	500.484
Cíveis, ambientais e regulatórias	15.644	86.192	92.411	169.857
Trabalhistas	17.565	33.368	136.045	252.720
	360.563	431.591	814.444	923.061

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	155.610	75.001	78.208	308.819
Provisionado no exercício	13.174	47.580	9.815	70.569
Baixas por reversão/pagamento	(3.298)	(23.047)	(17.240)	(43.585)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(834)	23.886	3.004	26.056
Saldo em 31 de dezembro de 2021	164.652	123.420	73.787	361.859
Provisionado no exercício	42.295	20.386	4.332	67.013
Baixas por reversão/pagamento	(31.243)	(86.308)	(15.821)	(133.372)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	51.777	(3.663)	5.743	53.857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	227.481	53.835	68.041	349.357

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	555.958	200.597	131.239	887.794
Reorganização societária	79.494	170.122	247.958	497.574
Provisionado no exercício	24.511	100.000	103.115	227.626
Baixas por reversão/pagamento	(15.271)	(57.981)	(108.410)	(181.662)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	2.918	172.296	37.515	212.729
Saldo em 31 de dezembro de 2021	647.610	585.034	411.417	1.644.061
Provisionado no exercício	71.063	159.758	153.789	384.610
Baixas por reversão/pagamento	(56.447)	(238.912)	(225.044)	(520.403)
Efeito de conversão	3.994	15.786	52	19.832
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	81.427	140.386	51.273	273.086
Saldo em 31 de dezembro de 2022	747.647	662.052	391.487	1.801.186

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias prováveis adicionais às mencionadas, e por representarem ativos contingentes, não foram registradas.

a) Perdas prováveis

Tributárias: Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	—	—	312.721	300.470
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	72.389	61.439	98.657	97.847
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	63.093	23.166	125.723	85.965
PIS e COFINS	27.954	26.343	30.446	28.427
IPÍ	54.430	43.461	60.852	43.461
IRPJ e CSLL	1.065	1.103	11.676	8.553
Outros	8.550	9.140	107.572	82.887
	227.481	164.652	747.647	647.610

(i) Compensação de FINSOCIAL com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003 nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Montante provisionado à título de INSS representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O *leading case* – RE 611.601 (tema 281) – está em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- (iii) ICMS exigido pelo Estado de São Paulo decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, assim como os recursos que se seguiram.

Processos trabalhistas: a Companhia e suas subsidiárias também integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; alegando supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária em relação aos prestadores de serviço; e outros. Além disso, a Companhia também tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho com alegação de suposto descumprimento de normas trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Existem Termos de Ajustamento de Conduta assinados com as autoridades brasileiras.

Processos cíveis, ambientais e regulatório: A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Civis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é provável.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	5.034.867	4.652.106	16.079.589	14.647.917
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.015.125	900.472	6.597.105	6.939.743
Trabalhistas	23.972	22.748	782.080	859.830
	6.073.964	5.575.326	23.458.774	22.447.490

Cíveis, ambientais e regulatórias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis ^{(i) (ii) (iii) (iv) (v) (vi) (vii)}	972.966	860.971	3.336.284	4.221.797
Ambientais ^{(viii) (ix)}	42.159	39.459	1.764.671	1.472.542
Regulatórios ^{(x) (xi)}	—	42	1.496.150	1.245.404



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>1.015.125</u>	<u>900.472</u>	<u>6.597.105</u>	<u>6.939.743</u>
------------------	----------------	------------------	------------------

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos na esfera cível, ambiental e regulatória cujo prognóstico de perda é possível. No cível, a carteira de processos é composta em sua maioria de demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual. No ambiental, os processos versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e ações civis públicas. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo casos relevantes:

- (i) A subsidiária indireta Rumo Intermodal S.A., quando da assunção de atividades empresariais de outra Companhia, não pertencente ao Grupo, assumiu a responsabilidade de pagamento relacionada à processo judicial decorrente de discussão de marca, cujo valor envolvido é de R\$192.470. Houve redução equitativa do valor para R\$15.000, tendo havido recurso de ambas as partes. Caso esta terceira companhia perca a demanda e seja obrigada a realizar pagamento poderá acionar a Rumo em regresso, fundado em tal obrigação. O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença, sendo constituída provisão de R\$18.422 para a demanda.
- (ii) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. A contingência total do caso é de R\$118.068, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (iii) A Rumo Malha Paulista é parte em ação ajuizada pela então Rede Ferroviária Federal S.A., sucedida pela União Federal, na qual esta requer a condenação da subsidiária indireta ao pagamento por alegados danos decorrentes da desativação da rede elétrica de transporte. Aguarda-se prolação de sentença. Aguarda-se prolação de sentença. A demanda é classificada como possível, cujo valor atualizado é de R\$328.626.
- (iv) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em Ação Civil Pública, ou “ACP”, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. Risco estimado em R\$130.349.
- (v) A subsidiária Moove, foi citada no último ano, na Ação Civil Pública que visa o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da Companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACP's em face de diferentes empresas e o valor original atribuído pelo Ministério Público é de R\$288.000. Apresentamos Contestação demonstrando que a subsidiária não utilizou do mencionado aterro e, no momento, aguarda-se o julgamento de mérito.
- (vi) A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, onde requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios que seriam devidos aos autores e que importariam em valores próximos a R\$280.000. O processo aguarda julgamento de Recurso de Apelação dos Autores e Recurso Adesivo da Companhia para majoração da condenação em verbas sucumbenciais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (vii) A subsidiária Moove é parte em um processo movido por Petroleum Comércio e Representações Ltda., em que se busca a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, lucros cessantes e multa, sob alegação de inadimplemento contratual. Este processo envolve um valor total de R\$134.000. Aguarda-se o julgamento de mérito em primeira instância.
- (viii) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a subsidiária indireta solicitou o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$199.981.
- (ix) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$158.967.
- (x) Em novembro de 2021 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$291.767, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$26.842 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso da subsidiária indireta na ação anulatória do auto de infração.
- (xi) A Rumo Malha Sul ajuizou ação em face da ANTT visando impedir a inscrição no CADIN em razão de alegados débitos de parcelas trimestrais do contrato de concessão, as quais não foram pagas em razão de compensação realizada com débitos trabalhistas que eram de obrigação da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Houve decisão favorável à Rumo, impedindo a inscrição no CADIN, bem como afirmando ser possível a realização da compensação de valores. Atualmente, aguarda-se a realização do levantamento de créditos e débitos para compensação de forma administrativa. O valor envolvido e de R\$127.820.

Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Multa isolada - Tributos federais ⁽ⁱ⁾	—	—	762.613	461.747
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	1.296.481	822.039	6.297.550	5.404.264
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.264.685	1.386.895	2.987.853	2.877.144
IRRF ^(iv)	1.389	1.344	1.366.268	1.251.394
PIS e COFINS ^(v)	1.322.277	1.242.960	2.556.050	2.368.123
MP 470 parcelamento de débitos ^(vi)	246.000	243.115	388.166	398.184
Plano de Opção de Compra de Ações	—	—	68.846	65.260
IOF s/ Mútuo ^(vii)	—	—	149.323	136.286
Compensações com crédito prêmio ^(viii)	138.753	139.387	138.753	186.048
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(ix)	227.184	347.953	374.274	492.025
INSS	90.049	110.213	161.037	180.533



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros

448.049	358.200	828.856	826.909
<u>5.034.867</u>	<u>4.652.106</u>	<u>16.079.589</u>	<u>14.647.917</u>

- (i) Desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (ii) A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019.
- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, (a) à glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel, bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas, dentre outras; (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação e (c) divergência na aplicação de legislação de regência de operações com substituição tributária.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de *swap*.
- (v) Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos.
- (vi) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos.
- (vii) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à (a) contas correntes mantidas por subsidiárias da Companhia e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo.
- (viii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a “crédito-prêmio”, consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil.
- (ix) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizadas na fabricação de produtos imunes.

Não identificamos efeitos da IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras. Os advogados da Companhia e das suas controladas avaliaram a probabilidade de perda como possível, com viés de perda remota e, portanto, nenhuma provisão foi registrada conforme o CPC 25/IAS 37.

Trabalhista:

A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, atualmente é parte em uma Ação Civil Pública que tramita perante a Justiça do Trabalho. Esse processo teve origem em fiscalização realizada em face da empresa MS Teixeira, que foi subcontratada



pela Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”) que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão. A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela condição desses empregados, incluindo responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. Foram realizadas pela Prumo Engenharia as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, que foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, destacando-se que não houve qualquer participação da Rumo nesses atos. Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. Não obstante o exposto, O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a subsidiária em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$15.000. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso aguarda julgamento. Eventual provimento do recurso não trará impacto à Rumo. Avaliamos o risco de provimento como remoto.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$8.402.544 (R\$6.365.853 em 31 de dezembro de 2021), inteiramente integralizado, representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 9.000.000.

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$2.036.691, distribuição de dividendos de R\$1.423.757 e destinações da reserva legal de R\$348.753 e reserva estatutária no montante de R\$264.181.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Composição acionária	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Grupo de controle	672.312.942	35,87%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administradores	26.115.335	1,39%
Free float	1.168.209.823	62,34%
Ações em circulação	1.866.638.100	99,60%
Ações em tesouraria	7.432.832	0,40%
Total	1.874.070.932	100,00%

b) Ações em tesouraria

Política contábil:

Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela empresa e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan detém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseado em ações dos funcionários e o volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria.

Em 9 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de até 110.000.000 ações ordinárias, representativas de 9,39% do total de ações disponíveis no mercado, com prazo até 9 de novembro de 2023. As ações recompradas podem ser usadas para cumprir com obrigações decorrentes de potenciais exercícios de planos de remuneração baseados em ações, manutenção em tesouraria, alienação ou cancelamentos de acordo com a legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 7.432.832 ações em tesouraria (5.440.772 ações em 31 de dezembro de 2021), cujo preço de mercado era de R\$17,12. Esse aumento refere-se: (i) entrega de 1.487.709 ações, equivalente a R\$ 19.678, foram destinadas aos membros dos planos de remuneração baseada em ações, (ii) recompra de 3.683.500 ações equivalente a R\$ 59.506, e (iii) alienação de 203.731 ações equivalentes a R\$1.752 para os membros dos planos de remuneração baseada em ações. O valor do caixa recebido de R\$2.370 dos executivos gerou um ganho de R\$618 na rubrica de reserva de capital.

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

d) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

e) Dividendos

Política contábil:

O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

(i) A pagar

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.176.032
Constituição da reserva legal – 5%	(58.802)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.117.230
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(279.308)
Reserva estatutária	837.922
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	216.929
Dividendos interinos	412.131
Dividendos do exercício	1.454.263
Dividendos eliminados na incorporação da Cosan Limited	(148.030)
Dividendos pagos	(1.181.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	754.282
Dividendos do exercício	279.308
Dividendos complementares do exercício anterior	45.736
Dividendos pagos	(799.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	279.979

(ii) A receber

Controladora

	Investimentos em associadas	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.200	77.494	160.694
Dividendos propostos	782.209	30.745	812.954
Acervo incorporado CIP	—	808.289	808.289
Juros sobre capital próprio propostos	52.360	189.378	241.738
Dividendos recebidos	(895.022)	(588.562)	(1.483.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.747	517.344	540.091
Dividendos propostos	2.340.514	549.883	2.890.397
Juros sobre capital próprio propostos	95.846	107.544	203.390
Dividendos recebidos	(1.849.651)	(1.174.771)	(3.024.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	609.456	—	609.456

Consolidado

	Investimentos em associadas	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67	77.494	77.561
Dividendos propostos	18.980	1.070.201	1.089.181



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros sobre capital próprio propostos	—	189.378	189.378
Dividendos recebidos	(16.426)	(819.729)	(836.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.621	517.344	519.965
Dividendos propostos	278.654	549.883	828.537
Juros sobre capital próprio proposto	—	107.544	107.544
Combinação de negócios (Nota 8.2)	202.968	—	202.968
Dividendos recebidos	(323.096)	(1.174.771)	(1.497.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.147	—	161.147

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(1.362.618)	723	(1.361.895)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.093.366	917.548	2.010.914
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(299.993)	80.330	(219.663)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	101.997	(27.312)	74.685
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	43.220	33.932	77.152
Imposto diferido sobre ativo financeiro	(14.695)	(11.537)	(26.232)
Total	(484.354)	993.684	509.330
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(521.609)	1.089.155	567.546
Acionistas não controladores	37.255	(95.471)	(58.216)

	31/12/2020	Resultado abrangente	31/12/2021
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(761.203)	(601.415)	(1.362.618)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	782.899	310.467	1.093.366
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(363.375)	63.382	(299.993)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	123.547	(21.550)	101.997
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	39.782	3.438	43.220
Imposto diferido sobre ativo financeiro	(13.526)	(1.169)	(14.695)
Total	(237.507)	(246.847)	(484.354)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(252.610)	(268.999)	(521.609)
Acionistas não controladores	15.103	22.152	37.255

17. LUCRO POR AÇÃO

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações



em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras;
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras; e
- iii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente diluidores.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	1.176.032	6.123.216
Efeito diluidor do plano baseado em ações das subsidiárias	<u>(1.739)</u>	<u>(5.249)</u>
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	1.174.293	6.117.967
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.869.077	1.834.533
Diluído do plano de opções de ações	<u>5.503</u>	<u>4.687</u>
Diluído	1.874.580	1.839.220
Resultado por ação		
Básico	R\$0,6292	R\$3,3378
Diluído	R\$0,6264	R\$3,3264

Instrumentos diluidores

A Companhia e suas subsidiárias têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.



Instrumentos antidiluidores

No período findo em 31 de dezembro de 2022, 61.540.876 ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram consideradas na análise do lucro por ação, mas não geraram impacto no cálculo, pois aumentam o lucro por ação.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A subsidiária Moove atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços.

Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita.

ii. Receita faturada

A Companhia, por meio das distribuidoras controladas direta e indiretamente pela Compass Gás e Energia, presta serviços de distribuição de gás natural nas localidades onde possuem o direito de concessão. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseados nas medições mensais realizadas.

iii. Receita não faturada



Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iv. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

v. Serviços prestados

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas.

vi. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A subsidiária Compass Comercialização poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes



distribuidores.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de comercialização de energia

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

vii. Serviços de logística prestados

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a subsidiária transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam a subsidiária, bem como quando sua o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança.

Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado.

viii. Receita de arrendamentos

A receita de aluguel é reconhecida linearmente no prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à subsidiária, que podem ser medidas de forma confiável.

ix. Venda de propriedades para investimento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades das subsidiárias. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas após eliminação das vendas dentro da subsidiária. A receita é reconhecida quando à subsidiária cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de produtos e serviços	46.391.989	29.301.594
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Impostos e deduções sobre vendas	(7.872.439)	(5.414.620)
Receita operacional líquida	39.737.368	24.907.150

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	18.268.994	10.447.312
Lubrificantes e óleo básico	8.690.659	5.546.093
Arrendamento e venda de propriedades	834.616	31.502
Comercialização de energia	238.544	620.495
Outros	418.847	246.715
	28.451.660	16.892.117
Ao longo do tempo		
Transportes	9.503.965	6.143.066
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Elevação portuária	337.543	335.965
Outros serviços	289.418	566.364
	11.348.744	8.065.571
Eliminações	(63.036)	(50.538)
Total das receitas líquidas	39.737.368	24.907.150

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil:

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural e classifica a amortização do contrato de concessão em custos de vendas.

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(6.588.465)	(4.610.773)
Custo do gás e transporte	—	—	(14.307.087)	(7.211.545)
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	(260.891)	(968.503)
Despesas com transporte ferroviário e elevação portuária	—	—	(3.074.624)	(1.779.920)
Outros transportes	—	—	(137.255)	(149.562)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação e amortização	(13.936)	(13.403)	(3.014.480)	(2.221.536)
Despesas com pessoal	(180.929)	(168.114)	(2.498.912)	(1.851.688)
Custo de construção	—	—	(1.217.818)	(1.020.176)
Despesas com serviços de terceiros	(28.260)	(34.601)	(888.195)	(699.808)
Despesas comerciais	—	—	(23.505)	(23.697)
Custo das propriedades vendidas (Nota 10.5)	—	—	(550.432)	—
Outras despesas	(77.137)	(79.358)	(1.444.083)	(800.864)
	(300.262)	(295.476)	(34.005.747)	(21.338.072)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(30.753.137)	(19.123.250)
Despesas com vendas	—	—	(1.276.279)	(716.210)
Gerais e administrativas	(300.262)	(295.476)	(1.976.331)	(1.498.612)
	(300.262)	(295.476)	(34.005.747)	(21.338.072)

(i) Conforme representação detalhada na Nota 3.3.

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganho de compra vantajosa (Nota 8.2)	99.341	416.268	99.341	416.268
Resultado na venda de investimentos ⁽ⁱ⁾	54.707	—	988.077	—
Créditos fiscais extemporâneos ⁽ⁱⁱ⁾	—	14.136	114.812	287.013
Mudança no valor justo de propriedades para investimento (Nota 10.5)	—	—	1.311.691	17.116
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(2.323)	(667)	(13.035)	6.774
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(41.463)	(93.039)	(370.765)	(250.109)
Liquidação de disputas do processo de renovação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	(90.022)	9.242
Resultado no encerramento do acordo judicial ^(iv)	—	—	(396.818)	—
Outros	27.135	44.682	108.941	(98.864)
	137.397	381.380	1.752.222	387.440

- i. A alienação da participação de 80% da participação acionária na EPSA pela subsidiária Rumo (veja Nota 1.2.8), gerou um ganho de R\$955.584.

Adicionalmente em 1 de dezembro de 2022, a Cosan adquiriu 25% da participação minoritária de Payly Soluções de Pagamentos S.A (“Payly”) por R\$87.200, passando a deter 100% do seu capital social e, no mesmo dia, vendeu a totalidade de sua participação para a Raízen S.A, o resultado gerado foi de R\$ 32.493.

- ii. Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS (Veja Nota 6).
- iii. Complemento de outorga decorrente das revisões anuais dos contratos de subconcessão da subsidiária Rumo.
- iv. Em 22 de novembro de 2022, subsidiária Rumo firmou acordo para encerrar um procedimento arbitral confidencial, mediante a aquisição da totalidade das ações da empresa Farovia S.A., contra a qual litigava, incorporada na sequência. O acordo envolveu um montante de caixa líquido de R\$51.132 e a assunção de uma dívida bancária totalizando R\$ 396.818.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que no caso de títulos cotados é normalmente a data ex-dividendo.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(954.320)	(417.643)	(4.464.754)	(2.885.582)
Variação cambial líquida sobre dívidas	135.445	(38.646)	549.682	(595.494)
Resultado com derivativos e valor justo	(2.000.888)	189.837	(4.203.149)	1.021.548
Amortização do gasto de captação	(78.112)	(7.513)	(244.344)	(119.894)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(41.505)	(45.988)
	(2.897.875)	(273.965)	(8.404.070)	(2.625.410)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	191.315	79.149	1.788.477	581.548
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas ⁽ⁱ⁾	—	—	3.385.047	—
	191.315	79.149	5.173.524	581.548
	(2.706.560)	(194.816)	(3.230.546)	(2.043.862)
Custo da dívida, líquida				
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	37.210	46.355	355.634	410.499
Atualização de outros ativos financeiros	(1.405)	(43.081)	(1.405)	(43.081)
Juros sobre outras obrigações	—	(251.361)	(454.373)	(408.932)
Arrendamento mercantil	(3.858)	(4.086)	(374.177)	(353.852)
Juros sobre capital próprio	33.134	116.783	33.134	(8.288)
Juros sobre contingências e contratos	(138.513)	(25.799)	(593.144)	(299.132)
Despesas bancárias e outros	(151.214)	(27.982)	(145.200)	(63.704)
Variação cambial e derivativos não-dívida	(411.237)	(777.858)	(747.859)	34.067
	(635.883)	(967.029)	(1.927.390)	(732.423)
	(3.342.443)	(1.161.845)	(5.157.936)	(2.776.285)
Resultado financeiro, líquido				
Reconciliação				
Despesas financeiras	(1.970.687)	(1.130.433)	(4.706.535)	(3.027.089)
Receitas financeiras	277.734	208.103	5.777.521	1.234.950



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variação cambial	649.899	(500.948)	260.746	(608.655)
Efeito líquido dos derivativos	<u>(2.299.389)</u>	<u>261.433</u>	<u>(6.489.668)</u>	<u>(375.491)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.342.443)</u>	<u>(1.161.845)</u>	<u>(5.157.936)</u>	<u>(2.776.285)</u>

- (i) Atualização pelo valor justo por meio do resultado, observado pelo valor das ações da Vale no mercado, conforme Nota 1.2.6.

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia fornece plano de contribuição definida para todos os funcionários. Os ativos do plano são o plano Futura (Futura II - Entidade de Previdência Complementar) e o Plano de Pensões Comgás - PLAC. O Grupo não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

ii. Benefício definido

De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os participantes assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- maior sobrevivência ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- o retorno sobre o patrimônio líquido sob a taxa de desconto atuarial mais o IGP-DI acumulado; e
- estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

iii. Plano médico

A subsidiária Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição definida		
Futura II	332	190
Benefício definido		
Futura	127.351	198.761
Plano médico	448.157	470.524
	575.508	669.285
	575.840	669.475

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor das contribuições dos colaboradores aumentou para R\$303 (R\$217 em 31 de dezembro de 2021).

b) Benefício definido

Futura: A subsidiária CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores das contribuições totalizaram R\$ 60.827 (R\$ 5.166 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A duração média ponderada da obrigação é de 8,7 anos (9,6 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Plano médico

Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores das contribuições totalizaram R\$ 27.118 (R\$ 25.169 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A duração média ponderada da obrigação é de 10,6 anos (11,7 anos em 2021).

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.161.693	1.249.156
Custo dos serviços correntes	219	487
Custo dos serviços passado	319	—
Juros sobre obrigação atuarial	98.343	88.299
Liquidação antecipada no plano	(3.081)	—
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(88.709)	(183.159)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	14.319	77.111
Benefícios pagos	(85.121)	(70.201)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.097.982	1.161.693
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(492.408)	(520.608)
Receitas de juros	(42.224)	(35.809)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	11.405	24.143
Liquidação antecipada no plano	3.698	—
Contribuições do empregador	(87.945)	(30.336)
Benefícios pagos	85.000	70.202
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(522.474)	(492.408)
Passivo líquido de benefício definido	<u>575.508</u>	<u>669.285</u>

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo dos serviços correntes	(219)	(487)
Juros sobre obrigação atuarial	(56.119)	(52.490)
	<u>(56.338)</u>	<u>(52.977)</u>

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Montante acumulado no início do exercício	141.803	59.898
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	88.709	183.159
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(14.319)	(77.111)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(11.405)	(24.143)
Montante acumulado no final do exercício	<u>204.788</u>	<u>141.803</u>



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	496.950	95,28%	484.847	99,99%
Outros	24.618	4,72%	48	0,01%
	521.568	100,00%	484.895	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	10,03%	8,64%	10,45%	9,09%
Taxa de inflação	3,50%	3,25%	4,25%	3,50%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	N/A	6,60%
Morbidade (<i>aging factor</i>)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,25%	3,00%	3,00%
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%
Futura	(624.936)	674.988
Plano médico	(21.878)	24.079

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

23. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos



benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

A Companhia e suas subsidiárias possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Cosan possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

Planos anteriores à 2021

- (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- (ii) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).
- (iii) Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa) onde é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo Cosan de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

Outorgas realizadas em 2022

- **Programa de concessão de ações (liquidável em ações)**

No exercício de 2022 foi estabelecido os seguintes Programas de Outorga:

Programa	Condições de aquisição de direito
Cosan – Regular	3 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 150% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). As ações de performance terão um peso base



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	específico, de acordo com a meta estabelecida pelo Conselho de Administração.
Cosan – Sócios	5 anos de serviço a partir da outorga.
Rumo – Investe	5 anos de serviço com entregas anuais de ações a partir da outorga e atingimento de métricas específicas.
Rumo – Especial	3 anos de serviço a partir da outorga e atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 150% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%).

Nos referidos programas, os executivos têm direito a ações com contraprestação de R\$0,01 pelos executivos, em que a concessão está condicionada ao cumprimento de determinadas condições de aquisição de direitos. Os detentores de tais ações possuem os mesmos direitos que os detentores de ações não sujeitas a uma condição de aquisição (p.e. dividendos), sendo assim, o valor das ações outorgadas é igual ao valor das ações adquiridas.

- **Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa e registrado no passivo – “Ordenados e salários a pagar”)**

A subsidiária Compass realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Companhia, menos o preço da concessão.

A subsidiária Moove concedeu um Plano de Incentivo de Longo Prazo “Moove Phantom Shares”. Trata-se de um plano de ações, no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo a cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

A provisão para pagamento futuro está sendo provisionada mensalmente com base nas projeções de EBITDA que são revisadas a cada trimestre.

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (anos)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Programa de concessão de ações						
31/07/2018	Cosan S.A.	5	842.408	(107.576)	734.832	9,65
31/07/2019	Cosan S.A.	5	229.020	(20.080)	208.940	12,46
31/07/2020	Cosan S.A.	5	68.972	(6.704)	62.268	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	3	424.839	—	424.839	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	4	5.283.275	(1.320.820)	3.962.455	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	5	809.944	—	809.944	23,20
31/07/2022	Cosan S.A.	3	846.506	—	846.506	18,74
22/11/2022	Cosan S.A.	5	377.173	—	377.173	17,14
			8.882.137	(1.455.180)	7.426.957	
31/07/2019	Comgás	4	83.683	(14.794)	68.889	79,00
			83.683	(14.794)	68.889	
01/09/2017	Rumo S.A.	5	870.900	(870.900)	—	10,42
01/08/2018	Rumo S.A.	5	1.149.544	(455.931)	693.613	13,94
15/08/2019	Rumo S.A.	5	843.152	(256.757)	586.395	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	5	776.142	(208.694)	567.448	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	5	1.481.000	(421.875)	1.059.125	20,84
15/09/2021	Rumo S.A.	3	1.560.393	(144.611)	1.415.782	18,19



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01/09/2022	Rumo S.A.	3	1.781.640	(6.416)	1.775.224	20,36
01/09/2022	Rumo S.A.	—	146.909	—	146.909	20,36
			8.609.680	(2.365.184)	6.244.496	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest	Moove	5	132.670	—	132.670	50,79
31/07/2020 - Invest	Moove	5	106.952	—	106.952	61,89
31/07/2021 - Invest	Moove	3	80.729	—	80.729	102,73
31/07/2022 - Invest	Moove	3	77.967	—	77.967	135,05
31/07/2022 - Special Program	Moove	4	615.362	—	615.362	50,05
01/08/2021	TRSP	3	38.158	—	38.158	25,46
01/08/2021	Compass Comercialização	3	35.777	—	35.777	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	2	173.316	—	173.316	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	3	30.205	—	30.205	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	3	1.672.626	—	1.672.626	25,46
01/11/2021	Comgás	3	195.414	—	195.414	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	3	88.899	—	88.899	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	3	826.392	—	826.392	25,59
01/08/2022	Compass Comercialização	3	30.441	—	30.441	25,59
01/08/2022	TRSP	3	31.258	—	31.258	25,59
			4.136.166	—	4.136.166	
Total			21.711.666	(3.835.158)	17.876.508	

a) Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.597.627	6.004.029
Outorgado	6.518.058	11.531.359
Exercidos	(2.299.438)	(6.200.231)
Planos incorporados Cosan Log	—	4.532.761
Cancelada	(15.007)	(275.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.801.240	15.592.511
Outorgado	1.223.679	5.156.829
Exercidos/ cancelados	(1.597.962)	(2.872.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.426.957	17.876.508

b) Mensuração dos valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black & Scholes* foram as seguintes:

Premissas chave:	Programa de concessão de ações									
	Cosan S.A.		Compass		Comgás		TRSP		Rumo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Preço de mercado na data de outorga	17,14	23,20	29,20	27,27	29,20	78,58	29,20	27,27	20,56	20,56
Taxa de juros	6,82%	6,82%	N/A	N/A	N/A	6,82%	N/A	N/A	11,53%	6,94%
Volatilidade	36,50%	36,50%	N/A	N/A	N/A	32,81%	N/A	N/A	27,70%	26,51%

c) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram R\$99.088 e R\$81.424, respectivamente.

24. NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alterações à IFRS 01/ CPC 37 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.	A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cosan.
Alterações à IFRS 09/ CPC 48 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.	A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan.
Alterações à IAS 41/ CPC 29 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.	A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan.
Alterações à IAS 37/ CPC 25 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.	Grupo adotou as alterações à IAS 37/CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<p>custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).</p>	
<p>Alterações ao IAS 16/ CPC 27 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.</p>	<p>A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan.</p>
<p>Alterações ao IFRS 3/ CPC 15 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.</p>	<p>As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 <i>Levies</i>, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan.</p>



25. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IAS 1/ CPC 26 e IFRS <i>Practice Statement 2 Making Materiality Judgements</i> Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	<p>Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 da IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.</p> <p>Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS <i>Practice Statement 2 Making Materiality Judgements</i>, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações à IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao <i>Practice Statement 2</i> fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo Cosan está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.</p>
IFRS 17/ CPC 50 Contratos de Seguro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	<p>O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não representa efeitos materiais ao Grupo Cosan.</p>
Alterações à IAS 8/ CPC 23 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	<p>Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as</p>



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<p>entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.</p> <p>As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo Cosan.</p>
<p>Alterações à IAS 12/ CPC 32 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo Cosan está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.</p>
<p>Alterações à IFRS 16/ CPC 06 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>Em setembro de 2022, o Conselho divulgou alterações à IFRS 16 no que tange as transações de venda e retroarrendamento.</p> <p>A alteração à IFRS 16 especifica os requisitos que um vendedor/arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação de venda e retroarrendamento, para garantir que o vendedor/arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.</p>

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.